



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - MESTRADO

ANA MAFALDA G.C.C.V. AZÔR

ABRIGAR... DESABRIGAR:

conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização/
desinstitucionalização de abrigados

Uberlândia, MG

2005

ANA MAFALDA G.C.C.V. AZÔR

ABRIGAR... DESABRIGAR:

conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização/
desinstitucionalização de abrigados

Dissertação apresentada como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Aplicada na Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Célia Vectore.

Julho, 2005

Data de aprovação

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Celia Vectore

Assinatura da banca - Instituição

Assinatura da banca - Instituição

*Dedico este trabalho às
famílias participantes deste
estudo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à instituição abrigo que tem contribuído valorosamente com minha formação profissional e pessoal.

Agradeço à Úrsula e Viviane pelo auxílio prestativo.

Agradeço à Adriana, à Fernanda (sobrinha) e à Rita Catarina pela ajuda preciosa e o apoio dedicado nas horas tumultuadas.

Agradeço às famílias, por viabilizarem este estudo e porque com elas aprendi muito.

Agradeço às professoras Silvia Maria e Neiry por me acompanharem na qualificação e, mais uma vez, na defesa deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora professora Célia pelo acompanhamento profícuo e paciente

Por último, mas não menos importante, agradeço à família: ao Jorge, meu marido, porque em silêncio torce e apóia, à minha Mãe porque cuida e protege, à minha sogra pela presença nos momentos importantes, aos meus irmãos porque defendem e, em silêncio, admiram; aos cunhados, cunhadas e sobrinhos pela atenção carinhosa.

AZÔR, A.M.G.C.C.V. **Abrigar... desabrigar**: conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização/desinstitucionalização de abrigados. 235f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

RESUMO

Este estudo objetivou conhecer o processo de institucionalização/desinstitucionalização do adolescente, abrigado por um período de tempo em uma instituição do município de Uberaba, por meio da ótica do genitor e do adolescente. Foram apontados os aspectos que contribuíram para o abrigamento do adolescente; as alterações ocorridas na estrutura familiar durante o período de abrigamento; os aspectos que contribuíram para a reinserção do adolescente na família biológica e a situação das famílias após a desinstitucionalização dos filhos. Esta pesquisa, que tem cunho qualitativo, realizou-se com cinco famílias, em suas respectivas casas, escolhidas em função de critérios definidos *a priori*. Utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas com o(s) genitor(es), adolescentes e diretor do abrigo; fichas de identificação socioeconômica; foram verificados os livros de registros do abrigo; as pastas arquivadas com informações dos adolescentes e diários de campo da pesquisa. Através das entrevistas e das fichas de identificação, analisaram-se os seguintes aspectos: processo de institucionalização; período de abrigamento; período de desligamento; representação da instituição e situação atual das famílias. Os dados, obtidos através dos outros instrumentos, auxiliaram na corroboração e análise dos aspectos supra citados. Os resultados apontaram que as causas da institucionalização são multifatoriais, associadas com pobreza, carência de rede de apoio sócio-psicológica para a família, ausência da figura paterna, abandono da mãe e desestruturação familiar. O período de abrigamento apresentou-se doloroso para filhos e genitores, entretanto, vantajoso para estes últimos, diante das vicissitudes da vida. O trabalho das instituições envolvidas, o desejo e a reestruturação financeira dos genitores foram fatores que auxiliaram no desligamento dos adolescentes, entretanto, os resultados apontaram dificuldades referentes à escola e situação familiar no período pós desligamento, sugerindo a importância de acompanhamentos profissionais. A intervenção de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, entre outros, deve ancorar-se em políticas públicas e contemplar a fragilidade material e psíquica das famílias, através da compreensão das causas do abrigamento e do reconhecimento dos recursos internos e externos dos genitores. O abrigo, a despeito de idiosincrasias, representa um apoio aos genitores e adolescentes; entretanto, alicerçado no desenvolvimento da infância e juventude, no trabalho com funcionários, com famílias e na reflexão do paradigma que subjaz, deve (re)definir a sua proposta pedagógica.

Palavras-chave: Família. Adolescente. Abrigo. Desinstitucionalização.

AZÔR, A.M.G.C.C.V. **Shelter... deprive of shelter**: knowing the role of families in the institutionalization/disinstitutionalization of sheltered adolescents. 235f. Dissertation (Master in Applied Psychology), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

ABSTRACT

This study aims to know the process of institutionalization and disinstitutionalization of the child or adolescent through the parent and adolescent's perspectives. It points out the factors that contributed to the internment, the changes in the family structure during internment, what contributed to the adolescent reintegration in the biological family and the families situation after disinstitutionalization. This research encompasses five families chosen through preestablished criteria. Semistructured interviews with parent(s), adolescents and shelter director were carried out along with the analysis of socioeconomic identification records, entities register books, adolescents' information files and field logs. The interviews and identification files were used to analyse the following aspects: the institutionalization process, internment period, time of detachment, entity role and current family situation. The data examined through the other tools helped to corroborate and analyse the aspects mentioned. The results showed multifactor causes of institutionalization associated with poorness, low sociopsychological support, parent absence or abandonment and family disruption. The internment period was painful to both parents and children although beneficial to the later. The institutions role, the wish and parents' financial restructure helped the disinstitutionalization process despite the difficulties related to the school and family situation during detachment, suggesting a demand for professional support. The intervention should be grounded on public policies and observe the material and psychological impairment of the families through the comprehension of the internment causes as well as the knowledge of the parents' internal and external resources. Despite its ideosyncrasies the entity supports both parents and adolescents, however, it has to define itself through the child and adolescent development, the work with staff and family and the reasoning on the paradigm established for its pedagogical proposal.

Key-words: Family. Adolescent. Entity. Disinstitutionalization.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. HISTÓRIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	21
3. MÉTODO	37
3.1 PARTICIPANTES DO ESTUDO	39
3.2 INSTRUMENTOS.....	39
3.3 PROCEDIMENTOS	40
4 RESULTADOS	51
4.1 FAMÍLIA 1	52
4.2 FAMÍLIA 2	61
4.3 FAMÍLIA 3	69
4.4 FAMÍLIA 4	79
4.5 FAMÍLIA 5	89
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	97
6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
APÊNDICE A – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO	160
DO GENITOR.....	160
DO ADOLESCENTE.....	161
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ADOLESCENTE	162
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GENITOR	163
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIRETORA	164
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO ADOLESCENTE	165
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO GENITOR	166
APÊNDICE G – ENTREVISTA DA FAMÍLIA 3	167
APÊNDICE H – DIÁRIO DE CAMPO FAMÍLIA 3	229
ANEXO A – ECA	233
ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	235

1 INTRODUÇÃO

“A fala só é bonita quando ela nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o amor começa. E é na não-escuta que ele termina.”

Rubem Alves

No final do século passado, mais precisamente a partir da década de 90, observa-se que a família adquiriu um lugar mais compatível com a sua relevância no desenvolvimento do ser humano e da sociedade. No Brasil, a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1999) e a Lei Orgânica de Assistência Social, Loas (1993) refletem esse contexto, visto que contemplam em seus artigos a proteção à família, infância e juventude, representando um respaldo jurídico importante para o (re)direcionamento de políticas públicas mais comprometidas com a família brasileira. Paralelamente, no panorama internacional do século passado, que sabemos interferir na nossa Nação, constata-se uma mudança no que se refere ao papel do Estado. Se antes predominava o Welfare State (Estado do Bem Estar Social), acreditando-se que o desenvolvimento do indivíduo e a sua promoção social poderiam ser ancorados estritamente na estrutura estatal, passa-se após a década de 90 a reconsiderar esse paradigma, compreendendo que o Estado não supre todas as necessidades do indivíduo, e assim deve-se compartilhar a missão com a sociedade civil e privada (CARVALHO,

2000). Dentro desse contexto, em 1994, foi proclamado o Ano Internacional da Família, tendo como princípio norteador:

A família como unidade básica da sociedade, instrumento essencial de preservação, transmissão de valores culturais, instituição que educa, forma e motiva o homem e merece uma atenção e assistência. Na concepção de instrumento essencial de ação, a família assume responsabilidade conforme a Declaração Universal dos Direitos do Homem e Acordos e Convenções das Nações Unidas. (TAKASHIMA, 2000, p.77).

A despeito dos esforços advindos de movimentos nacionais e internacionais, da legislação e até de algumas políticas públicas, embora fragmentados e divergentes nos segmentos Federal, Estadual e Municipal, o Brasil tem uma dívida com as suas famílias, que deve necessariamente ser minimizada com investimentos oriundos de estudos que viabilizem a construção de conhecimento a ser aplicado em prol do grupo familiar.

Historicamente, na época da colonização, os jesuítas, objetivando cristianizar e converter isolavam as crianças indígenas dos seus pais, considerados “má influência” (FALEIROS *in* PILOTTI; RIZZINI, Irene, 1995). Concomitantemente, a família negra dificilmente se configurava, porque o homem escravo — Pai — era vendido para outras fazendas e impossibilitado de conviver com os filhos. A violência e o autoritarismo da escravidão comprometia os vínculos familiares e a identidade. No entanto, na época, isso era interpretado conforme conveniência da população privilegiada — os escravos eram “inumanos”, “coisas” e a escravidão seria a salvação (NEDER, 2000). Após a Proclamação da República (1889), o Brasil toma um outro rumo com o fim da escravidão e a urbanização, mas sofre grande influência do modelo europeu da família nuclear burguesa, nascida em meados do século XIX, na Europa, mas presente, no final da Idade Média, em algumas áreas urbanas da Inglaterra e França. Esse modelo de família foi predominante no Brasil, no século XX, embora apresente características que divergem da cultura negra e

indígena. Poster (1979) esclarece que, na família burguesa, a distinção de gênero era bastante delimitada, sendo o homem provedor do sustento e autoridade absoluta do núcleo familiar e a mulher um ser mais frágil, que deveria ocupar-se exclusivamente com a casa e a educação dos filhos. A família, nesse modelo, apresentava relações afetivas fortes e cultivava a privacidade. Essa configuração familiar é oriunda de um sistema de produção da classe burguesa, e a população negra deveria a ela corresponder, independente de sua cultura. Assim, ao longo dos séculos da História brasileira, as políticas públicas, quando existiam, eram fortemente influenciadas pela estrutura de pensamento vigente, da classe burguesa, não valorizando as diferenças étnicas das famílias brasileiras (NEDER, 2000).

É com essa história que se chega ao século XXI, deflagrando-se a necessidade de investimentos nos núcleos familiares. Diante da desestruturação do núcleo familiar tradicional, apresentou-se como uma prática comum, nos séculos que compreendem o período de colonização até a contemporaneidade, o abrigo de crianças/adolescentes vítimas de maus tratos. Entretanto, constata-se nos relatos históricos, Arantes (1995) e Irene Rizzini (1997), que esse nunca implicou o trabalho com as famílias e, de acordo com a ausência de produção científica, ou seja, são escassos os trabalhos científicos sobre famílias que perdem a guarda dos filhos (ALVES, 2000; CARNEIRO, 1999; MOTTA, 2001), e a experiência da pesquisadora, constatando poucos investimentos na família, além de desarticulados, essa realidade alterou-se pouco na contemporaneidade.

A assertiva supracitada é reforçada pela ausência de estatística nacional referente aos maus-tratos, visto que os poucos dados encontrados são regionais. Entretanto, na década de 80, constatam-se algumas mobilizações da sociedade brasileira em prol de mudanças. Ressalta-se a fundação do Centro Regional de

Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI), em 1985, no município de Campinas e a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Adolescência (ABRAPIA), fundada em 1988, no Rio de Janeiro, como iniciativas importantes, de centros que visam a prestar serviços às crianças vítimas de violência, além da realização de pesquisas. É, no bojo desses centros, que se constata que a situação merece cuidados e deveria ter políticas públicas bem focalizadas, como demonstram as estatísticas de algumas instituições, citadas a seguir: no período de julho de 1999 a agosto de 2000, foram notificados, no Estado do Rio de Janeiro, 1061 casos de maus-tratos infantis (GOMES et al, 2002). Uma pesquisa realizada por Oliveira e Flores (1998), em Porto Alegre e região metropolitana, visando a caracterizar a situação da violência praticada contra crianças e adolescentes, identificou, no período compreendido entre maio de 1997 e maio de 1998, 1754 casos de violência praticados contra crianças e adolescentes.

Um trabalho realizado no estado do Paraná, desenvolvido por Weber e Kossobdudzki (1996), em instituições abrigo, constatou que a realidade das crianças e adolescentes abrigados é bastante dolorosa, visto que os pais biológicos desaparecem e os jovens ou crianças ficam anos institucionalizados, esperando a família biológica ou adotiva, que dificilmente aparece.

Somente em 2003, realizou-se um Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (Rede de Serviço de Ação Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social) através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ele foi promovido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e objetivou conhecer a realidade dos abrigos e definir parâmetros de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente. Foram investigados 589 abrigos, sendo que 49,1% deles estão na Região Sudeste. São abrigos não

governamentais e do total 65% são de orientação religiosa. Predomina o regime de permanência continuada, sendo que 78% das crianças e adolescentes fazem do abrigo a sua moradia. Mais da metade dos recursos para a manutenção é privada (58,5%) e 41,5% correspondem a recursos públicos. Estão, nos abrigos, vinte mil crianças e adolescentes, sendo 58,5% do sexo masculino e 63,6% afro-descendentes. A maioria absoluta dos abrigados tem família (86,7%) e o motivo mais citado para o abrigamento foi a pobreza; entretanto, apenas 14,1% dos abrigos desenvolvem trabalhos de apoio à reestruturação familiar, implicando visitas domiciliares, acompanhamento social, reuniões ou grupos de discussão e apoio e encaminhamentos para inserção em programas de auxílio/proteção à família.

Em Minas Gerais, apesar dos contatos estabelecidos pela pesquisadora, com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Sistema de informação para Infância e Adolescência (SIPIA), não foi possível colher dados precisos sobre a situação da infância e juventude abrigada, devido à inexistência de registros. Os órgãos responsáveis justificaram que tais dados só são possíveis se os Conselhos Tutelares os coletarem e repassarem para a Secretaria do Estado, fato que não acontece.

Uberaba (MG), cidade escolhida para a realização deste estudo, conta com quatro instituições que abrigam crianças e adolescentes vítimas de maus tratos no lar, assim caracterizadas¹:

Instituição 1: ligada ao poder público municipal, propõe-se a ser provisória, tendo 20 vagas que podem ser preenchidas por meninas de 0 a 17 anos e meninos de 0 a 11 anos, e não estabelece contato com a família biológica.

¹ Dados levantados pela pesquisadora junto aos registros das instituições.

Instituição 2: abriga 10 crianças de 0 a 12 anos, funciona como sistema de abrigo de Casas Lares, ou seja, mantém uma Mãe Social que mora com as crianças/adolescentes, cuidando e educando até a idade de 17 anos e não estabelece contato com as famílias biológicas.

Instituição 3: As famílias pesquisadas neste estudo, tiveram os filhos abrigados nesta entidade, que é uma organização não governamental, financiada pela sociedade civil, dispõe 50 vagas para sexo masculino e feminino na faixa etária de 0 a 17 anos. As crianças (após os 4 anos aproximadamente) e adolescentes ficam separadas fisicamente em prédios distintos em função de gênero e podem ser visitadas aos fins-de-semana, pelas famílias, caso não haja proibição judicial. Todavia, diante da impossibilidade jurídica do pai ou da mãe visitarem, avós ou outros membros da família, com a permissão do juiz, podem visitar. Essa instituição desenvolve alguns trabalhos com famílias, tais como, grupos quinzenais com os pais; brinquedotecas para pais e filhos aos domingos, alguns acompanhamentos individuais, entre outros. Constata-se, porém, que a frequência dos pais nas visitas aos domingos é pequena. Ao longo do ano de 2003, o número de pais visitantes apresentou-se inferior a cinco famílias. Essa instituição vem diminuindo gradativamente o número de vagas e ampliando o contato de crianças e adolescentes com a comunidade, através de cursos profissionalizantes, esporte, grupos terapêuticos, visando a melhorar a qualidade de abrigo.

Instituição 4: organização não governamental, filantrópica, financiada por uma entidade religiosa, que abriga 20 crianças do sexo feminino, de 0 a 6 anos. Todavia, estas podem ficar até 17 anos. Os contatos das crianças com a família são mensais e pouco frequentes.

O tempo de institucionalização, especificamente na instituição 3, cujas famílias foram escolhidas para desenvolver este trabalho, é relativamente alto. Em 2002, do total de 77 crianças e adolescentes abrigados 39% estavam institucionalizados por um período de tempo de dois a cinco anos e 19% moravam no abrigo há mais de cinco anos.

Crianças e adolescentes abrigados tendem a ser uma população de risco. Esclarece-se que o uso do termo risco, aplicado às ciências comportamentais, é bastante recente e apresenta complexidade. A Ciência Contemporânea apresenta-se ainda, bastante influenciada pela visão positivista (séc. XIX) que compreende os fenômenos, a partir de uma relação de causa/efeito. Contrapondo-se a esse princípio, o termo risco, na sua complexidade, supera a visão positivista na medida que implica em processo, ou seja, supera a compreensão dos fenômenos a partir de uma relação causa/efeito, e acrescenta uma outra maneira de compreender, na qual risco não é variável em si, mas, quando associado a um determinado momento da história do indivíduo, pode desencadear determinada consequência. Faz-se importante a distinção entre indicador de risco e mecanismo de risco. Um indicador não implica desencadeador. Um mecanismo, ao contrário, representa uma situação de risco, porque envolve uma rede complexa de acontecimentos anteriores e posteriores (YUNES; SZYMANSKI *in* TAVARES, 2001). Por definição, fatores de risco são variáveis ou perigos que, se presentes para um dado indivíduo, podem desencadear um distúrbio (MRAZEK; HAGGERTY, 1994).

O aspecto importante a se ressaltar nesta definição é a idéia de relatividade ou suposição, ou seja, risco é somente possibilidade.

Crianças e adolescentes abrigados em instituições-abrigo tendem a ser população de risco, porque:

- 1) São oriundos de famílias pobres: nenhum autor contesta a pobreza como fator de risco e inclusive alguns fatores de risco, característicos de famílias pobres já foram identificados, como: baixa remuneração parental, baixa escolaridade, famílias numerosas e ausência de um dos pais (HUTZ; KOLLER; BANDEIRA, 1996).
- 2) Estão afastados da convivência familiar — a família, inquestionavelmente, é o grupo social mais relevante na formação bio-psico-social do indivíduo. Frequentemente é apontada na literatura como fator de risco e fator de proteção (REPPOLD et al *in* HUTZ, 2002).
- 3) Foram vítimas de maus-tratos domésticos — situação que deflagra a família como fator de risco proximal, ou seja, vivenciado diretamente pela criança.
- 4) Não usufruem (frequentemente) de uma rede social de apoio que, para alguns autores, constitui-se em um fator de proteção (TAVARES, 2001).
- 5) Estão institucionalizados – situação que não favorece o desenvolvimento bio-psico-social da criança (GOFFMAN, 1987).

A importância da família no desenvolvimento bio-psico-social da criança é defendida por inúmeros estudiosos como Winnicott (1999) e Bowlby (1981), que defendem que as crianças necessitam de um ambiente impregnado de afeto que lhes favoreça segurança para viabilizar e garantir um desenvolvimento saudável. Segundo BOWLBY (1981), é essencial à saúde mental e ao desenvolvimento da personalidade do bebê e da criança pequena, a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe biológica ou substituta permanente.

A possibilidade de uma criança sofrer maus-tratos, nos anos iniciais, é alvo de preocupações dos estudiosos. Winnicott (1999) alerta que os maus-tratos na

infância, principalmente enquanto bebê, são muito prejudiciais, contribuindo com um sentimento de insegurança e um atraso no desenvolvimento, constatado em crianças mais velhas e adultas.

Os avanços científicos, em especial os estudos da psicologia, relacionados à importância da família para o desenvolvimento humano, têm contribuído para aflorar discussões e iniciativas a fim de se ter metas efetivas para o atendimento das crianças e de suas famílias. Além disso, a constatação da necessidade de prevenção de situações de risco tem mobilizado a sociedade como um todo, em prol de uma infância mais justa e saudável. É digna de nota, a escolha do ano de 2004 como o Ano Internacional da Família.

Este estudo emerge da valorização da família, reconhecendo que os genitores participantes têm algo a dizer e a ensinar, e que precisa ser escutado. *A priori* são famílias que fizeram superações — vivenciaram a estrutura e a reestrutura do núcleo familiar, apesar dos poucos, ou mesmo inexistentes, investimentos.

Este trabalho emerge da constatação — através da prática profissional da pesquisadora e da bibliografia utilizada — do lugar marginalizado, ocupado pela família. Essa realidade pode ser melhor compreendida com o (re)conhecimento da história brasileira.

No que se refere à prática profissional da pesquisadora, há aproximadamente uma década, desenvolve um trabalho de psicologia institucional em uma instituição abrigo, iniciando-se com a formação de uma equipe técnica e, em decorrência, a preparação de funcionários, o acompanhamento de famílias, de crianças e adolescentes. A pesquisadora constata que, na maioria das vezes, a família biológica é incompreendida na sua desestrutura, incomodativa e colocada de lado; é freqüente observar que os investimentos para adoção são maiores e até mais

consistentes; inclusive respaldados pelo ECA, que define a necessidade de prazo de convivência e preparação para adoção (art. 46); mas não define um prazo mínimo de convivência e preparação para o retorno da criança à família biológica. Reitera-se também que as famílias biológicas não são acompanhadas, no processo pós-desinstitucionalização dos filhos, gerando uma preocupação no que se refere ao prognóstico da situação.

Como último argumento, justifica-se que a Lei não efetiva mudança alguma por si só; cabendo às instituições respaldá-la para viabilizar mudanças. O ECA, a despeito de algumas limitações, representa um instrumento importante para retirar as crianças/adolescentes da instituição. As famílias participantes deste estudo, a *priori*, corresponderam à proposta dos princípios do ECA, visto que retiraram os filhos do abrigo. Todavia, a maneira como ocorreu a superação da desestrutura familiar é desconhecida na sua abrangência. Acredita-se que os profissionais em instituições devam compreender o trajeto, do abrigamento ao desabrigamento, partindo da ótica da família e da criança, objetivando a construção de um conhecimento que deve retornar às famílias com ações efetivas e consistentes.

Assim, o presente trabalho se justifica, pois a imersão no contexto familiar, através do conhecimento de suas práticas de resistência à perda do filho, na superação dos obstáculos, pode contribuir para o repensar de novas intervenções, visando efetivamente a dar subsídios para que o núcleo familiar se reestruture e exerça, a contento, seu papel na criação e educação de seus filhos.

O objetivo do presente estudo foi conhecer o processo de institucionalização/desinstitucionalização, pela ótica do genitor(a) e do(a) adolescente. Para tanto buscou-se conhecer os aspectos que contribuíram para a institucionalização das crianças e/ou adolescentes, as alterações ocorridas na estrutura familiar durante o

período de institucionalização da criança/adolescente, conhecer os aspectos que contribuíram para a reinserção do adolescente na família biológica e a situação das famílias após a desinstitucionalização do adolescente.

2 HISTÓRIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.”

Brecht

A situação de desamparo da infância e juventude vítimas de maus-tratos é milenar, não se restringindo à contemporaneidade. A história nos mostra que, no passado, esse fenômeno era compreendido com naturalidade, em função da própria concepção de infância; e, hoje, o mesmo é compreendido com indignação, diante do avanço da civilização, do respaldo de leis e de movimentos nacionais e internacionais em defesa da criança e do adolescente.

As alterações na concepção de infância podem ser observadas desde o Império Romano, onde a contracepção, o aborto, o enjeitamento de crianças de nascimento livre e o infanticídio do filho de escravos eram práticas legais e comuns. Além disso, bebês deficientes freqüentemente eram mortos, porque se acreditava que traziam “mau-olhado” para a família e a comunidade. O abandono de crianças era praticado por ricos e pobres e era justificado devido às ações de maridos ciumentos ou pela falta de dinheiro para criar os infantes.

Desde o final da Antigüidade e durante os primeiros tempos medievais, a concepção cristã de caridade - incluindo a da pobreza — foi praticada por bispos e monges no Oriente e Ocidente (MARCÍLIO, 1998). Assim, o abandono de bebês

ainda era bastante freqüente, e a pobreza dos pais era a principal justificativa. No entanto o infanticídio era punido devido à influência da Igreja, que pregava a caridade. É, nesse contexto, que surgem instituições de acolhimento às crianças enjeitadas.

A história da infância e juventude brasileiras é estudada por vários autores (MARCÍLIO, 1998; RIZZINI, Irene, 1997; PILOTTI; RIZZINI, 1995; VENÂNCIO, 1999), que nos mostram que, no Brasil, o fenômeno do abandono de crianças foi trazido pelos portugueses, visto que os índios não eram adeptos dessa prática : durante a colonização houve uma influência tanto da Igreja Católica, que cultivava os sentimentos de benevolência e caridade, quanto do Estado absolutista português, que cultuava obediência ao Rei. Em Portugal, como em todos os outros países do Ocidente, havia o predomínio da obediência, da vontade divina, da compreensão dos fatos a partir de dogmas religiosos e, em consequência, o conformismo de uma estrutura social absolutamente hierárquica, na qual a nobreza e os religiosos detinham total poder de comando.

A colonização no Brasil foi fortemente influenciada pelo contexto supracitado. A sociedade era escravista, com economia agrária baseada no latifúndio; indústria e comércio eram bastante incipientes e as condições de saúde precárias. Diante da concentração de poder e, evidentemente de riqueza, a pobreza acometia a população, desencadeando freqüentemente o abandono e a orfandade de crianças. Daí, subentende-se que as crianças abandonadas eram vítimas de um sistema social vigente, que não favorecia as famílias pobres. Entretanto, no que se refere ao abandono de crianças, relatos históricos (MARCÍLIO, 1998) mostram a existência de outras causas associadas, que legitimavam tal situação, como: morte ou doença do pai ou da mãe; nascimento de gêmeos; saída do pai de casa; falta de leite da mãe;

doença dos bebês e os filhos ilegítimos das mulheres das famílias privilegiadas, que precisavam “esconder o pecado”.

De um modo geral, segundo Marcílio (1998) depreende-se que no Brasil Colônia, a assistência à infância desvalida, seguiu o modelo europeu. Nessa época, vigorava a chamada fase caritativa, quando as Câmaras Municipais eram responsáveis em dar assistência às crianças enjeitadas e, para isso, firmavam convênios com as confrarias das Santas Casas de Misericórdias. Uma outra maneira de contornar a infância enjeitada refere-se ao acolhimento desta em casas de família, mobilizado por sentimentos religiosos. Esse sistema informal de criar um filho alheio foi amplamente divulgado e valorizado nessa época. No período de 1779 a 1833, do total de crianças abandonadas em Mariana (MG) somente 3,6% não foram criadas pelas famílias em cujas portas foram deixadas. Outra explicação colocada por Marcílio (1998) é que, numa sociedade escravista (não assalariada), as crianças incorporadas a uma família poderiam representar um complemento ideal de mão de obra gratuita, mais eficiente que a do escravo, em função dos laços de afeição e reconhecimento.

Durante os séculos XVI e XVII as Câmaras Municipais e as Casas de Misericórdia também prestavam assistência às crianças abandonadas, colocando-as em casas particulares, para serem amamentadas por amas de leite, até os três anos de idade, mediante pagamento. Em 1726, na Bahia e, em 1740, no Rio de Janeiro, fundaram-se as Casas de Recolhimento, mantidas pelas Casas de Misericórdia, visando a acolher as crianças enjeitadas e órfãs, após os três anos de idade.

Na verdade, a história das Santas Casas de Misericórdia está muito ligada à história da colonização brasileira. A primeira delas foi fundada em Santos (1543), mas, no término do período colonial, somavam 21 em todo o país. E, no final do

século XIX, existiam na maioria das cidades brasileiras de médio e grande porte. Entretanto esclarece-se que nem todas acolhiam a infância desvalida (MARCÍLIO, 1998).

No início do século XVIII, os conflitos entre as Instituições de Misericórdia e o Governo Imperial intensificaram-se devido à falta de cumprimento do Governo, no que se refere aos compromissos financeiros assumidos com as Casas de Misericórdia. Apesar dos conflitos, após negociações entre o arcebispo e o rei, criou-se a Roda de Expostos da Bahia (1726) e a Roda de Expostos do Rio de Janeiro (1739) (MARCÍLIO, 1998).

Segundo Venâncio (1999, p.15), *“A Roda era um mecanismo originário da Idade Média, que tinha forma de um tonel giratório, que unia a rua ao interior do hospital”*. A estratégia da exposição de um bebê na Roda é assim descrita por Kidder (*apud* MARCÍLIO, 1998 p 145):

A Roda ocupa o lugar de uma janela dando face para a rua e gira num eixo perpendicular. É dividido em quatro setores, um dos quais se abre para o lado de fora, convidando assim a que dela se aproxime toda mãe que tem tão pouco coração que é capaz de separar-se de seu filho recém nascido. Para tanto tem apenas de depositar a criança na caixa e, por uma volta da Roda, fazê-lo passar para dentro, depois seguindo seu caminho, sem ser vista.

No Brasil, as Rodas de Expostos eram instituições que deveriam ser assistidas financeiramente pelas Câmaras Municipais — representantes do Governo Português — e pelas concessões e doações do rei. Porém, como isso não acontecia, as Irmandades da Nossa Senhora da Misericórdia dependiam de doações particulares, espólios de ricos senhores e de juros. As Casas de Roda deveriam receber as crianças, tendo como objetivo contornar o abandono e, principalmente, o infanticídio, recebendo recém-nascidos abandonados que, em seguida, eram entregues a amas mercenárias, ou seja, mulheres que recebiam dinheiro para criar as crianças, até a idade de três anos. Para as meninas abandonadas na Roda havia

três possibilidades de futuro, ou seja, ser acolhidas por famílias da comunidade, ingressar nas casas de recolhimento ou ficar desamparadas e vagando pelas ruas. Quanto aos meninos, apenas a minoria retornava à família ou ficava com as amas; a maioria de negros e mulatos era transformada em escravos pelas próprias amas e outros ficavam desamparados na rua (MARCÍLIO, 1998).

Durante o Império, de acordo com Irene Rizzini (1997) e Marcílio (1998), o Brasil passa por grandes transformações políticas, sociais e econômicas. No aspecto jurídico, implanta-se o código criminal, em 1830. Neste, aparece a discriminação entre crianças e adultos, definindo-se a responsabilidade penal acima de 14 anos, sendo que os jovens que cometessem crimes até os 17 anos deveriam ir para casas de correção e não para as cadeias, junto com adultos. Nos aspectos sociais e econômicos, constata-se a influência das idéias pregadas pelo Liberalismo que cultivava o direito à igualdade dos homens, à liberdade, à propriedade e à exploração da natureza. Na concepção liberal, Deus não é o centro, mas sim o indivíduo, que necessita ser produtivo e consumidor. O mundo não é estático, mas dinâmico, para atender aos interesses capitalistas de produção e consumo. Foi um período de avanços na industrialização, que desencadeou a migração das pessoas para as grandes cidades. Houve alterações significativas nas relações familiares — a mulher deveria cuidar dos filhos para crescerem saudáveis e com possibilidade de produzir e o homem deveria ser o provedor do lar. A família urbana fecha-se no núcleo familiar, preservando a sua individualidade, diferentemente da cultura da família do campo em que a comunidade auxiliava nas atividades rotineiras da família.

Na segunda metade do século XIX, paralelas às mudanças sociais representadas pela industrialização, surgem os avanços da medicina, a queda da

Monarquia, a abolição do tráfico de escravos (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e o fim da escravidão (1888). Houve um aumento na taxa de mortalidade populacional geral, em função da febre amarela (1849) e da cólera (1855), gerando grande contingente de crianças órfãs e, conseqüentemente, abandonadas. Além disso, fatores desencadeantes do abandono como: aumento significativo do desemprego, a migração da população do campo para grandes centros, sem ser absorvida como força de trabalho; deram origem a um fenômeno caracterizado pelas condições subumanas nos cortiços, aumento dos episódios de furtos e o vício do álcool. Assim, esse contexto acabou delineando a preocupação e investimentos na infância, que crescia em um ambiente promíscuo e representava uma ameaça à segurança da população. Concomitantemente, a sociedade estava insatisfeita com a ausência de mão-de-obra escrava, em função das mudanças citadas anteriormente e almejava a construção de uma nação rica (RIZZINI, Irene, *in* PILOTTI; RIZZINI, 1995).

Em decorrência, aparece a preocupação com a formação educacional da criança, culminando em leis contempladas nos decretos de 1851, de 1854 e de 1874, que regulamentam o ensino primário e secundário no Município da Corte. Leia-se o artigo 57, de 1854:

[...] quando em uma paróquia, por sua pequena população, falta de recursos, ou qualquer outra circunstância, não se reunir número suficiente de alunos que justifique a criação de escola ou sua continuação, e houver no lugar escola particular bem conceituada, poderá o Inspetor Geral, ouvido o delegado do distrito e com aprovação do Governo, contractar com o professor dessa escola a admissão de alunos pobres, mediante uma gratificação razoável. (RIZZINI, Irene, *in* PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 106).

A autora reitera que **aparentemente** (grifo nosso) todas as crianças deveriam ter acesso à escola, respaldado pelo decreto de 1854, no artigo 57. No entanto, esse mesmo decreto, no artigo 64, determinava que os meninos que tivessem moléstias

contagiosas, que não tivessem sido vacinados ou fossem escravos, não poderiam fazer matrícula (RIZZINI, Irene, *in* PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 106).

Os trabalhos dos estudiosos (MARCÍLIO, 1998; RIZZINI, Irene, *in* PILOTTI; RIZZINI, 1995; RIZZINI, 1997; VENÂNCIO, 1999) esclarecem-nos que a criança transforma-se em objeto de interesse do Estado, devido ao contexto histórico, visto que é inegável a necessidade de investir na formação da infância e juventude diante dos interesses liberalistas do Estado e da impossibilidade de usufruir da mão-de-obra escrava. Assim, a criança, até então somente objeto de preocupação da Igreja e da família, passa a ser assim também para o Governo, embora de maneira discriminada, em função de raça e nível socioeconômico.

Nessa mesma época, o avanço da medicina social, que se preocupava com a higienização das cidades e o saneamento básico, deflagra estatística alarmante da taxa de mortalidade infantil nas casas de Roda. Apenas 20 a 30% das crianças sobreviviam e chegavam à vida adulta. As causas estariam relacionadas às doenças das amas mercenárias que viviam em condições precárias de higiene e alimentação, à falta de atenção e carinho destinados aos infantes e ao estado deplorável de saúde que as crianças chegavam à Instituição da Roda (MARCÍLIO, 1998).

As mudanças sociais, políticas e econômicas, ao longo do século XIX, culminaram com a implantação da República, em 1889. Nesse momento, houve a entrada dos imigrantes italianos, a crescente urbanização e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, além do surto industrial e o surgimento de bancos e ferrovias. Nas ruas, aumentava o número de pessoas vagando ociosas, incomodando a população. A sociedade defendia a urgência de intervir nessa realidade, educando ou corrigindo as crianças, que deveriam tornar-se adultos úteis e produtivos. Imediatamente, em 1890, implantou-se o novo Código Penal Brasileiro,

que rebaixou a idade penal de quatorze para nove anos. É nesse período que surge o termo “menor” com conotação de abandonado, delinqüente, desvalido e vicioso.

Destaca-se, nessa época, o trabalho do Doutor Moncorvo Filho em prol da infância e juventude que, entre outros projetos, fundou o Instituto de Assistência e Proteção a Infância no Rio de Janeiro, em 1899, objetivando amparar e proteger a infância necessitada (RIZZINI, Irene, *in* PILOTTI; RIZZINI, 1995).

Com a extinção das Rodas (1927) e o início de uma legislação específica sobre a infância, nas primeiras décadas desse século, a criança pobre deixa de ser objeto apenas da caridade e passa a ser objeto de políticas públicas. A população jovem já representava 50% da população total; investir nela significava investir na Nação que assimilava as necessidades inerentes à Revolução Industrial, tais como mão-de-obra qualificada que atendesse à demanda das fábricas localizadas nas regiões urbanas como Rio de Janeiro e Salvador.

No período que compreende o final do século XIX e início do século XX, as transformações sociais levaram a mudanças nas políticas públicas sociais voltadas para a infância desvalida. Irene Rizzini (*in* PILOTTI; RIZZINI, 1995) aponta a preocupação crescente da sociedade, do sistema judiciário e do próprio Governo com a criminalidade infantil, compreendendo-se a infância abandonada como uma realidade problemática. Informa-se que o crescimento demográfico era extremamente acentuado — em 1872, o primeiro censo apontou cerca de 10 milhões de habitantes no Brasil e, em 1990, esse número cresceu quinze vezes. Reitera-se, ainda nessa época, a imigração, oriunda de outros países e do campo para os centros urbanos; o aparecimento de grandes cidades e mudanças na estrutura social mais compatíveis com a economia industrial capitalista. A mulher migrante solteira, oriunda do campo, insere-se no mercado de trabalho, contribuindo

significativamente com o aumento das estatísticas de bebês abandonados, em função do despreparo para enfrentar um outro contexto cultural sem o apoio da família e da vizinhança, comuns no meio rural (MARCÍLIO, 1998). A presença de crianças e adolescentes nos cortiços representa uma ameaça ao desenvolvimento da nação, desencadeando, na sociedade, a idéia de punir e reprimir.

O período de 1923 a 1927 foi bastante profícuo em termos de leis, sendo que, em 1923, cria-se o Juízo de Menores, incluindo a figura do juiz para administrar a justiça da infância e juventude, através do Decreto 16.273, que promove o Dr. Mello Mattos a primeiro juiz de menores da América Latina. Nos anos posteriores, constata-se uma aproximação da Psicologia com o Sistema Judiciário, através da criação do Laboratório de Biologia Infantil, que lotava profissionais comprometidos a auxiliar nas decisões do juiz no que se refere ao encaminhamento de menores. Entretanto, nessa época, já se constatava a ausência de continuidade entre a atuação dos profissionais do Laboratório e a assistência propiciada posteriormente ao menor (RIZZINI, Irma, *in* RIZZINI Irene, 1993); aliás a infância é duplamente concebida, sendo que o termo criança era atribuído aos filhos de famílias da classe privilegiada e “menor” atribuído aos delinqüentes e menos favorecidos. Ainda para reforçar, as idéias positivistas de Augusto Comte propunham a colocação da infância delinqüente em grandes instituições totais de regeneração, antes de devolvê-la à sociedade.

Em contrapartida, a medicina higienista, principalmente com o trabalho do Dr. Moncorvo Filho, avança significativamente, no que se refere ao combate da mortalidade infantil, introdução da puericultura e campanhas de higiene e saúde pública, envolvendo inclusive a educação das mães.

Em 1927, implanta-se o Primeiro Código de Menores que, além de extinguir o sistema de Roda, definiu outras leis, como: estabelecimento da obrigatoriedade de ensino, regulamentação do ensino profissionalizante, intervenção sobre o pátrio poder e a legislação penal. Constatou-se, nessa legislação, que os principais aspectos contemplados não mencionam a família, definem que a solução para os “menores” é a internação e elevam a responsabilidade penal de nove para 14 anos.

Nesse contexto, surgem instituições de regime educativo, nas zonas urbanas e rurais, cujo objetivo era a instrução básica e a preparação para o mercado de trabalho; e a escola de Reforma, que abrigava crianças e adolescentes, objetivando “melhorar o caráter dos menores viciados ou pervertidos, delinquentes ou não, pela educação e pelo trabalho” (RIZZINI, Irene, 1997, p. 228).

Reitera-se a duplicidade da concepção da infância. A criança pobre, freqüentemente institucionalizada, deveria tornar-se um trabalhador; a criança rica deveria ter acesso à educação e à cidadania (MARCÍLIO, 1998; RIZZINI, Irene, 1997).

É interessante observar que grande parte das crianças colocadas em internatos, no início do século XX, não era órfã; era oriunda das famílias pobres, que enfrentavam dificuldades para reconquistar o direito à guarda dos filhos diante da disputa com outras instituições — Juizado de Menores, Delegacia de Menores e as instituições de atendimento, conforme aponta Arantes (1995), que reitera que freqüentemente as famílias acabavam abandonando os filhos nos internatos, “confirmando” a sua imoralidade e liberando os internatos a cuidar da educação “sem interferências”.

Em relação às políticas de assistência à infância desvalida, observa-se que, em meados do século XX, particularmente em 1941, foi criado o Serviço de

Assistência aos Menores (SAM) que não apresentava preocupações com os aspectos sócio-educativos (ADORNO *in* RIZZINI, Irene, 1993). Irene Rizzini (*in* PILOTTI; RIZZINI, 1995) aponta que, apesar da inclusão de especialistas no campo social, o SAM não promovia uma mudança nas condições concretas de vida da criança e da família e representava uma estratégia de psiquiatrização e criminalização da pobreza. Compreende-se, através do relato dos autores supracitados, que a infância e juventude era submetida a testes de inteligência, personalidade e exames físicos sem uma compreensão/reflexão da relação desses resultados com o contexto socioeconômico vivenciado pelas crianças e suas famílias.

Em 1960, instala-se, no Brasil, a fase do Estado do Bem estar do Menor, extinguindo o SAM e criando, em 1964, pelos militares, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) através do decreto de 14/07/1965. Em 1979, implantou-se um segundo Código de Menores, que regulamentou a adoção, determinou que o Estado deveria criar entidades de assistência e proteção à infância e à juventude e oficializou a FUNABEM, que deveria ser responsável pela formulação de políticas para o menor, em nível nacional, executada pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), em nível estadual (ARANTES, 1995). Nesse momento, o Estado brasileiro assume o papel de interventor e responsável pela assistência e proteção das crianças pobres e infratoras, porém sempre de uma maneira repressora — tônica da ditadura militar.

Em nível internacional, tem-se que o século XX foi marcado por movimentos globais, em prol dos direitos das crianças, os quais desencadearam movimentos nacionais, em função do aumento da violência, principalmente nas grandes cidades, e da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes cometida pela Polícia e

nas FEBEMs. Esses movimentos, sem dúvida, representaram um respaldo relevante na luta a favor da infância e juventude. Em especial, cita-se:

1) Declaração Universal dos Direitos da Criança adotada pela ONU, em 20 de novembro de 1959; é um documento fundamental de nossa civilização. Conforme aponta Chaves (1997), esse documento estabelece onze princípios:

1º proteção especial para o desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual;

2º direito à nacionalidade;

3º benefícios à Previdência Social, criando-se com saúde, alimentação, recreação e assistência médica;

4º cuidados especiais à criança incapacitada física, mental e socialmente;

5º responsabilidade dos pais em um ambiente de afeto e segurança moral e material, não sendo apartada da mãe, salvo circunstâncias excepcionais;

6º educação gratuita e compulsória;

7º direito de brincar e distrair-se;

8º direito de ser a primeira a receber proteção e socorro;

9º proteção contra qualquer forma de negligência, crueldade e exploração;

10º proibição de empregá-la antes da idade mínima conveniente;

11º proteção contra atos que possam suscitar discriminação social, religiosa ou de qualquer outra natureza.

2) Ano Internacional da Criança, em 1979.

3) Texto da Convenção dos Direitos da Criança, proposto pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e oficializado em 1990, como

lei internacional. É considerado o instrumento de direitos humanos mais aceito na história da Humanidade, sendo assinado por 194 países, que necessariamente se comprometeram a adaptar suas normas à legislação da Convenção, fundamentada em três princípios básicos: 1) proteção especial como ser em desenvolvimento; 2) o lugar ideal para seu desenvolvimento é a família; 3º- as Nações obrigam-se a constituí-la com prioridades.

- 4) Regras de Beijing — conjunto de regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e Juventude, que definem uma legislação e uma institucionalização educativa para o jovem infrator do sexo masculino e feminino.
- 5) Diretrizes de Riad — definidas na Reunião Internacional de Especialistas, em Riad (1988), com o objetivo de estabelecer o projeto de normas das Nações Unidas para a prevenção da delinqüência juvenil. Atualmente, observa-se mundialmente, uma exacerbação de movimentos em prol da infância e juventude.

Dados do UNICEF (2003) mostram o quadro alarmante da infância e juventude em escala planetária: aproximadamente 120.000.000 de crianças em idade escolar não freqüentam a escola; 150.000.000 de crianças, nos países em desenvolvimento, estão abaixo do peso e correm risco de morte, de atraso mental e /ou físico; cerca de 180.000.000 de jovens, entre 15 e 17 anos, estão envolvidos com as piores formas de trabalho; desde 1990, mais de 200.000 crianças foram assassinadas e 6 milhões foram seriamente feridas em guerra (UNICEF, 2003).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1999, alertou que 40.000.000 de crianças no Mundo, entre 0 e 14 anos, sofrem abuso ou negligência e enquadrou o abuso infantil como um problema de saúde pública.

O Brasil foi um dos 194 países signatários do texto da Convenção dos Direitos da Criança e, entre eles, o primeiro a instituir um Estatuto que define uma lei específica de proteção integral à infância e juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), implantado em 1990, pela lei 8069, representou um avanço jurídico ímpar na história nacional e internacional; uma mudança na concepção de infância — não fazendo distinção entre crianças ricas e pobres — e a garantia de direitos à infância e juventude, contemplados nos artigos 7º, 15º, 19º, 53º e 71º (vide Anexo A). O ECA é uma lei que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direitos com prioridade absoluta. Entretanto, para que a doutrina da proteção integral, inserida no ECA, efetive-se, são necessários mecanismos, estruturas de apoio, defesa e redes que assegurem o cumprimento de seus direitos fundamentais. Assim surge o Conselho Tutelar — órgão não jurisdicional, permanente e autônomo — que objetiva fiscalizar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Irene Rizzini (*in* PILOTTI; RIZZINI, 1995) aponta que a formação do Conselho Tutelar implica duas concepções distintas. Uma refere-se à formação técnica dos conselheiros e a outra, à dimensão política do órgão, visto que os conselheiros são necessariamente eleitos. Informa-se que o Conselho Tutelar não é um órgão executor; por tal, diante da denúncia de violação de direitos, os conselheiros devem encaminhar a criança para um órgão, instituição ou programa capaz de executar a medida. Compreende-se que o sucesso do trabalho depende do bom funcionamento da Rede de Proteção Integrada. Assim, o conselheiro deve conhecer profundamente as necessidades de sua comunidade e participar diretamente dos movimentos de caráter popular, sensibilizando as pessoas para formas de prevenção aos maus tratos, além de estimular a consciência crítica de denúncia.

Um outro órgão essencial para a implementação do ECA é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem poder decisório em todas as questões relativas ao atendimento da criança e do adolescente no município, além do efetivo controle das ações governamentais e não governamentais em todos os níveis. De acordo com Vogel (*in* PILOTTI; RIZZINI, 1995), o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal e o Fundo Municipal formam o tripé sobre o qual se viabiliza a implementação prática do Estatuto. O Fundo deve alocar recursos para a infância e adolescência e, por isso, a sua implementação é estratégica para consolidar o trabalho dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares.

Embora o Brasil encontre-se na segunda década de implantação do ECA, é possível constatar nele situações bastante adversas daquelas asseguradas pelo Estatuto. A Infância e Juventude correspondem a 35,35% (61 milhões) da população brasileira total. Desses, 27,4 milhões vivem em situação de pobreza, com renda igual ou inferior a meio salário mínimo. No que se refere à população adolescente, os dados apontam que 1,1 milhão de adolescentes ainda são analfabetos, 8 milhões têm baixa escolaridade, com pelo menos 5 anos de atraso, e apenas 11,2% dos adolescentes de 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental (NIIMI, 2003). Esses dados indiscutivelmente vão repercutir negativamente no futuro desses jovens, que terão muito menos acesso a uma vida digna como o restante da população. A taxa de mortalidade infantil notadamente tem diminuído. Mas ainda se apresenta alta com 31‰ para crianças menores de um ano (UNICEF, 2003).

3 MÉTODO

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível e, de repente, você estará fazendo o impossível”

São Francisco de Assis

O presente trabalho é um estudo exploratório, que se justifica pela necessidade de proporcionar maior familiaridade com o problema e, em virtude da não existência de hipóteses a serem confirmadas. A pesquisa pauta-se no conhecimento de um processo de institucionalização/desinstitucionalização, de adolescentes que moraram em um abrigo, por um período de tempo, mas retornaram à convivência com o(a) genitor(a). Considera-se a família como "mola propulsora" ou a que deflagra o processo, sendo vítima e ao mesmo tempo protagonista desse processo de desestruturação/reestruturação.

Para a análise definiram-se núcleos de significação do discurso, ou seja, questões centrais que agruparam informações importantes para contemplar os objetivos. Em seguida realizou-se a articulação desses núcleos de significação, ou seja, os discursos colhidos, com história dos sujeitos, o processo histórico e social e a relação de trabalho visando a compreender de forma global e profunda o processo de institucionalização/desinstitucionalização dos adolescentes.

3.1 Participantes do estudo

Participaram deste estudo cinco famílias que tiveram seus filhos abrigados e que recuperaram o direito de tê-los novamente no seio familiar. Assim, a família 1 é composta pela genitora e por dois filhos, abrigados em 23/02/86 e desinstitucionalizados respectivamente em 27/02/02 e 23/04/00. A família 2 é composta pela genitora e por três filhos, abrigados em 08/06/98 e desinstitucionalizados em 10/01/02. A família 3 é composta pelo genitor e por três filhos, abrigados respectivamente em 27/05/92, 17/06/96 e 27/05/92 e desinstitucionalizados em 15/03/00. A família 4 é composta pelo genitor e por 2 filhas abrigadas em 19/11/92 e desinstitucionalizadas em 18/07/03. A família 5 é composta pela genitora e por um filho abrigado 08/05/92 e desinstitucionalizado em 24/12/01.

3.2 Instrumentos

- 1) Análise do Livro de registros do abrigo, para a seleção da amostra estudada.
- 2) Fichas de identificação socioeconômica dos genitores e adolescentes (Apêndice A).
- 3) Entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio com os adolescentes, contendo dados sobre a situação da família no momento da institucionalização, o período de abrigamento e o período pós abrigamento (Apêndice B).
- 4) Entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio com os genitores, contendo dados sobre a situação da família no momento da institucionalização, o período de abrigamento e o período pós abrigamento (Apêndice C).

- 5) Pastas arquivadas dos adolescentes, para a confirmação dos dados oriundos das entrevistas (intercorrências no período de abrigamento).
- 6) Entrevista com diretora da instituição (Apêndice D).
- 7) Diários de campo.

3.3 Procedimentos

A etapa inicial do procedimento, ou seja, processo de coleta de dados, objetivou a escolha das famílias, em função de critérios, citados a seguir:

- 1) presença do genitor(s) que recuperou o direito à convivência com o(s) filho(s).
- 2) filho(s) institucionalizado(s) em um período igual ou superior a 12 meses, em determinado abrigo do município de Uberaba.
- 3) desligamento do filho, ocorrido há pelo menos 12 meses.
- 4) filho(s) com idade igual ou superior a 12 anos.

Assim, a pesquisadora, que é funcionária da instituição, há aproximadamente 8 anos, estabeleceu contato com a diretora desse abrigo, objetivando a permissão para a utilização do livro de registros contendo os nomes de todas as crianças/adolescentes abrigados; as datas de nascimento, de entrada e saída do abrigo; as pessoas responsáveis pelo desligamento, com o grau de parentesco anotado e encaminhamentos para outras instituições. Nessa etapa, a pesquisadora selecionou sete famílias, conforme pode ser visualizado pela Tabela 1.

Tabela 1: Seleção da amostra.

Família	Constituição	Ano de abrigamento	Desligamento
1	2 filhos: João (23a) e Antonio (20a) genitora: Margarida	23/02/86	23/04/00 (Antonio) 27/02/02 (João)
2	3 filhos: Adriana (17a), Francisco (15a) e Pedro (13a) genitora: Carmen	08/06/98	10/01/02
3	3 filhos: Jenniffer (16a), Marta (14a) e Mario (12a) genitor: José	27/05/92 (Jenniffer e Mario) 17/06/96 (Marta)	15/03/00
4	2 filhas: Alessandra (19a) e Maria (22a) genitor: Walter	19/11/92	18/07/03
5	1 filho: Alberto (12a) genitora: Joana	08/05/92	24/12/01
6	2 filhos: 23 e 23 anos genitora	15/10/84	20/06/98
7	1 filho: 12 anos genitor	19/03/96	07/07/98

A Tabela 1 demonstra as sete famílias selecionadas, compostas por filhos com idade superior ou igual a 12 anos, abrigados por um tempo superior a um ano e desligados do abrigo há mais de 12 meses.

A segunda etapa definiu-se pela procura de endereços das famílias; alguns o abrigo propiciou, mas outros não, visto que havia perdido contato. Foram feitas tentativas através dos endereços obtidos pelo Programa de Bolsa-Escola, dos funcionários da instituição e dos próprios adolescentes desabrigados; todavia só foi possível contatar cinco famílias (1, 2, 3, 4 e 5), as quais se constituíram na amostra aqui estudada.

A terceira etapa definiu-se pela aproximação da pesquisadora e essas famílias e variou de acordo com a disponibilidade dos pesquisados e com as restrições de horários e dias em função de trabalho e/ou escola e algumas intercorrências. Percebe-se que o fato da pesquisadora ser reconhecida pelos elementos da família foi de grande valia nos contatos iniciais e no decorrer do trabalho. A seguir discorrer-se-á sobre a aproximação da pesquisadora e famílias.

A **família 1** foi procurada inicialmente por telefone, visando a marcar dia e horário para a pesquisadora estabelecer o primeiro contato pessoal. Este, foi marcado num domingo, às 15 horas. Os elementos da família estavam aguardando e receberam a pesquisadora de maneira gentil. Inicialmente conversou-se sobre a residência da família, a saúde da genitora Margarida, do filho Antônio e sobre o curso universitário de João. Em seguida a pesquisadora falou do seu trabalho, dos objetivos e perguntou sobre a concordância em participar da pesquisa. Diante da afirmativa dos três pesquisados, definiram-se as datas e os horários dos próximos contatos.

A primeira entrevista foi feita com o João. Ele aguardava a pesquisadora num sábado, às 15 horas. Inicialmente, conversou-se sobre os objetivos do trabalho, sobre a rotina de vida do pesquisado e pediu-se autorização para iniciar a entrevista gravada em áudio. O pesquisado concordou e iniciou-se a entrevista, que teve duração de aproximadamente 40 minutos e foi realizada na sala. Todavia, alguém no quintal, cortava lenha, dificultando a escuta.

No sábado seguinte, foi feita a entrevista com Margarida, às 15 horas. Ela aguardava a pesquisadora e gentilmente levou-a para a cozinha, preocupando-se quanto à melhor maneira de acomodá-la. Inicialmente, conversou-se sobre assuntos corriqueiros, a pesquisadora retornou a explicação do trabalho e iniciou a entrevista gravada, com o consentimento da genitora. Essa entrevista foi um pouco difícil de se realizar, visto que a televisão, na sala, estava ligada, atrapalhando a escuta e também porque a pesquisada apresenta dificuldade de compreensão em função da sua baixa escolaridade.

A última entrevista foi realizada um dia após — no domingo — às 14 horas, com o Antônio. Ele aguardava a pesquisadora e encaminhou-a para a cozinha. De

imediatamente, conversou-se sobre a sua saúde, sobre o trabalho de pesquisa, sobre a sua rotina e, após, iniciou-se a entrevista gravada, com a sua permissão. A duração dessa foi de aproximadamente 55 minutos.

No término dela, a pesquisadora informou que havia finalizado o trabalho e, portanto, não retornaria; todavia ficou de estabelecer contato por telefone, informando sobre o Programa Saúde da Família no bairro, visto que a genitora é cardíaca e não está fazendo acompanhamento.

A **família 2** foi procurada pela pesquisadora num domingo de manhã. Estavam na casa a genitora Carmen, o companheiro Alberto e dois filhos, Adriana e Pedro, e mais tarde apareceu o outro filho Francisco.

A pesquisadora foi muito bem recebida por todos os elementos, com exceção do companheiro de Carmen, que demonstrou estar muito nervoso.

Conversou-se sobre o trabalho da pesquisa e seus objetivos, sobre assuntos referentes ao trabalho, à escola, ao abrigo e, no final, com a concordância dos pesquisados combinaram-se os dias e horários para realizar as entrevistas.

A primeira entrevista foi marcada com Adriana num sábado, às 18 horas. Todavia ela teve um imprevisto e quem foi entrevistado foi o Pedro, que aguardava a pesquisadora em casa. A entrevista foi feita na sala, iniciou-se com o esclarecimento dos objetivos do trabalho, com conversas sobre a rotina diária do pesquisado e em seguida foram realizadas as perguntas semi-estruturadas, gravadas, com o consentimento do entrevistado e duração de aproximadamente 35 minutos.

A segunda entrevista dessa família foi feita com Francisco, no dia seguinte, domingo, de manhã. Estavam na casa a genitora e o Pedro. .Todavia a porta da sala foi fechada, garantindo privacidade e silêncio.

A pesquisadora, inicialmente, retornou a fala sobre o trabalho de pesquisa, os objetivos, conversou sobre a rotina diária do Francisco e iniciou a entrevista gravada, com a permissão do pesquisado e duração de aproximadamente 35 minutos.

A terceira entrevista foi realizada com a genitora, num sábado, às 18 horas. Ela aguardava a pesquisadora e gentilmente dirigiu-a até a sala. Estavam na casa, o companheiro no quarto e a filha no outro quarto, todavia houve privacidade para realizar a entrevista.

A última entrevista dessa família foi realizada com Adriana, num domingo, à tarde. Foi realizado o mesmo procedimento das entrevistas anteriores, no que se refere à conversa que antecede a entrevista e iniciou-se a gravação, com bastante disponibilidade da adolescente. No entanto, o gravador quebrou, sem que a pesquisadora percebesse, não gravando a entrevista; e esse incidente só foi constatado algumas horas depois, pela pesquisadora.

Após algumas semanas, estabeleceu-se novo contato com Adriana explicando-se o insucesso. Ela concordou em realizar novamente a entrevista; todavia a pesquisadora marcou na sua própria residência, objetivando manter a motivação da pesquisada e evitar proximidade do companheiro de Carmen, visto que ele demonstrava nervosismo; intimidando um pouco a pesquisadora. Assim, a segunda entrevista de Adriana. foi realizada em uma segunda feira, à noite. A pesquisadora buscou a pesquisada na sua casa e levou-a de volta, no término da entrevista. Foi realizado o mesmo procedimento no que se refere à conversa que antecede a entrevista. Esta foi gravada, com o consentimento da pesquisada e teve duração de aproximadamente 40 minutos. A privacidade foi assegurada, visto que não havia ninguém na residência da pesquisadora.

Em relação à **família 3**, a primeira tentativa de contato na casa do genitor foi feita num sábado, à tarde, pela pesquisadora, acompanhada de um aluno de Psicologia da Universidade de Uberaba, em função de segurança visto que a moradia localizava-se num bairro distante e não seria aconselhável a pesquisadora ir sozinha. Assim, aluno e pesquisadora aguardaram aproximadamente 30 minutos na rua, já que não havia ninguém na casa e um vizinho informou que o filho mais novo do genitor, o Mário, deveria estar próximo. Ele também ofereceu o próprio telefone, caso a pesquisadora necessitasse telefonar mais tarde e sugeriu um outro endereço, no mesmo bairro, onde a Marta., outra filha do José, freqüentemente fica. Assim, a pesquisadora dirigiu-se a esse local e conversou com uma senhora. Esta confirmou que a Marta costuma ficar lá, todavia naquele dia não apareceu e provavelmente estaria na casa da avó, em um outro bairro. A pesquisadora foi embora e optou por telefonar à noite, posto que o vizinho informou-a de que o genitor trabalha e só chega em casa após as 19 horas.

Foi feito contato, nesse mesmo dia, com o genitor, através do telefone do vizinho. A pesquisadora apresentou-se e pediu para marcar uma visita, na casa dele, visando a conversar sobre o trabalho de pesquisa. Diante da concordância, combinou-se no domingo, às 19 horas.

A pesquisadora, junto com o aluno de psicologia, no dia e hora marcados, foram à residência do José. Marta atendeu o portão e reconheceu a pesquisadora. Aparentou timidez, mas gentilmente dirigiu a pesquisadora à sua casa, argumentando que o pai estava aguardando; além do genitor e de Marta estavam na casa uma amiga dela e um outro irmão do pai.

Inicialmente a pesquisadora apresentou o aluno; após, conversou-se sobre o trabalho do José, a gentileza do vizinho que deu o telefone e, após, sobre o trabalho

de pesquisa. Aproximadamente depois de 30 minutos, apareceu a Jennifer. Percebeu-se que ela não mora mais com o pai, conversou-se um pouco sobre o seu trabalho e reiniciaram-se os esclarecimentos sobre a pesquisa, para após, combinarem-se os horários e dias de entrevista. Todos os elementos da família, com exceção do Mário que estava ausente, mostraram-se disponíveis para participar e inclusive o tio auxiliou na organização dos dias e horários, reforçando que os sobrinhos não poderiam esquecer.

A primeira entrevista dessa família foi realizada com Marta num sábado, à tarde. Ela aguardava a pesquisadora em casa, junto com o tio, mas que ficou ausente no decorrer da entrevista.

Inicialmente, a pesquisadora fez perguntas sobre o abrigo, após retomou as explicações do trabalho, para então iniciar a entrevista gravada com o consentimento da adolescente.

No término do trabalho, a pesquisadora acertou com o tio a entrevista de Mário para o dia seguinte, domingo, de manhã.

Mário aguardava a pesquisadora, no dia e hora marcados. No início, conversou-se sobre brincadeiras, escola e a casa da vizinha, para então iniciarem-se os esclarecimentos sobre a pesquisa. O adolescente aparentemente compreendeu e concordou com a entrevista gravada, que durou aproximadamente 40 minutos.

A terceira entrevista foi realizada com Jennifer, em seu local de trabalho, num sábado, à tarde.

A entrevistada não aguardava a pesquisadora, aparecendo 2 horas depois do horário marcado. Justificou de maneira constrangida a sua demora, mas fez questão de realizar a entrevista, a despeito dos esforços da pesquisadora, mostrando-lhe que poderiam conversar em um outro dia.

Foi feito o mesmo procedimento no que se refere ao *rapport* que antecede a entrevista e, após, iniciaram-se as perguntas gravadas com o consentimento de Jennifer.

A quarta e última entrevista foi realizada somente duas semanas depois, em função da dificuldade de horários do genitor. Assim, combinou-se num domingo, às 19:30 horas.

José aguardava a pesquisadora; esta procedeu da mesma maneira, fazendo um *rapport* antes de iniciar a entrevista e, após, com o consentimento do genitor, realizou as perguntas semi-dirigidas.

Em relação à **família 4**, o primeiro contato foi estabelecido num sábado, à tarde na casa do genitor. Ele informou que havia saído do hospital no dia anterior e, de fato, aparentava bastante abatido. Conversou-se sobre os motivos da hospitalização, sobre o trabalho da pesquisadora e sobre os horários melhores para encontrar as filhas. Foi marcado o dia da entrevista com o genitor, Walter e a pesquisadora combinou que retornaria para conversar com os adolescentes no dia seguinte, domingo cedo.

Aproximadamente às 9 horas, a pesquisadora retornou à residência da família e encontrou-se com Alessandra e Maria; conversou-se sobre o abrigo, o trabalho da pesquisa e as adolescentes concordaram em participar, combinando-se os dias das entrevistas.

A primeira entrevista foi realizada com o genitor, na sala/quarto de sua moradia, num sábado, à tarde. Inicialmente estabeleceu-se um *rapport* e, após, efetivou-se a entrevista, gravada com a concordância de Walter e tendo duração de aproximadamente 45 minutos.

O segundo encontro foi realizado com Alessandra no dia seguinte, domingo cedo, na sala/quarto da moradia.

Iniciou-se com um *rapport* e após gravaram-se as entrevistas semi dirigidas, com consentimento da adolescente e com duração de aproximadamente 40 minutos.

O terceiro encontro foi com Maria no domingo posterior; entretanto esse realizou-se na casa em construção de Walter a pedido da pesquisadora. Iniciou-se com um *rapport* e posteriormente realizou-se a entrevista gravada com o consentimento de Maria e duração de aproximadamente 45 minutos.

Em relação à **família 5**, a pesquisadora procurou Joana no local de trabalho, visto que não tinha outro endereço. Ela reagiu de maneira um pouco hostil e desconfiada, todavia a pesquisadora apenas esclareceu que necessitava conversar com ela sobre um trabalho, mas que poderia ser na sua casa, mais tarde. A genitora marcou no dia seguinte, domingo, às 16 horas.

A pesquisadora compareceu no dia e hora marcados, mas, na residência ninguém atendeu. Houve mais duas tentativas no decorrer da tarde; porém, também sem sucesso.

No decorrer da semana, foi feita uma tentativa, à noite. Percebeu-se que tinha gente em casa, todavia ninguém atendeu.

A pesquisadora optou por esperar umas semanas e retornou após aproximadamente 45 dias, num sábado, à tarde. A genitora atendeu a porta, convidou a pesquisadora para entrar e conversaram mais ou menos 45 minutos, sobre o trabalho de Joana, os problemas com o filho e o trabalho de pesquisa. Alberto estava presente, demonstrou, através da fisionomia, insatisfação com os comentários da mãe a seu respeito, mas concordou em participar da pesquisa, assim como a sua mãe.

A entrevista com a genitora foi marcada, no domingo seguinte às 14 horas e a de Alberto seria realizada em seguida. Joana aguardava a pesquisadora no dia e horas marcados. No início, conversou-se sobre as dificuldades com o filho, sobre a residência deles, sobre a pesquisa e, finalmente, iniciou-se a entrevista gravada com consentimento da genitora. No término do trabalho, a pesquisadora aguardou mais algum tempo pelo adolescente, todavia desistiu e informou que retornaria no horário e dia sugeridos pela genitora.

Após dois dias, terça-feira, às 8:30 horas, a pesquisadora procurou o Alberto. Este não estava em casa e um vizinho informou que ele poderia estar numa oficina, próximo a sua residência. De fato, estava lá, varrendo a calçada. Disse que estava ocupado e que só poderia fazer a entrevista no domingo cedo.

A pesquisadora retornou no domingo, às 8:30 horas. Ninguém atendeu a porta, mas o adolescente foi encontrado numa rua, próximo a sua casa, sentado na mureta de uma residência.

A pesquisadora sentou-se ao seu lado, objetivando conversar. Aproximou-se um homem, morador da casa. A pesquisadora apresentou-se, e em seguida, aproximou-se uma mulher, dizendo que era madrinha de Alberto. Novamente a pesquisadora se apresentou, sendo convidada a entrar na moradia.

A Ana, madrinha de Alberto, pediu que este contribuísse com a pesquisadora, visto que era o trabalho dela; ele concordou, sendo que a entrevista do adolescente foi realizada na presença da sua madrinha.

No término da entrevista, Ana, na ausência do adolescente, elogiou-o, e uma outra vizinha que se aproximou fez comentários, sugerindo que a mãe de Alberto, Joana seria uma pessoa difícil de conviver.

Foi também realizada uma entrevista com a diretora do abrigo que acompanhou a inserção das crianças na instituição e o seu período de abrigo, visando a conhecer e complementar dados referentes a esses aspectos.

Essa foi marcada com antecedência e realizada fora do local da instituição, visando a viabilizar a sua efetivação, visto que, no abrigo, a diretora, seria requisitada com frequência, dificultando o desenvolvimento da entrevista. Esclareceu-se que ela é responsável pela administração da instituição e mantém um estreito contato com todas as crianças/adolescentes abrigados.

Após o término da etapa das entrevistas, colheram-se dados, com a permissão do abrigo, nas pastas arquivadas das crianças, objetivando conhecer dados registrados no que se refere às causas do abrigo, ao órgão ou pessoa responsável pelo abrigo ou qualquer outra informação relevante para o trabalho.

4 RESULTADOS

“Ninguém é uma ilha completa em si mesmo; todo homem é um fragmento do continente, uma parte do todo; se o mar arrebatou um penhasco, é a Espanha quem sofre a perda. O mesmo se se tratar de um promontório, de uma fazenda de seus amigos ou de sua própria, a morte de um homem me diminui porque estou inserido na sociedade, e por isso nunca pergunte por quem os sinos dobram: dobram por você.”

John Donne

A seguir serão apresentados os dados referentes às fichas de identificação socioeconômica dos genitores e adolescentes.

4.1 Família 1

A genitora, Margarida, nasceu em 19/03/47, é solteira, analfabeta, sempre trabalhou em roça, cortando cana e capinando café. Ela abrigou os cinco filhos mais novos do sexo masculino, sendo que três foram para a instituição religiosa do município de Uberaba e dois para o abrigo, cujas famílias estão sendo pesquisadas.

Margarida reside com os dois filhos, João e Antônio, em uma moradia própria, em um bairro de nível socioeconômico baixo, distante do centro da cidade. A casa é de alvenaria e tem seis cômodos, sendo três quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro.

A renda mensal da família é de R\$ 350,00, advinda do trabalho do filho mais novo da genitora, o Antônio. Margarida não trabalha, visto que tem problemas cardíacos; não é aposentada e a família não usufrui de benefícios sociais.

Margarida morou 17 anos com um companheiro que a abandonou, não auxiliando financeiramente e que teve com ela nove filhos, sendo seis meninos e três meninas. Atualmente, as idades das filhas são 36, 35 e 29 anos e dos filhos 27, 26, 25, 24, 22 e 20 anos. Uma filha de Margarida morreu há aproximadamente dois anos. No que se refere à escolaridade, uma filha e dois filhos concluíram respectivamente a 2ª série, a 4ª série e a 5ª série do Ensino Fundamental. Quanto aos dois filhos participantes desta pesquisa e residentes em casa, o Antônio parou de estudar no 1º ano do Ensino Médio e João está finalizando o terceiro grau, cursando Odontologia. A escolaridade dos outros três filhos a genitora não soube informar.

No que se refere a trabalho, todos os filhos, com exceção de João estão empregados como: guarda-vigia (dois), cobrador de ônibus, pespontador de calçados, varredora de prefeitura e cozinheira de salgados.

A genitora é evangélica, praticante e bastante envolvida, visto que frequenta a igreja três vezes por semana e faz orações na casa.

O filho mais novo de Margarida, o Antônio, nasceu em 25/07/83, interrompeu os estudos no 1º ano do Ensino Médio, mas pretende retornar e fazer Faculdade. Ele trabalha como pespontador em uma indústria de calçados e ganha R\$ 350,00, sustentando a mãe e o irmão, o João.

João nasceu em 04/01/81 e estuda na Universidade de Uberaba, cursando o último período do Curso de Odontologia. No decorrer do curso, nunca pegou dependências e demonstrou realização com a opção profissional. O adolescente foi auxiliado financeiramente por uma Organização Não-Governamental (ONG) italiana e pela instituição-abrigo, mesmo após o seu desligamento, desta.

4.1.1 Sobre o processo de institucionalização

4.1.1.1 Motivo da institucionalização

Na época do abrigamento, a genitora tinha sete filhos, não tinha moradia própria e havia sido abandonada pelo marido que também não auxiliava financeiramente.

Segundo a entrevista realizada com a genitora, os motivos do abrigamento de Antônio e João foram o abandono do marido e, em consequência, a dificuldade financeira para criar os sete filhos, sem moradia própria, sem auxílio financeiro do ex-marido e sem condições de pagar alguém para olhar os filhos. Os adolescentes identificam os mesmos motivos.

4.1.1.2 Reações e sentimentos à institucionalização

Segundo as entrevistas realizadas com a genitora e os filhos, identifica-se que a mãe sentiu-se alegre em função da possibilidade dos filhos estudarem. Mas, concomitantemente, sentiu responsabilidade pelo abrigamento dos meninos, desencadeando o compromisso de trabalhar e agir corretamente para não ser cobrada posteriormente pelos filhos.

Quanto a João, não queria ir para o abrigo, visto que se sentia desamparado sem a mãe; em consequência, chorou e tentou fugir, carregando o irmão. Quanto a Antônio não se lembra do período inicial de abrigamento, provavelmente em função de ter somente dois anos.

4.1.2 *Período de abrigamento*

4.1.2.1 Da adaptação

Através das entrevistas, identifica-se que a genitora e os filhos buscaram, respectivamente, no trabalho e no estudo, a possibilidade de melhorarem financeiramente as condições de vida. Constatou-se que mãe e filhos pensavam no futuro, acreditando que a instituição proporcionar-lhes-ia oportunidades. Todavia, Antônio considerava difícil viver no abrigo e desejava sair e João informa que se preservava, mantendo-se reservado, calmo e sério, visando a facilitar a permanência no abrigo.

4.1.2.2 Experiências significativas do período — facilitadoras e/ou dificultadoras

A genitora informa, na sua entrevista, que a falta de estudo, a necessidade de lutar e os comentários alheios referentes ao abrigamento dos filhos foram os maiores dificultadores do período.

Os filhos Antônio e João referem-se às regras e normas institucionais como dificultadoras do abrigamento. Antônio aponta ainda a falta de tempo para estudar, as mudanças institucionais com a presença de pessoas desconhecidas e as próprias mudanças referentes ao seu desenvolvimento que o faziam sentir-se preso. Além disso, Antônio enfatiza as agressões físicas sofridas no abrigo. João ressalta que pensar no futuro foi um facilitador para a permanência no abrigo.

4.1.2.3 Sobre as visitas

No que se refere às visitas, a genitora informa que ocorreram quinzenalmente e que levava balas, biscoitos e algum dinheiro para os filhos, que a abraçavam e pediam-lhe a benção. João informa que as visitas da mãe davam-lhe força; mas Antônio esclarece que, nos primeiros anos, a mãe era apenas uma mulher que o visitava e, somente com aproximadamente dez anos, ele compreendeu que aquela pessoa era a sua mãe.

6.1.2.4 Mudanças ocorridas na família durante o abrigamento

A genitora informa, na entrevista, que trabalhou muito na roça e, inclusive, constata-se na ficha de identificação que adquiriu uma casa. As suas filhas mais velhas casaram e saíram de casa. Sabe-se, através de relatos da instituição, que a genitora desenvolveu uma doença cardíaca que atualmente a inviabiliza de trabalhar.

Os adolescentes estudaram em escola pública e fizeram alguns anos em escola particular; concomitante, trabalharam na sapataria da instituição. Antônio foi trabalhar na Caixa Econômica Federal, em função de uma parceria do banco com o abrigo. E João entrou na Faculdade, cursando Odontologia, beneficiado com o auxílio financeiro do abrigo e de uma Organização Não Governamental italiana, denominada Associação Projeto David (APD).

4.1.3 Período de desligamento

4.1.3.1 Fatores desencadeantes do processo de desinstitucionalização

Nas entrevistas da genitora e dos filhos, constata-se que a mobilização para o desabrigamento não emergiu deles. A mãe informa que o abrigo desejava desinstitucionalizá-los e que recebia visitas de profissionais e dos filhos nos finais de semana. Todavia, informa-se que Antônio e João saíram do abrigo em momentos diferentes. Antônio teve uma briga com agressões físicas e de difícil contenção, com outro adolescente abrigado. A instituição optou rapidamente pelo seu desligamento, usando como critérios o fato de ter emprego, mãe presente e estar em processo de desligamento.

João saiu somente dois anos depois de Antônio; considera que não foi preparado e que a mobilização para a desinstitucionalização não emergiu dele. De fato, a instituição informa que João queria permanecer no abrigo até o término da Faculdade, mas a direção avaliou que, garantindo-lhe a continuidade do estudo, não justificaria o prolongamento do seu abrigamento.

4.1.3.2 Expectativas

No que se refere às expectativas, identifica-se que a genitora e o seu filho Antônio consideravam que seria mais fácil e não esperavam enfrentar algumas dificuldades. Mas João, ao contrário, esperava que fosse difícil a adaptação fora da instituição e com a família.

4.1.3.3 Das dificuldades pós-desligamento

No que se refere às dificuldades, identifica-se que a genitora e o seu filhos Antônio ressaltam o aspecto material como um dificultador do processo de adaptação. João, na entrevista, não aponta o aspecto material, mas sabe-se, através do relato do abrigo, que ele afirmava não querer desligar-se em função do local e das acomodações físicas de sua casa.

O vínculo com o abrigo é enfatizado pelos adolescentes como um dificultador, visto que os dois irmãos consideravam a instituição como uma família.

Identifica-se ainda em Antônio, o impacto de sair da instituição e ter que trabalhar, visando a sustentar a sua família; e o enfrentamento de uma doença bastante séria. Informa-se, através dos relatos da instituição, que ele adquiriu uma doença de caráter imunológico e ficou internado em isolamento durante meses, no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto.

4.1.3.4 Dos esforços empreendidos

Identifica-se que a genitora e os seus filhos se empenharam de maneira distinta, visando a facilitar o processo de adaptação e construir um futuro melhor. A mãe, no início, evitava falar alguma coisa para os filhos, considerando que teria que lhes dar tempo em função do longo período de abrigamento. Por outro lado, no que se refere às dificuldades financeiras, foi conversando com eles para que gradativamente se conformassem.

Antônio assumiu um emprego e sustenta, sozinho, a mãe e o irmão. Todavia, tem desejo de continuar estudando. João cursa Odontologia porque identificou que o

estudo seria a única forma de auxiliar a sua família. Além disso, informa que tenta recuperar o tempo perdido, ou seja, fazer o que não fez na adolescência.

4.1.3.5 Da representação da instituição

Identifica-se, nos relatos da genitora e de seus filhos, que a instituição representa uma possibilidade de estudo e oportunidades. Todavia, Antônio considera que a instituição oferecia estudo em escola particular, mas não viabilizava tempo para estudar. Os adolescentes avaliam o abrigo como um local fechado, que dificulta a interação com o ambiente social, ou seja, fora do abrigo. Mas identificam na instituição uma família, embora João aponte que não se sentia valorizado nas suas opiniões e Antônio informe que houve coisas ruins, negando-se a citá-las.

4.1.3.6 Da situação atual da família

Margarida mora em casa própria, com seus filhos — Antônio e João. No que se refere ao trabalho, cuida do lar. Quanto à saúde, tem problema cardíaco e constatou-se que não se trata adequadamente — não toma remédio e não faz controle sistemático. Demonstra ser uma pessoa com dificuldade de compreensão, provavelmente em função da ausência de escolaridade. Margarida não é aposentada, vive com a ajuda financeira de Antônio, o seu filho caçula.

Antônio trabalha em uma indústria de calçados e ganha R\$350,00 por mês. Está insatisfeito com o trabalho; gostaria de “mexer com papéis” e estudar. Entretanto, necessita trabalhar para sustentar a família, ou seja, mãe e irmão. Antônio parou de estudar no 1ºano do Ensino Médio, mas informa que tem desejo de

continuar e talvez fazer Direito ou Biomedicina. Demonstrou ser introspectivo, diz que fica muito em casa e, inclusive, apesar de gostar de futebol, raramente joga. Demonstrou, por meio de sua fala, certa tristeza e isolamento.

João está no último ano de Odontologia. Informa que gosta muito do curso, gosta de estudar, passear, jogar futebol e conversar com amigos. Esclareceu que a sua rotina diária está organizada em função da Faculdade, mas que ainda tem contatos freqüentes com a instituição e que ainda não se desligou.

A pesquisadora constatou que João está confiante no futuro e identificou falta de envolvimento no que se refere à possibilidade de transferir a sua bolsa de estudos para o irmão. João, inclusive, justificou que ainda gostaria de fazer especialização.

No que se refere à dinâmica familiar, percebeu-se ausência de comunicação. Os adolescentes desconheciam o fato da mãe não fazer tratamento. Antônio não verbaliza para João o desejo de estudar, pedindo inclusive para a pesquisadora conversar com o irmão.

Informa-se ainda que a genitora, dentro da sua simplicidade, demonstra ser bastante disponível com os filho e foi muito presente na fase de doença do Antônio ficando um longo período em Ribeirão Preto, acompanhando o filho.

Comunica-se que, no término deste estudo, João já havia concluído a sua graduação em Odontologia e, inclusive, conseguiu um emprego na cidade de São Paulo, através do abrigo (sic).

4.2 Família 2

A responsável pelo processo de desinstitucionalização dos filhos adolescentes Adriana, Francisco e Pedro, é a genitora Carmen, nascida em 26/05/72. Carmen concluiu a 1ª série do Ensino Fundamental, é católica, trabalha como empregada doméstica em uma moradia residencial, ganhando um salário mínimo.

A genitora mora com o companheiro, Alberto, que tem o Ensino Médio completo, é aposentado como técnico em enfermagem e remunerado com um salário mínimo.

A renda mensal da família é de três salários; usufruem do Vale Gás e esporadicamente o pai dos adolescentes manda alimentos.

Residem em moradia própria, do Alberto, em um bairro próximo ao centro da cidade. A casa é de alvenaria, em um terreno grande e tem seis cômodos, sendo três quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Atualmente, moram na casa a genitora, dois filhos — Adriana e Pedro — e o companheiro.

A filha mais velha da genitora nasceu em 21/04/87 e cursa o 2º ano do Ensino Médio, no período noturno, em uma escola pública. Trabalha como balconista em uma loja de armarinhos e ganha um salário. Adriana participou do projeto Agente Jovem, que objetiva auxiliar o jovem a conseguir o primeiro emprego — fez curso de computação e de telemarketing — mas interrompeu, visando ao emprego; todavia, informa que o projeto ajudou-a a conseguir trabalho.

O outro filho da genitora Francisco, nasceu em 07/02/89. Parou de estudar na 6ª série, argumentando que tem dificuldade para compreender a matéria. Atualmente, mora com o pai, auxiliando-o a transportar os aparelhos musicais, visto que o pai é músico e não pode carregar peso, em função de problemas de saúde.

O terceiro filho de Carmen, Pedro nasceu em 17/05/91 e cursa a 5ª série em uma escola pública. Diz que gosta de estudar e que as notas estão boas.

4.2.1 Sobre o processo de institucionalização

4.2.1.1 Motivo da institucionalização

Os genitores dos adolescentes são separados. Na época do abrigamento, as crianças moravam com a avó e os tios; a genitora habitava com o companheiro que se recusava a viver junto com seus filhos e o genitor era ausente, alcoólatra, doente e não auxiliava financeiramente.

Através do relato da genitora e de seus três filhos, percebe-se que eles consideram a existência de vários motivos desencadeantes da institucionalização; todavia, os maus-tratos sofridos na casa da avó foram um desencadeante apontado por todos, inclusive a instituição. A ausência de condições financeiras foi outro aspecto apontado por eles, com exceção de Pedro, sendo que Francisco ressaltou também a doença do pai. Além disso, a genitora desejava que os filhos tivessem estudo e boa alimentação.

A instituição informa que os adolescentes chegaram ao abrigo através do Conselho Tutelar, a pedido da mãe, e que chegaram maltratados e “largados”.

4.2.1.2 Reações e sentimentos à institucionalização

Um sentimento comum tanto à mãe quanto aos seus filhos diz respeito ao medo vivenciado por eles, em função do abrigamento. Carmen receava que os filhos

fossem adotados ou maltratados por alguém não ligado ao abrigo. Por outro lado, Pedro achou que a mãe o deixaria lá para sempre; Francisco conta que ficou assustado diante de tantas pessoas e que, no início, incompatibilizava-se com todos; e Adriana sentiu medo de ser esquecida e ficar isolada do Mundo. Apesar disso, a genitora e os dois filhos mais velhos — Adriana e Francisco — identificaram, em um primeiro momento, aspectos positivos no abrigo. Carmen sentia-se segura porque os filhos teriam respaldo educacional e alimentação.

4.2.2 Período de abrigamento

4.2.2.1 Da adaptação

Através dos relatos da genitora e dos filhos, depreende-se que todos enfrentaram dificuldades referentes ao pedido de adoção. A mãe conta que se sentia uma pessoa amarga e não se divertia. Os meninos informam que desejavam sair, sendo que Pedro ficava emburrado e preguiçoso e Francisco sentia-se deprimido e com saudades da mãe. Adriana relata que era desobediente, mal criada e desrespeitosa; ainda, segundo ela, no início, teve dificuldades para fazer amizades, mas, no decorrer do tempo, conseguiu.

4.2.2.2 Das expectativas significativas no período: facilitadoras e/ou dificultadoras

Carmen informa que, no decorrer do período de abrigamento dos filhos, enfrentou algumas dificuldades, tanto na sua vida pessoal quanto nas tentativas empreendidas, visando à retirada dos filhos do abrigo. No que se refere à vida

pessoal, o seu companheiro tentou suicídio inúmeras vezes, sendo hospitalizado, em consequência. Além disso, com o próprio trabalho, ela comprou metade de uma casa dele, mas não adquiriu a escritura e perdeu os recibos.

No que se refere à retirada dos filhos, no decorrer do tempo de abrigamento, Carmen fez testes psicológicos na instituição judiciária, visando a avaliação de sua sanidade mental; compareceu a audiências com o juiz e recebia em casa visitas da assistente social dessa instituição. Além disso, freqüentemente tinha contatos com a assistente social e psicóloga do abrigo, participando inclusive de grupos de pais. Ao longo desse período, cuja duração é de aproximadamente cinco anos, observa-se que a genitora reestruturou-se financeiramente, e, com a ajuda financeira da patroa, reformou a casa visando adequar a moradia às exigências do Judiciário.

Através dos relatos Pedro, Adriana e Francisco é possível verificar que houve experiências difíceis e facilitadoras, comuns e singulares. Pedro e Francisco apontam as agressões físicas e Pedro ressalta a hora de dormir e as brigas como um aspecto difícil no período de abrigamento. Francisco e Pedro apontam também a falta de liberdade como algo difícil; no entanto, Francisco afirma que o que era ruim na época hoje pode ser avaliado como sendo para o próprio bem.

Os relatos de Francisco e Adriana mostram que a instituição propiciou atividades agradáveis, que auxiliaram no período de abrigamento, como o trabalho na sapataria, o futebol, os passeios, a costura, as brincadeiras e o trabalho de instrumentadora com a dentista. Entretanto, Pedro aponta somente as festas. Percebe-se ainda que Francisco avalia que aprendeu no abrigo alguns princípios morais, como respeito, paciência e honestidade.

4.2.2.3 Das visitas

Compreende-se, através dos relatos da genitora, dos três filhos e dos arquivos da instituição, que as visitas eram valorizadas por todos, visto que Carmen faltou somente duas vezes durante todo o processo de abrigamento (dados de arquivos); que aproveitavam o momento para tomar um lanche, conversar sobre a semana e sobre o empenho da genitora para retirá-los do abrigo. Francisco aponta que, nessas visitas, perguntava somente sobre o seu pai, que nunca os visitou.

4.2.2.4 Mudanças na Família

O companheiro de Carmen concordou em aceitar os filhos desta em sua casa. A genitora adquiriu um emprego estável e inclusive recebeu ajuda material da patroa para adequar-se às exigências da instituição judiciária. Os filhos da genitora, conforme foram entrando na adolescência, tornaram-se mais desejan-tes de sair do abrigo

4.2.3 Sobre o período de desligamento

4.2.3.1 Fatores desencadeantes do processo de desinstitucionalização

Por meio do relato da genitora e dos seus filhos, pode-se perceber que os principais fatores desencadeantes da desinstitucionalização foram o desejo, atrelado às pressões do Judiciário e o esforço da genitora que trabalhou e adequou-se às exigências materiais. Para tanto, a mãe fez acompanhamentos com profissionais e

compareceu a todas as reuniões e entrevistas, sob intimação do juiz ou a pedido do abrigo.

4.2.3.2 Expectativas

No que se refere a essa categoria, apreende-se que a genitora e a filha tinham uma expectativa bastante positiva. Carmen esperava construir uma família com os filhos e o companheiro e que este representasse uma autoridade para Pedro, Francisco e Adriana. A adolescente esperava o momento do desligamento, como o melhor da sua vida. Por outro lado, Pedro achava que as pessoas não o deixariam sair e Francisco não desejava sair, visto que as pessoas diziam-lhe que a vida lá fora seria ruim.

4.2.3.3 Das dificuldades pós-desligamento

Através dos relatos da genitora e dos filhos, observa-se que a convivência com o companheiro de Carmen foi um aspecto difícil — apontado por todos, com exceção de Francisco — devido à resistência do mesmo em aceitar os filhos. A questão financeira também foi apontada pela genitora e pela filha, sendo que Francisco demonstra ressentir-se da ausência de disciplina e de um acompanhamento nas tarefas escolares e Adriana sentiu-se perdida e triste nas primeiras semanas. Carmen e sua filha apontaram também o comportamento de Francisco como preocupante, visto que ele mentia e relacionava-se com companhias inadequadas.

4.2.3.4 Dos esforços empreendidos

Através dos relatos da genitora e de seus filhos, percebe-se que a presença da mãe foi bastante significativa no período pós-desligamento do abrigo, visto que ela dialogava com os filhos sobre as dificuldades e, segundo Adriana, fazia todos os dias o jantar para eles.

Além disso, observa-se que o fato da mãe estar empregada, ter conseguido um terreno e uma cesta de materiais são fatores que auxiliaram na estruturação inicial da família.

4.2.3.5 Da representação da instituição

Compreende-se, através dos relatos da genitora, de Francisco e Adriana que o abrigo propicia condições de estudo, cursos e, ainda, segundo Carmen, favoreceu a aprendizagem de atividades domésticas para Adriana. Por outro lado, todos os quatro elementos identificam aspectos negativos na institucionalização. Carmen ressentia-se de não ter acompanhado os filhos por um período longo de suas vidas. Os adolescentes consideram o abrigo fechado, sem possibilidade de participação na comunidade (não poder ir às festas, a existência de horários rígidos, etc). Apreende-se ainda que o Pedro, dentre os irmãos, é o que percebe o abrigo da maneira mais negativa, identificando como vantagens somente os dias de festas e comemorações.

4.2.3.6 Da situação atual

Carmen está trabalhando como doméstica e ganha um salário. Mora junto com os filhos Pedro e Adriana e com o companheiro, na casa deste. Pretende se separar do companheiro, visto que não gosta mais dele, e construir uma casa. Carmen ainda não se separou porque não tem para onde ir (sic). Diz que espera aprender a ler e a escrever, formar os filhos e ter uma vida de paz. Francisco mora com o pai, porém, vai à casa da mãe várias vezes por semana. Trabalha com o pai, auxiliando-o na desmontagem e montagem da aparelhagem de som; não estuda e avalia que sua vida parou pelo fato de desligar-se da instituição, pedindo inclusive à pesquisadora, para retornar ao abrigo. Por outro lado, afirma que deseja seguir a carreira militar e está aguardando concurso para se inscrever.

Pedro mora com a mãe, estuda, tem notas boas na escola e informa que pretende terminar os estudos ao finalizar o Ensino Médio. Em casa, cumpre as tarefas domésticas, arrumando o quarto e lavando o próprio uniforme. Além disso, quer ajudar a mãe a conseguir um emprego. Segundo Pedro, a sua vida melhorou quando saiu do abrigo.

Adriana trabalha como balconista, ganhando um salário, e estuda no período noturno. Além disso, participou do Agente Jovem, embora não tenha concluído o programa. Entretanto, o projeto ajudou-a a conseguir um emprego (sic). Informa que pretende fazer Faculdade, mas ainda não sabe o curso. Deseja um trabalho melhor, comprar uma casa, uma moto ou um carro. Além disso, gostaria muito que os irmãos estudassem. Avalia que tem muita coisa para mudar na vida; acha que a mãe e os irmãos devem sair da casa de Alberto mesmo que seja para morar de aluguel e ela contribuir financeiramente.

De tudo o que foi dito, a família parece estar se reestruturando adequadamente, no que se refere à escola e ao vínculo com a mãe. Entretanto, Francisco demonstra estar alheio a esse processo e com dificuldades que deveriam ser observadas (más companhias, mentiras, etc), visando a não comprometer o próprio futuro.

4.3 Família 3

O genitor responsável pelo desabrigo dos filhos, José nasceu em 3/5/62, é solteiro, tem o Ensino Fundamental completo e é católico praticante. Trabalha em fazenda, como ajudante geral de alambique, ganhando R\$ 460,00 por mês. Atualmente, o irmão mora com ele, auxiliando esporadicamente nas despesas domésticas. A família já usufruiu do benefício do Bolsa-Escola e de Vale Gás mas, atualmente, não usufrui de benefício algum.

A família reside em moradia própria, de alvenaria, sem laje, com quatro cômodos — sendo uma cozinha, dois quartos e um banheiro — localizada em um bairro de nível socioeconômico baixo, na periferia do município de Uberaba.

Atualmente, residem na casa três pessoas, sendo o genitor, a filha e um irmão do genitor. A genitora morreu em função de cirrose, visto que era dependente de drogas e álcool (sic).

José tem três filhos, entretanto, somente uma filha, no término deste trabalho, está morando com ele. A filha mais velha de José — Jennifer — nasceu em 13/3/88, parou de estudar na 7a/8a série do curso supletivo, participou do projeto Agente Jovem; entretanto, não finalizou e, atualmente, trabalha como telefonista de uma firma que representa aparelhos de massagem, ganhando R\$ 150,00 por mês. A

adolescente não mora com o pai e aluga um quarto, na residência de uma mulher. Não gosta de estudar porque acha cansativo, mas pretende retornar os estudos até o Ensino Médio.

A outra filha de José — Marta — nasceu em 25/9/89. Parou de estudar na 6ª série, em função de não gostar. Desejaria de fazer um curso de computação e informa que arruma a casa apesar de não ter satisfação por essa atividade.

O filho caçula, participante deste trabalho, nasceu em 8/8/91, está na 5ª série de uma escola pública; entretanto, o genitor informou que havia parado, e frequenta uma instituição para adolescentes em situação de risco, no período vespertino, desenvolvendo atividades de esporte e música. Mário, atualmente reside com vizinhos, gosta de brincar e jogar bola e não gosta de escola e de acordar cedo.

4.3.1 Sobre o processo de institucionalização

4.3.1.1 Motivo da institucionalização

Através dos relatos do genitor e dos filhos, Mário e Jennifer apreende-se que foi em função do abandono da genitora que eles foram para o abrigo; no entanto, o pai e a Jennifer desconhecem os motivos que levaram a genitora a agir dessa maneira; e o Mário justifica que a mãe não tinha como cuidar deles, teve problemas de saúde e, por isso, abrigou-os. Por outro lado, compreende-se, através do relato do genitor, que ele, quando se separou, não auxiliava financeiramente os filhos e não estabelecia contato com eles.

No que se refere ao abrigamento da Marta, apreende-se, através dos relatos dela, que este objetivava promover a convivência com os irmãos. Nesse aspecto a

instituição informou que o genitor, após um ano de visitas aos filhos, Mário e Jennifer, institucionalizou a Marta porque considerou que no abrigo, ela estaria mais bem cuidada, principalmente no que se refere aos aspectos materiais.

A instituição informa, ainda, que Mário e Jennifer, chegaram ao abrigo bem cuidados e através do Conselho Tutelar.

4.3.1.2 Reações e sentimentos à institucionalização

Através do relato do genitor, compreende-se que ele ficou surpreso, sentiu tristeza e revoltas pelo abrigamento dos filhos. No que se refere a Jennifer, apesar de ter sido bem recebida no abrigo, não gostou, não brincou, ficou triste e chorou. Por outro lado, Marta ficou feliz e logo conheceu uma moça que representava sua mãe. Quanto ao Mário, não se lembra, visto que era muito pequeno.

4.3.2 *Período de abrigamento*

4.3.2.1 Da adaptação

Através do relato do genitor, e dos filhos Jennifer e Marta, compreende-se que eles identificaram aspectos positivos no abrigo, auxiliando-os na adaptação. José sentia-se tranquilo, visto que os filhos estavam bem cuidados, tinham boa educação e ele poderia trabalhar sem preocupações. Mário fazia atividades que lhe agradavam, tais como ir a clube, ir à fazenda, brincar e andar de bicicleta. E a Jennifer gostava do abrigo porque lá aprendeu a valorizar a família, conheceu gente nova e as pessoas eram legais.

Por outro lado, identifica-se no relato do genitor, da Marta e da Jennifer que as saudades e dor da ausência da convivência familiar acompanharam-nos em todo o período de adaptação, desencadeando choro nas duas adolescentes e depressão em Jennifer.

4.3.2.2 Experiências significativas do período — facilitadoras e/ou dificultadoras

Através do relato do genitor, compreende-se que o contato com os filhos, no momento das visitas, era uma experiência gratificante, visto que ele sentia-se respeitado e considerado; esse aspecto também é enfatizado pela Jennifer que evidencia que as visitas do pai facilitavam o abrigo.

O genitor aponta o acompanhamento com a psicóloga e com o Conselho como uma experiência significativa, visto que objetivava esclarecer-lhe dificuldades e encorajá-lo para retirar os filhos do abrigo.

Através do relato da Marta e da Jennifer apreende-se que o cuidado das pessoas do abrigo com elas, foi uma experiência facilitadora, mas, por outro lado, a ausência da família foi um dificultador.

Algumas dificuldades apresentam-se para o Mário e a Jennifer como experiências agradáveis no abrigo, respectivamente: o clube, a fazenda, a escola, a brincadeira, a bicicleta e para a Jennifer a tarefa de acompanhar as visitas das pessoas à instituição.

Marta aponta ainda as dificuldades com as outras crianças mais velhas, visto que tinham alguns privilégios e a Jennifer e o Mário apontam algumas lembranças, as quais se apreende que foram assustadoras. São elas a braveza da avó e o seu

cachorro bravo, para a Jennifer e para o Mário, o episódio de um menino que tentou matar um outro abrigado com a faca.

4.3.2.3 Das visitas

Através dos relatos do genitor e dos filhos, apreende-se que as visitas eram momentos de conversas e de pedidos, oriundos da Marta, para sair do abrigo; todavia o Mário também desejava, mas não falava. Identifica-se também que as visitas eram quinzenais, em função do trabalho do genitor e que a mãe nunca visitou — dado confirmado nos registros da instituição.

4.3.2.4 Mudanças ocorridas na família, durante o período de abrigamento

Através dos relatos do genitor e de seus filhos, apreende-se que eles não identificam mudanças na família, durante o período de abrigamento; talvez em função disso, a Marta e a Jennifer e o próprio genitor avaliem que ele (genitor) não estava preparado para receber os filhos de volta.

4.3.3 *Período de desligamento*

4.3.3.1 Fatores desencadeantes

A instituição judiciária insistiu bastante para que José retirasse os filhos do abrigo, fazendo inclusive uma certa pressão. O genitor adequou-se às exigências

materiais do judiciário e participou das reuniões com os profissionais do abrigo de maneira freqüente.

4.3.3.2 Expectativas

Apreende-se através do relato do genitor, receio em retirar os filhos do abrigo, visto que eles poderiam não lhe obedecer ou não cumprir as tarefas; mas, por outro lado, identifica-se expectativa dos filhos serem bastante tranqüilos — sempre obedecendo e não discordando.

No que se refere aos filhos, não se identificam expectativas.

4.3.3.3 Dificuldades

Através do relato do genitor e dos filhos, compreende-se que o período pós desinstitucionalização foi bastante difícil para todos. O momento de desligamento do abrigo apresenta-se, para os adolescentes, doloroso, em função da separação de algumas pessoas e, em conseqüência, as saudades. Por outro lado, parece que, para o genitor, esse período inicial foi mais tranqüilo, visto que os filhos obedeciam-lhe.

No decorrer do tempo, sob a perspectiva do Mário, não houve mais dificuldades; todavia, sabe-se, através dos seus relatos, que já mudou de moradia inúmeras vezes, habitando com a avó, uma amiga do pai, na igreja e com o próprio pai; e, no fechamento deste trabalho, estava morando com vizinhos.

No que se refere às meninas, compreende-se que estranharam o tamanho pequeno da casa, a ausência de conforto e a Marta ressentiu-se da mudança do pai,

visto que, no período de abrigamento, agradava; mas, na fase de pós-saída do abrigo, agredia fisicamente e ameaçava abandoná-los. Além disso, não os deixava sair, desencadeando atritos.

Atualmente, a Marta demonstra ressentir-se com a indiferença do pai, que não bate mais, não briga, mas também não dá atenção e verbaliza que não se preocupa com eles.

Através do relato do genitor, compreende-se que a (re)adaptação com os filhos tem sido frustrante, visto que os filhos não obedecem e largaram a escola a despeito dos seus esforços, tentando explicar, corrigir e ensinar.

4.3.3.4 Dos esforços empreendidos

Compreende-se, através dos relatos do genitor e dos filhos, que existem esforços; todavia, de acordo com as possibilidades e limites de cada um.

José fez acompanhamentos com psicóloga, durante um determinado período, conversava com os filhos, explicando sobre a importância da escola, visitou o local de trabalho da Jennifer e inclusive conversou com o patrão dela. Além disso, segundo relatos da Marta, o genitor deixou de trabalhar diversas vezes para vigiar os filhos e percebe-se que tentou diversas alternativas de lar para o filho, talvez visando a controlá-lo melhor.

Mário aparentemente aceitou essas mudanças, está freqüentando uma instituição para adolescentes, no período em que não estuda e tem uma estreita ligação com uma vizinha, ficando com ela no período ocioso. No término deste trabalho, soube-se que ele se mudou para a casa dessa vizinha. Compreende-se que a disponibilidade de aproximar-se de alguém é um esforço empreendido.

Marta é a única filha que está morando com o pai, apesar de apresentar bastante ressentimento e dificuldades com a figura paterna. Pediu à pesquisadora que entrevistasse junto ao pai, visando a matriculá-la na escola, mostrando desejo de retornar ao estudo.

Jennifer participou do projeto Agente Jovem; todavia, recebeu uma proposta para trabalhar como telefonista de uma loja de aparelhos de massagem, ganhando um pouco mais, e saiu do projeto federal. Compreende-se também que a sua saída de casa foi uma alternativa para não brigar mais com o pai; mas visita-o com frequência e também informou que pretende retornar o estudo até o Ensino Médio.

4.3.3.5 Da representação da instituição

De acordo com os relatos do genitor e dos três filhos, apreende-se que consideram o abrigo uma instituição que propicia aprendizagem, inclusive garantindo, segundo José e Mário, a possibilidade de um futuro melhor. Compreende-se também que os três adolescentes estabeleceram um vínculo com as pessoas do abrigo, todavia Marta e Jennifer sentiam-se presas e desejavam ir embora.

4.3.3.6 Da situação atual da família

Compreende-se que o período de (re)convivência familiar, pós desligamento foi bastante difícil para todos os elementos da família; com conflitos frequentes entre o genitor e os filhos e, em consequência, uma desestruturação familiar que culminou com a saída de Jennifer. e do Mário da casa do pai, o abandono da escola por parte

das duas filhas, ressentimentos, frustrações e um sentimento de mau comportamento dos filhos.

Atualmente, habita com o José, somente a Marta — a mesma filha com quem ele ficou, quando se separou e um irmão do pai, por um período de tempo limitado; mas que parece amenizar os problemas de relacionamento entre pai e filhos e também auxiliou a pesquisadora a estabelecer os contatos com os elementos da família.

O genitor trabalha sete dias por semana, com uma carga horária superior a 8 horas. Não tem vícios, é um homem caseiro, religioso, mas, segundo os relatos das filhas, apresenta dificuldades dialógicas e algumas inadequações com os filhos. Apreende-se que ele se arrepende de ter tirado os filhos do abrigo e frustra-se com o fato de não conseguir controlá-los. De fato, identifica-se que os filhos estão estruturando a própria vida, independente dele. Apenas a Marta permanece em casa, mas com muitos ressentimentos do pai e com a vida desorganizada, visto que parou de estudar, chega em casa de madrugada ou mesmo não dorme em casa.

Jennifer, primogênita da família, saiu de casa — aluga um quarto de uma senhora, não estuda e trabalha em um emprego que suscita indagações. O próprio genitor também as fez, todavia aparentemente conforma-se com as opções da filha.

Identifica-se que a relação da Jennifer com o patrão não se restringe ao vínculo empregado/empregador e que a sua função no emprego é indefinida, visto que, apesar de ser telefonista, sai do local de trabalho por longas horas, com o patrão. Questiona-se também o seu salário (\$150.00), *a priori*, insuficiente para suas despesas de moradia, alimentação e vestuário.

Jennifer diz que pretende voltar a estudar, demonstra afeto pelo pai e os irmãos, mas considera impossível retornar para casa e conviver com a figura

paterna; e inclusive apresenta segurança no que se refere à opção de morar sozinha.

Mário, no término deste trabalho, migrou para a casa dos donos da padaria localizada ao lado de sua casa e, segundo informações, deve mudar-se de Uberaba, junto com casal. Mário recentemente foi matriculado numa instituição para adolescentes — Casa do Menino —, no período vespertino e estuda no período matutino, todavia falta com freqüência e inclusive o pai informou que ele também havia abandonado a escola.

Identificou-se, através de suas respostas, que ele está infantilizado, aquém de sua idade cronológica, todavia aparenta ser um menino dócil e talvez a proximidade com o casal de vizinhos possa auxiliá-lo nas suas necessidades de desenvolvimento.

Apreende-se que todos os elementos dessa família necessitam de apoio advindo de instituições comprometidas com o desenvolvimento da infância e juventude e com a família.

Identifica-se que, de fato, o genitor não tinha estrutura psico-social para receber os filhos, todavia a despeito de dificuldades, os adolescentes não apresentam desejo de retornar ao abrigo, diferentemente do pai que se arrepende de os ter retirado.

Identifica-se também que a Marta é a mais ressentida com a figura paterna, ou pelo menos é a que anuncia mais explicitamente os problemas, pedindo socorro. Ressalta-se que é a única filha que permanece com o pai e também foi com ela que ele ficou quando se separou da mãe dos filhos.

Outro aspecto relevante da situação dessa família refere-se à necessidade de revelar a verdade sobre a situação da figura materna. Apreende-se que

especialmente as meninas têm dúvida no que se refere à morte da mãe e curiosamente o genitor, na entrevista, apenas afirma não saber sobre o paradeiro da ex-mulher. Avalia-se que, se existe algo relevante escondido, dificilmente a família poderia interagir com segurança, culminando no comprometimento das relações intra-familiares.

4.4 Família 4

O genitor Walter, nasceu em 12/03/56, tem a 2ª série do Ensino Fundamental, é separado e trabalha como zelador da portaria de um prédio residencial, ganhando R\$ 330,00 por mês. O genitor usufrui do benefício de Vale Gás, mora em uma casa cedida, em um bairro próximo ao centro do município de Uberaba, de alvenaria, com quatro cômodos, sendo um quarto, uma cozinha, uma sala e um banheiro. Todavia, Walter está construindo a própria moradia, no mesmo bairro, de alvenaria e com seis cômodos, sendo três quartos, sala, cozinha e banheiro.

O genitor tem cinco filhos. A mais velha concluiu a 4ª série do Ensino Fundamental, trabalha e nunca foi abrigada. As outras três filhas foram institucionalizadas no abrigo, cujas famílias estão sendo pesquisadas, sendo que a mais nova - a Cristina - foi adotada e as outras — Maria e Alessandra — residem com o pai e são participantes desta pesquisa. O único filho do sexo masculino — o Júnior — é deficiente mental, foi também abrigado por um período curto de tempo, em uma instituição não apropriada para a sua deficiência, sendo retirado pelo genitor que o colocou morando com um primo. Atualmente, o Júnior reside com a mãe. A genitora é relativamente presente, ou seja, esporadicamente freqüenta a casa do Walter e as filhas Maria e Alessandra a visitam também raramente.

Walter é católico, não praticante.

Maria, nasceu em 06/11/81 e cursa o 2ºano do Ensino Fundamental, no período noturno de uma escola pública. Gosta da escola e desenvolve atividades domésticas no próprio lar, ou seja, passa a roupa, faz almoço e arruma casa. Esporadicamente, também faz alguns “bicos” para ganhar dinheiro.

Alessandra nasceu em 12/08/84, cursa o 1º ano do Ensino Médio, no período noturno de uma escola pública, mas demonstra desânimo com o estudo. Alessandra desenvolve algumas atividades domésticas no próprio lar, tais como arrumar a casa e lavar a louça. Tem procurado emprego, todavia, não tem conseguido.

4.4.1. Sobre o processo de institucionalização

4.4.1.1. Motivo de institucionalização

Na época do abrigamento, os genitores estavam separados e a genitora havia abandonado as filhas, que ficavam na rua, pedindo esmola. As adolescentes foram encaminhadas à instituição pelo Conselho Tutelar e, segundo informações do abrigo, chegaram bastante descuidadas e maltratadas.

Segundo as entrevistas do genitor e de suas filhas, o motivo da institucionalização foi o abandono da mãe; todavia, Alessandra informa que a mãe batia, não tinha responsabilidade e deixava-as na rua. Maria diz que a mãe não tinha condições financeiras, vivia com outro homem e deixava-as sozinhas em casa. Walter ressalta que ele abandonou a mulher e essa era muito perdida.

4.4.1.2. Reações e sentimentos à institucionalização

Walter, diante da institucionalização das filhas, sentiu-se triste e, em seguida, procurou a instituição e o juiz; todavia, não tinha condições de retirar. As filhas, no início do abrigamento, estranharam o ambiente, sendo que a Alessandra sentiu-se sozinha e a Maria chorou, ficou nervosa e sentiu medo das pessoas.

4.4.2. *Período de abrigamento*

4.4.2.1. Da adaptação

Identifica-se que houve uma acomodação por parte dos genitores e das duas filhas, no que se refere ao abrigamento; todavia, os três desejavam mudar essa realidade. A relação do Walter com o abrigo foi melhorando; além disso, ele parou de beber, visando a retirar as filhas do abrigo. Alessandra desejava sair da instituição porque iria completar a idade limite para o desligamento e poderia auxiliar o pai nas tarefas domésticas e a Maria aponta alguns aspectos de adaptação. São eles: amizades, conversas com pessoas que tinham a mesma realidade, cumprimento das funções e os conselhos das pessoas que lhe diziam que o abrigo era melhor que a rua.

4.4.2.2. Experiências significativas do período — facilitadoras e /ou dificultadoras

No que se refere às experiências significativas, o Walter aponta agressões físicas sofridas pelas filhas no abrigo e a sua filha Maria reitera. Walter também

aponta maus-tratos morais sofridos por profissionais da instituição judiciária, auxílio de profissionais do abrigo, tratamento com neurologista e acompanhamento com psicóloga. Além disso, houve, no início do abrigamento, uma liberação para as filhas passarem os finais de semana em casa, mas essa foi cancelada em função de atritos entre a Alessandra e a mãe. Explica-se, quanto a esse episódio, que a Maria e a Cristina — filha mais nova do Walter — foram liberadas para passar os finais de semana em sua casa e a Alessandra foi liberada para ficar na casa da mãe. Todavia, houve um conflito entre Alessandra e a genitora, provocando a suspensão da liberação dos finais de semana das três meninas.

No que se refere a esse episódio, a instituição não sabe dar detalhes, mas explica que anteriormente qualquer inadequação ou suspeita acarretaria a suspensão desse tipo de visita, em função da ausência de profissionais para avaliarem a situação.

Constata-se ainda, através dos relatos do Walter, que o seu casamento com uma companheira, doente mental, pode ter sido um dificultador no período de abrigamento das meninas. Ressalta-se também a adoção de Cristina, segundo relato do Walter, concedida por ele em função de dificuldades financeiras.

Alessandra, no seu relato, não apresenta experiências dificultadoras ou facilitadoras, afirmando não se recordar, mas aponta que, no abrigo, tinha roupa, calçado e apoio. Além disso, identifica, como sua irmã, que as visitas do pai aos domingos eram bons momentos.

Constata-se, através dos relatos de Maria, que as saudades do pai e a adaptação às regras institucionais foram um dificultador no período de abrigamento; por outro lado, ficar com as crianças pequenas era uma função prazerosa.

Esclarece-se que Maria, no período de abrigamento, cuidava das crianças pequenas e, inclusive, dormia com elas.

4.4.2.3. Das visitas

Identifica-se, através dos relatos do genitor, da Maria e da Alessandra que as visitas eram valorizadas pelos três. Walter era freqüente aos domingos e, às escondidas, encontrava as filhas nos outros dias. As adolescentes consideravam as visitas um momento bom e aproveitavam-nas para conversar e pedir para sair da instituição.

4.4.2.4. Mudanças ocorridas na família durante o período de abrigamento

Segundo relatos do genitor e de Maria, o fato do dele parar de beber foi uma atitude importante no período de abrigamento. Todavia, identifica-se, no seu relato, outras mudanças, são elas: a união com uma mulher doente e posteriormente a morte desta, deixando-o com sentimento de solidão. O tratamento com um neurologista, visando ao seu vício e o acompanhamento psicológico, visando a prepará-lo para receber as filhas em casa. A estruturação material em função do desligamento das filhas e a insistência junto ao juiz, depois da morte da companheira, pedindo a retirada de Maria e Alessandra também se apresentam com alterações ocorridas no período de abrigamento.

No que se refere a Alessandra, através de seu relato, identifica-se que ela, quando mais velha, desejava e pedia ao pai para sair do abrigo.

4.4.3. Período de desligamento

4.4.3.1. Dos fatores desencadeantes do processo de desinstitucionalização

Através dos relatos do genitor e das filhas, constata-se que o fator desencadeador emergiu do próprio Walter, que parou de beber e insistiu com o juiz na retirada das filhas do abrigo.

4.4.3.2. Das expectativas

Identifica-se que a expectativa do genitor e das filhas era positiva no que se refere ao desligamento. No entanto, o Walter esperava algumas dificuldades em função dos privilégios materiais que as filhas tinham no abrigo; mas, por outro lado, esperava cuidar das filhas e ser cuidado por elas. Alessandra tinha a expectativa de arrumar um emprego e auxiliar o pai nas tarefas domésticas. E Maria esperava sentir-se livre, além de sonhar com uma casa e um quarto somente para ela.

4.4.3.3. Das dificuldades pós-desligamento

Através de relatos do genitor, e das filhas constata-se que houve dificuldades no período de adaptação das adolescentes com o pai, em casa. Identifica-se que para a Maria e a Alessandra o início foi difícil, desencadeando tristeza, choro e desejo de retornar ao abrigo. Constatou-se constrangimento em Maria para abordar esse assunto e dificuldade para identificar os aspectos mais difíceis. Walter, através dos seus relatos, demonstra que foi difícil lidar com a desobediência e agressividade

das filhas. E Maria demonstra, nas suas respostas, que se ressentiu da ausência de privilégios materiais, da falta de liberdade — argumentando que tinha medo do pai molestá-la — e do receio dele beber, esclarecendo que, no período de 12 meses, ocorreu somente uma crise.

Informa-se que, quando o Walter bebe, fica totalmente debilitado — prostrado na casa, sem comer e sem realizar adequadamente a higiene — e, por esse motivo, freqüentemente é internado até se recuperar. Em função da crise alcoólica do Walter, citada por Maria, as filhas pediram auxílio ao abrigo, que viabilizou uma internação, visando a sua recuperação (sic).

Informa-se ainda que, no final da entrevista, Walter relatou à pesquisadora que a Alessandra comprou cerveja para dois rapazes, a pedido deles. Mas o dinheiro dado para pagar era falso e foi isso descoberto, desencadeando a pressão da dona do bar e da Polícia, objetivando conhecer o nome dos rapazes e, esses, por sua vez, ameaçam a Alessandra de matá-la, caso sejam delatados.

4.4.3.4. Dos esforços empreendidos

Identifica-se, através do relato do genitor, e das filhas, empenho visando a contornar as dificuldades enfrentadas no período de adaptação familiar.

Walter, objetivando acompanhar a freqüência das filhas na escola, mudou-as de período e elas estão freqüentando as aulas, apesar de Alessandra considerar a escola cansativa.

O genitor, diante das dificuldades, pediu auxílio à própria mãe, à assistente social do abrigo e conversou com as filhas, mostrando-lhes a sua adultez. Além disso, está finalizando a construção de uma casa e, dentro do possível, assiste

materialmente as filhas. Informa-se que, no final da entrevista, o pesquisado mostrou à pesquisadora os armários de cozinha, enfatizando que não deixa faltar comida para as filhas.

Alessandra e Maria dividem as tarefas domésticas; a Alessandra lava a louça — apesar de não gostar — e arruma a casa. Maria faz almoço, passa a roupa e arruma a casa — mesmo não gostando.

No que se refere a emprego, sabe-se que a Alessandra tem procurado como costureira, todavia, não tem conseguido, e que a Maria de vez em quando, faz faxina e escovas em cabelos, visando a ganhar dinheiro (sic).

Ressalta-se que se avalia que Alessandra tende a ter dificuldade para encontrar emprego em função do seu aspecto físico — sempre desleixado — e da suspeita de algum comprometimento cognitivo.

4.4.3.5. Da Representação da instituição

Através de relatos do genitor e das suas filhas, apreende-se que eles consideram o abrigo um local proporcionador de aprendizagem e oportunidades. O Walter enfatiza que as filhas estavam sempre “arrumadinhas”, fizeram cursos e recentemente ganharam os livros do Ensino Médio. Alessandra aponta que a instituição corrige, ajuda e dá apoio e Maria associa a instituição a estudo. Todavia, as adolescentes enfatizam que as crianças devem ficar com a família, aconselhando os pais a lutarem para retirar os filhos do abrigo. Maria, através dos seus relatos, demonstra achar a instituição fechada, visto que se sentia presa, impossibilitada de sair ou de fazer alguma coisa; e avalia que os funcionários deveriam tratar as

crianças como filhos, compreendendo que eles estão abrigados por necessidade e não por desejo.

4.4.3.6. Da situação atual

O genitor as filhas residem em casa emprestada, em um bairro central no Município de Uberaba. Percebe-se que ainda estão em um período de adaptação — pós desinstitucionalização — enfrentando dificuldades de diversas ordens, entre elas: doença, conflitos intrafamiliares, limitações para enfrentar o mercado de trabalho e a própria dificuldade de (re)construir uma convivência familiar.

Walter apresenta problemas de saúde e um aspecto físico bastante abatido, segundo ele, em função de uma anemia e, também aguarda resultados de exames, averiguando hepatite. Walter trabalha em um prédio como porteiro e está construindo uma moradia nos fundos do terreno da casa de sua mãe. Demonstra expectativa de tratar da saúde, de terminar de construir a casa — em fase de acabamento — e de arrumar uma companheira. Através do seu relato, depreende-se que deseja que as filhas trabalhem, namorem e casem com pessoas legais e trabalhadoras. Percebeu-se que Walter, apesar das dificuldades enfrentadas, está identificado com a função paterna. É um pai presente, que briga e cuida das filhas da maneira que lhe parece adequada.

Alessandra está no 1º ano do Ensino Médio do período noturno, em uma escola pública. Considera o estudo cansativo e desanimador, fato compreensível. Avalia-se que a adolescente deveria ter um acompanhamento, em função da suspeita de comprometimento cognitivo. Ressalta-se que esse pode ter sido causado pela própria situação de abandono e institucionalização. Avalia-se também

que a sua saúde exige cuidados, em função de obesidade e pressão alta. Um outro aspecto preocupante diz respeito a sua aparência desleixada, provavelmente dificultando conseguir emprego. No entanto, sabe-se que Alessandra tem procurado trabalho como costureira e, inclusive, ela própria já sugeriu um emprego na instituição abrigo.

Quanto ao episódio do dinheiro falso, o pai contou-o à pesquisadora, na frente de Alessandra. Esta demonstrou constrangimento e vergonha, comentando apenas que reconhecia o erro.

Maria está no 2º ano do Ensino Médio do período noturno, em um estabelecimento público e afirma que gosta de ir à escola. Demonstra, através de seus relatos, desejo de morar sozinha, trabalhar e fazer faculdade. Paradoxalmente, Maria afirma não gostar de ficar sozinha e, por isso, no tempo livre, fica na rua, conversando. Sabe-se, por meio da instituição, que ela faz escova e faxina para ganhar dinheiro.

Quanto ao aspecto físico, Maria apresenta-se arrumada, com as unhas pintadas e cabelo penteado.

Informa-se que Maria mostrou a casa nova em construção para a pesquisadora. Todavia, identificou-se nela pouco entusiasmo com o investimento do pai, apesar da garantia de um quarto somente para ela. Aliás, aparentemente, somente Walter demonstrou satisfação com a obra.

Percebeu-se, através do relato das adolescentes, que elas dividem as tarefas domésticas, mas não se identificou proximidade nas duas irmãs, visto que não são confidentes, não freqüentam os mesmos lugares e, inclusive, não aceitaram atendimento psicológico em conjunto, alegando desejar atendimento individual, visando maior liberdade para conversar. Maria fez acompanhamento psicológico

durante um período de seis meses e Alessandra, apesar de ter tido a mesma oportunidade, não compareceu aos atendimentos e, em consequência, estes foram cancelados.

4.5 Família 5

A genitora Joana, nasceu em 18/09/74; concluiu a 3ª série do Ensino Fundamental, é solteira, mora com o filho e trabalha como faxineira, obtendo uma renda mensal de R\$ 320,00. Reside em um bairro próximo ao centro, em uma casa alugada, de alvenaria, com quatro cômodos, sendo um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro, cujo aluguel custa R\$ 130,00. Joana usufrui de uma cesta básica, advinda do Projeto Acolhida, tem somente um filho e não recebe auxílio do pai deste, visto que ele é totalmente ausente. A genitora é espírita praticante e demonstrou bastante envolvimento com a religião.

O filho de Joana, Alberto, nasceu em 05/08/91, cursa a 5ª série em uma escola pública e participa de um projeto para adolescentes, denominado Projeto Acolhida — desenvolvido pelo Colégio Marista de Uberaba.

Alberto não gosta de estudar e inclusive já repetiu a 5ª série diversas vezes.

4.5.1. Sobre o processo de institucionalização

4.5.1.1. Motivo da institucionalização

A genitora morava com o filho na casa de uma prima, mas saiu, visto que não se entendia com os donos da casa e foi morar em um quarto de pensão. Diante da ausência de um lugar adequado de moradia, optou por abrigar o Alberto.

Por meio do relato da genitora, identifica-se que ela buscou o abrigo do Alberto em função da inexistência de moradia e família, da dificuldade de encontrar trabalho com um menino pequeno e ser muito nova — 15 anos. No que se refere ao seu filho, ele afirma desconhecer os motivos do abrigo, haja vista que foi abrigado com dois anos de idade.

4.5.1.2. Reações e sentimentos à institucionalização

Joana relata que, inicialmente, apresentou indiferença em relação ao abrigo de seu filho, provavelmente por ser muito nova. No entanto, aproximadamente dois anos depois, ela percebeu, em função dos pedidos do filho, que teria que arrumar uma casa, visando a retirá-lo do abrigo. No que se refere aos relatos de Alberto, não se identificaram sentimentos e reações diante da institucionalização, possivelmente pela sua pouca idade.

4.5.2. Período de abrigamento

4.5.2.1. Da adaptação

Através dos relatos da genitora e do adolescente, constata-se que ela teria deixado o filho mais tempo na instituição, visando a protegê-lo das drogas e estruturar a sua vida financeira. Mas Alberto, apesar de gostar dos colegas, brincar e assistir televisão, desejava sair do abrigo e, nas visitas, pedia isso à mãe.

4.5.2.2. Das experiências significativas no período: facilitadoras e/ ou dificultadoras

Percebe-se, através dos relatos da genitora, que, no decorrer do abrigamento de Alberto, ela foi auxiliada por outras pessoas externas à instituição e que isso foi significativo para adquirir segurança. Além disso, com a estruturação de sua vida, em termos de trabalho, endereço estável e comportamento sem vícios, ela conquistou a confiança da equipe do Judiciário e do abrigo, tranquilizando-a principalmente no que se refere à possibilidade de adoção do filho.

Quanto ao adolescente, percebe-se que o abrigamento lhe trouxe poucas experiências agradáveis, referindo-se somente aos colegas, às visitas e às brincadeiras como algo gratificante e ressaltando o fato de sentir-se preso, de apanhar e de dormir muito cedo, como experiências ruins.

4.5.2.3. Das visitas

Através do relato da genitora e dos registros da instituição, constata-se que Joana sempre visitou Alberto e que este, apesar de gostar do momento da visita, aproveitava para pedir à sua mãe saída do abrigo e, de vez em quando, segundo relatos da mãe, apresentava-se emburrado e se negava a conversar.

4.5.2.4. Das mudanças ocorridas na família durante o abrigamento

Identifica-se, no relato da genitora, que, quando o filho começou a pedir para sair do abrigamento, (re)considerou que ele não poderia ficar abrigado e, diante das dificuldades financeiras, foi buscando uma estrutura através do trabalho, visando a obter condição para retirá-lo.

Através de relatos de Alberto, observa-se que, conforme crescia, tinha um desejo cada vez maior de sair do abrigo.

4.5.3. Período de desligamento

4.5.3.1 Fatores desencadeantes do processo de desinstitucionalização

Através dos relatos da genitora, identifica-se que o desejo de sair de Alberto foi um fator importante para a possibilidade de re-convivência com a mãe; mas o fator desencadeante atribui-se à instituição judiciária que pressionou a genitora para tirar o filho, argumentando que a instituição abrigo iria ser extinta (sic) e auxiliou no aspecto financeiro.

4.5.3.2. Das expectativas

Identifica-se, através do relato da genitora, que ela tinha receio de retirar Alberto do abrigo porque considerava que lá ele estaria mais protegido das drogas e da convivência com pessoas ruins. Por outro lado, ela esperava que a sua relação com o filho tivesse mais companheirismo e amizade. No que se refere ao relato do adolescente, apreende-se somente que existia o desejo de não ficar trancado.

4.5.3.3. Das dificuldades

Por meio dos relatos da genitora e do filho, depreende-se que o relacionamento entre eles está difícil e sugere preocupações. Alberto nega existência de dificuldades, mas afirma que sair do abrigo foi bom, justificando que fica na casa de Ana — uma vizinha — e na rua, não fazendo referência à mãe ou à própria casa. Um outro aspecto não citado por ele, mas constatado na ficha de identificação, refere-se às duas reprovações na escola, ou seja, desde que Alberto saiu do abrigo não avançou no ensino fundamental.

A genitora, por sua vez, explicita as dificuldades referentes a sua relação com o filho, informando que ele falta à escola, mente, chega tarde em casa, é desobediente e, às vezes, agressivo com a mãe. Percebe-se que Joana teme drogas e não desconsidera a possibilidade de estar ocorrendo. Ela considera que deveria ter tido uma preparação psicológica e não somente ajuda financeira. É interessante observar que tal suporte psicológico foi oferecido por meio de estagiários do Curso de Psicologia da Universidade de Uberaba, entretanto, a genitora recusou.

4.5.3.4. Dos esforços empreendidos

Diante dos relatos da genitora, identifica-se que ela busca auxílio para o filho de diversas maneiras. Matriculou-o no projeto Acolhida Marista, garantindo que ele fique um período na escola e o outro nessa instituição; buscou para o Alberto atendimento psicológico e neurológico na Prefeitura e participa de reuniões mensais na ABRAÇO — instituição cujo trabalho dirige-se a drogados e familiares, nos aspectos preventivo e curativo.

A genitora demonstra trabalhar arduamente, a fim de garantir o sustento de ambos e que, apesar do curto tempo, apresenta alguma disponibilidade para ser auxiliada nas dificuldades com o seu filho; considera-se esse aspecto importante, visto que, anteriormente, há aproximadamente três anos, ela recusou ajuda.

Nas várias tentativas de aproximação para realizar a entrevista com Alberto, observou-se que ele fica, realmente, um longo tempo na rua e na casa de Ana. Esta o acolhe, aconselha-o e demonstra gostar dele. Assim, levanta-se a hipótese do adolescente, da sua maneira, buscar apoio na vizinha, em função da relação com a mãe ser conflituosa.

4.5.3.5. Da representação da instituição

Através dos relatos da genitora e de seu filho, compreende-se que a institucionalização parece ter sido algo doloroso e que o abrigo, no período de 11 anos, foi prolongado demais. Todavia, identificam-se aspectos paradoxais na representação da instituição para ambos. A genitora considera o abrigo um local protegido; no entanto, a instituição não oferece o amor e o carinho de que as

crianças necessitam e não as atende nas necessidades psicológicas e médicas (sic). Vale observar, no entanto, que a instituição em questão oferece atendimento médico e psicológico para os abrigados. A genitora avalia que as pessoas da instituição deveriam bater menos, visto que agressão física deixa as crianças rebeldes; por outro lado, demonstra considerar justificável a agressão física, porque as crianças necessitam ser corrigidas.

Da mesma maneira, apreende-se uma ambigüidade em Alberto, visto que ele afirma que o abrigo é bom, mas, através do seu relato, sabe-se que se sentia preso, forçado a dormir cedo e ressentido de ter apanhado; além disso, pedia à mãe para sair da instituição, segundo informações dela.

4.5.3.6. Da situação atual da família

A genitora e o filho moram em uma casa em um bairro central do município de Uberaba. A genitora trabalha como faxineira de segunda a sábado e Alberto estuda em uma escola municipal e frequenta um projeto para adolescentes no período vespertino. Além disso, faz atendimento psicológico no Centro de Referência da Infância e Adolescência (CRIA), órgão da Prefeitura. A relação deles apresenta estar conflituosa, com ausência de diálogo e muitas reclamações da genitora que parece não ter autoridade sobre o filho; todavia, demonstra desejo de acertar.

Constatou-se que Alberto não fica em casa e muito freqüentemente vai para a casa da vizinha. Identificou-se que ele tem vínculo com essa família e, segundo comentários da própria Ana, a vizinha, ele havia pedido para ir embora com eles, visto que estão se mudando para outra cidade. Considera-se esse fato preocupante porque se identificou que Alberto tem apego por essa família que o acolhe e o

aconselha, segundo constatações da pesquisadora, através do relato da própria vizinha.

O semblante do adolescente aparenta tristeza e bastante introspecção; no entanto a Ana informou que ele ri bastante e diverte-se com os filhos dela. Disse também que não existe problema algum com drogas porque o Alberto está sempre com seus filhos que, segundo ela, não usam (sic).

Percebe-se, através de relatos da genitora e de vizinhas, que as relações da Joana com a vizinhança não são boas, e isso talvez dificulte a relação mãe-filho, visto que este último estabelece uma relação afetiva com essa família vizinha. Levanta-se a hipótese de que a Joana, de fato, seja uma pessoa difícil de conviver; ela mesma informou que prefere trabalhar como faxineira para não conviver com a patroa muito tempo e o próprio contato inicial com a pesquisadora foi bastante conturbado, com palavras ríspidas e um olhar que sugeria desprezo por parte dela.

Observa-se que, financeiramente, a genitora está conseguindo estruturar-se. Entretanto, parece haver um grande distanciamento entre mãe e filho, sugerindo uma certa preocupação, em relação ao estabelecimento de um vínculo seguro entre eles.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Sentir primeiro, pensar depois
Perdoar primeiro, julgar depois
Amar primeiro, educar depois
Esquecer primeiro, aprender depois
Libertar primeiro, ensinar depois
Alimentar primeiro, cantar depois
Possuir primeiro, contemplar depois
Agir primeiro, julgar depois
Navegar primeiro, aportar depois
Viver primeiro, morrer depois*

Mário Quintana

Compreender o processo de institucionalização/desinstitucionalização, sob a ótica das famílias, da instituição abrigo e dos próprios abrigados, foi um dos objetivos perseguidos por este empenho de pesquisa que, apesar de suas modestíssimas proporções, parece lançar alguma luz no intrincado quebra-cabeça que se constitui tão adversa realidade.

Como ocorre o processo de institucionalização da criança? Preliminarmente, chama a atenção que tal processo, caracteriza-se como uma somatória de um grande número de variáveis, capazes de desencadear o abrigamento, os quais podem ser identificados desde o pertencimento das famílias aos estratos mais inferiores da sociedade até fatores de adoecimento psíquico que, em algum momento da trajetória das famílias, inter-relacionam-se de modo a desestruturar a fragilidade da organização familiar, acabando por culminar com uma medida extrema, representada pelo afastamento do membro mais suscetível de tal organização, ou seja, a criança pequena.

Assim, nas cinco famílias estudadas, observa-se que o baixo nível socioeconômico é predominante na deflagração do processo de institucionalização, gerado pela falta de moradia, trabalho, entre outros fatores. Outros estudos corroboram esses resultados, como os de Weber e Kossobdudzki (1996), Alves (2000) e os dados de uma pesquisa realizada pelo IPEA (2003).

Todavia, o aspecto socioeconômico não aparece isolado em nenhuma família, mas reforçado com outros indicadores: maus-tratos, maternidade precoce, comprometimento psíquico, história de vida dos genitores e número de filhos elevado, consolidando-se como um desmembramento do nível socioeconômico baixo. Segundo Sawaia (2002), a população, quando submetida a situações adversas por longo período, desenvolve um sentimento que não diz respeito somente à ausência material, mas também à dor de ser submetido à fome e à opressão, levando a um sentimento de contínuo desamparo e desesperança.

Alerta-se que a institucionalização de crianças, em função de aspectos socioeconômicos, é um fenômeno histórico, não se restringindo, portando à contemporaneidade (MARCÍLIO, 1998; PILOTTI; RIZZINI, 1995) e pode ser observada, nos dias de hoje, pela insistente ausência de políticas públicas que, de algum modo, possam beneficiar as famílias, como trabalho, moradia e escola. É interessante observar que o abrigamento de crianças sempre foi compreendido e trabalhado a partir dos sintomas, como maus-tratos e abandono e não sob a perspectiva das causas. Provavelmente, isso pode explicar a baixa frequência ou mesmo a ausência de trabalhos com famílias nos abrigos, conforme aponta o estudo do IPEA (2003) e a experiência da pesquisadora.

Outro fator predominante nas cinco famílias estudadas diz respeito à ausência da figura paterna. De fato, dos cinco genitores do sexo masculino, quatro estavam

ausentes e não participaram do processo de abrigamento dos filhos, visto terem abandonado a família, descomprometendo-se das obrigações financeiras e das necessidades sócio-afetivas dos filhos. Apenas um dos pais nunca esteve presente, mesmo porque não reconheceu o filho.

O que acontece com a mulher abandonada afetiva, sexual e financeiramente pelo seu companheiro? Estarão presentes, nessa mulher, sentimentos de “orfandade”, incapacitando-a ao exercício da maternagem com seus filhos? Estarão presentes, sentimentos de raiva dos filhos, atribuindo a eles a causa do abandono? Ou ambas as possibilidades, somadas a um nível socioeconômico baixo serão desencadeadores do abrigamento? A resposta a essas questões constitui-se numa tarefa árdua, a exigir a compreensão abrangente do maior número de fatores possíveis, que desencadeiam o afastamento da criança de sua família de origem.

Alves (2000) apontou a ausência da figura masculina como fator relevante no abrigamento de crianças. Tal dado pode ser corroborado com a experiência da pesquisadora na área, cuja vivência profissional identifica, com freqüência, uma relação entre a institucionalização da criança e o fato da mãe priorizar a presença do companheiro, a despeito do filho, sugerindo que ficar sem o companheiro, mesmo que alcoolista ou violento, é mais doloroso do que abrigar os filhos. Motta (2001) ressalta que as mulheres que não têm companheiro são mais suscetíveis à entrega dos filhos para a adoção, mostrando, de certa forma, uma maior vulnerabilidade da genitora no que se refere à perda dos filhos, quando não apoiada ou abandonada pelo genitor. É importante lembrar que, em nenhuma das famílias pesquisadas no presente estudo, foi observado o desejo ou empenho para a entrega dos filhos para a adoção; aliás, o que foi constatado foi um esforço dos pais (genitor ou a genitora) para que tal situação não ocorresse.

É possível identificar, nas famílias denominadas 2 e 4, que os maus-tratos foram um dos fatores desencadeantes do processo de institucionalização. No entanto, somente na família 4, os maus-tratos representados por negligência e castigos físicos foram oriundos da genitora, a qual, segundo relato de funcionários do abrigo, possuía um comprometimento psíquico. Na família dois os maus-tratos são oriundos dos avós e dos tios, visto que a mãe morava em outro lugar com um companheiro que não aceitava os filhos.

Na literatura, encontram-se dados e informações alarmantes no que se refere aos maus-tratos com crianças. A Organização Mundial da Saúde (1999) avalia que a incidência de tal situação na infância e adolescência é um problema de saúde pública, que necessita de intervenções sociais e de saúde.

No Brasil, os dados conhecidos são isolados e não refletem a realidade nacional, mas apontam a ineficiência e omissão quanto às condutas tomadas, como pode ser observado pelo estudo desenvolvido por Oliveira e Flores (1998) na região metropolitana de Porto Alegre, denunciando que 59,2% dos casos de maus-tratos na infância e juventude não tiveram medidas de proteção compatíveis com o ECA e que, em 38,5% dos casos, não foi adotada qualquer medida de proteção. Esse mesmo estudo identifica que apenas 7,6% dos casos de violência foram encaminhados às casas de passagem.

Existem várias definições para maus-tratos com a infância ou para violência, outro termo freqüentemente utilizado na literatura para retratar o mesmo fenômeno. Azevedo e Guerra (2000) apontam que existem dois processos fundamentais desencadeantes do aparecimento das crianças-vítimas. São eles: o processo de vitimação — gerador de “crianças de alto risco”, ou seja vítimas da violência estrutural característica da sociedade brasileira, em função da dominação de classes

e da desigualdade na distribuição de riquezas. Essas crianças tendem a sofrer cotidianamente a violação de seus direitos, tais como o direito à vida, saúde, alimentação, educação. O segundo processo, denominado de vitimização, desencadeia o aparecimento das "crianças em estado de sítio" e implica necessariamente em abuso físico ou psicológico à criança, através de um processo em que esta é reduzida à condição de objeto de maus tratos. As autoras supra citadas esclarecem que existe três tipos de abuso, são eles: físico, que inclui a negligência, castigos extremos e/ou inapropriados e o ato de bater de forma descontrolada e com objetos contundentes. Abuso psicológico que ocorre quando a criança é depreciada, bloqueada nos seus esforços de auto-aceitação ou ameaçada de abandono. Abuso sexual que implica em ato ou jogo sexual, heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e criança(s).

Nas famílias 2 e 4, constatou-se que a violência física e a negligência foram fatores que desencadearam a institucionalização das crianças. Em ambas, as famílias as crianças sofriam agressões físicas e eram largadas na rua, sem higiene e comida. Na família 2, contatou-se também a mendicidade, a qual ocorre quando a criança mendiga na rua, com ou sem freqüência, por iniciativa própria ou da família (PALÁCIOS, JIMENEZ, OLIVA e SALDAÑA, 1998; ARAÚJO; OLIVEIRA-FORMOSINHO *in* OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2004).

Pires (1999) aponta alguns fatores de risco para maus-tratos com a infância, como: baixa escolaridade, alcoolismo, desemprego e doenças psíquicas dos genitores.

A maternidade precoce foi identificada em duas famílias, como um indicador para a institucionalização da criança. Quanto a esse fator, é interessante observar que a genitora da família 5 relata ter sentido uma certa indiferença, no que se refere

ao abrigamento do filho e atribui tal sentimento ao fato de ser muito nova na época. Quanto à genitora da família 1, dados obtidos junto ao abrigo informam que, nas vistas iniciais, *“ela portava-se como adolescente e, em termos de atitudes, não se diferenciava dos filhos!”* (sic). Desse modo, é possível concluir que, para essas genitoras, o abrigamento dos filhos constituiu-se num alívio, desobrigando-as da difícil tarefa de ser mãe.

Um dado digno de nota é a constatação de que a negligência aparece com mais frequência em mães de pouca idade, aumentando significativamente quando as mesmas necessitam criar os filhos sozinhas (OLIVEIRA; FLORES, 1998).

Assim, é possível supor que o abrigo, dentro de suas limitações e idiosincrasias, possibilitou um tempo necessário para que tais mães se acostumassem com a maternagem visto que talvez não estivessem preparadas para exercê-la. Winnicott (1999) aponta a importância de um ambiente “medianamente aceitável” para o desenvolvimento da criança; o que implica a presença de um adulto que se adapte, de forma sensível, à capacidade de a criança usar a fantasia, apelar para a realidade interna e para o sonho. Ainda, segundo ele, é muito importante que na infância, os relacionamentos propiciem experiências estáveis, que auxiliem o desfrutar do uso do símbolo. Assim, apresentam-se como bastante valiosas a simpatia e a tolerância oriundas dos genitores, para o desenvolvimento saudável da infância.

Outro fator desencadeante do abrigamento, observado nas famílias 1, 2 e 4, diz respeito ao número elevado de filhos. Todavia, somente na família 1, este indicador pode ser considerado como motivo de institucionalização, visto que os participantes das demais famílias não fazem menção a tal aspecto, portanto não lhe atribuindo relevância. Sabe-se que quanto mais baixo o nível socioeconômico da

população maior a taxa de natalidade e, em consequência, maior dificuldade para criar os filhos, correspondendo às necessidades básicas de alimentação, escola, moradia e saúde. (RIBEIRO et al, 2000).

A causa de abrigamento em função de problemas psíquicos, representados pelo alcoolismo ou abuso de drogas, surge nas famílias 4 e 2. De acordo com Weber e Kossobdudzki (1996) e com os dados do IPEA (2003), os problemas mentais, alcoolismo ou drogas são fatores freqüentemente responsáveis pela institucionalização das crianças, os quais podem ser atrelados ao desencadeamento de violência doméstica, quer seja de ordem física, sexual, psicológica ou negligência, reforçando a idéia de que as causas de abrigamento tendem a surgir juntas e não isoladas.

No que se refere às reações e sentimentos dos genitores, no momento do abrigamento dos filhos, observa-se que a vivência é de algo extremamente sofrido e difícil. Somente a genitora da família 5 inicialmente apresentou indiferença, provavelmente em função de ser muito nova. As mães das famílias 2 e 1 sentiram, principalmente, medo de que seus filhos fossem adotados e os genitores das famílias 3 e 4 sentiram tristeza e revolta por terem que se afastar dos filhos.

Tais dados parecem contradizer o conceito das instituições sobre a família que abriga, conforme apontam Arantes (*in* PILOTTI; RIZZINI, 1995) e Altoé (1993). É comum às instituições desvalorizarem as famílias, considerando-as incapazes e abandonadoras, reforçando a fragilidade afetiva, social e psicológica das crianças e adolescentes e camuflando as verdadeiras causas do abrigamento.

Desse modo, revolta, indignação, tristeza, rejeição e medo são os sentimentos mais presentes no crucial e desesperado momento de entregar o filho para que a instituição se encarregue de seus cuidados. Ressalta-se que, nas

famílias estudadas, outras alternativas ao abrigo foram ponderadas; por exemplo, colocar os filhos na casa dos avós, porém não puderam ser efetivadas. O medo e a tristeza sentidos pelas genitoras das famílias 1 e 2 demonstram que compreendiam que o abrigo poderia trazer consequências negativas, como a perda dos filhos para a adoção. Esse aspecto também é identificado na genitora da família 5 que, após um período, logo percebeu que deveria retirar o filho do abrigo.

Segundo Weber e Kossobdudzki (1996), é prática comum, após um longo processo de abrigo, o afastamento dos pais em relação aos filhos. No presente estudo, é interessante apontar que os cinco genitores empreenderam esforços para que tal afastamento não se concretizasse. Além disso, em nenhuma das famílias estudadas, a instituição foi concebida como sendo substituta das mesmas, mas sim como a única opção de garantir um atendimento de melhor qualidade para seus filhos.

Assim, ao lado da dor de ter que se afastar dos filhos, as mães das famílias 1 e 2, sentiram alegria e segurança diante do abrigo das crianças, pois essas teriam estudo e alimentação; o que, de certa forma, representa um relativo conforto para as famílias que, ao identificarem os aspectos positivos no abrigo, torna menos dolorosa a institucionalização dos filhos. Atrelado a esse fato, a literatura aponta que as instituições, especificamente no século XIX, propunham-se a educar as crianças/adolescentes, visando a formar pessoas trabalhadoras da sociedade pós revolução industrial (RIZZINI, Irene, 1997).

Conforme apontam Oliveira-Formosinho et al (2004), foi possível identificar, no que se refere às reações e sentimentos das crianças na época do abrigo, que a maioria vivenciou tal momento com muita dor, sendo freqüente o sentimento de tristeza e o medo de ser esquecida e ficar desamparada. Altoé (1993) aponta

que, freqüentemente, as crianças abrigadas vivem a separação da mãe como um abandono, dependendo-se daí a importância da instituição desenvolver um trabalho de efetivo acolhimento, na chegada da criança, contemplando aspectos referentes aos motivos do abrigamento e possibilidades de superação de tal estado. Além disso, é importante integrar a criança/ adolescente às normas do abrigo, à rotina e a própria institucionalização, no que se refere ao espaço físico e pessoas, de maneira acolhedora e educada. Ressalta-se que tal procedimento deve ser paulatinamente realizado, visto que, normalmente, a criança chega extremamente fragilizada e com dificuldades de assimilar informações.

Das crianças estudadas neste trabalho, três foram abrigadas muito novas, ou seja, com idade inferior a dois anos e não se lembram das reações e sentimentos no momento do abrigamento. Isso não significa que sofreram menos; pelo contrário, Bowlby (1981) aponta que as crianças mais novas, submetidas a uma quebra abrupta de vínculo, tendem a desenvolver, com mais freqüência, comprometimentos psíquicos. Duas adolescentes demonstraram algum desejo de abrigamento. A filha mais velha da família 2, apesar do medo no momento, tinha expectativa do abrigo ser melhor do que a casa da avó; e a filha do genitor da família 3, que representou uma exceção, visto que não apresentou medo algum (as adolescentes tinham, na época do abrigamento, seis e onze anos respectivamente); pelo contrário, sentiu-se feliz por ser abrigada. Provavelmente, isso demonstra que, em casa, o ambiente estava bastante difícil e desfavorável para as necessidades de desenvolvimento dessas crianças na época. Tal análise é corroborada por Guirado (1986), quando acentua que é impossível afirmar que a pior família é melhor que qualquer instituição; mas, por outro lado, observa-se que esta última, acaba por perpetuar o efeito irreversível da desestruturação familiar.

Considerando o período de adaptação e as experiências dificultadoras e ou facilitadoras de tal momento, pode se dizer que os genitores apresentaram uma condição de adaptação, ou seja, uma “acomodação” à situação de abrigo dos filhos. Todavia, ressalta-se que essa atitude não significa abandono ou mesmo desistência dos filhos, mas possivelmente uma forma de contornar as vicissitudes da vida ligadas, entre outras, ao baixo nível socioeconômico e às próprias agruras da história de suas vidas.

Compreende-se que a “aparente” adaptação dos genitores pode ser justificada pelo desconhecimento dos mesmos, acerca dos conhecimentos científicos sobre a importância da família para o adequado desenvolvimento infantil, ao sentimento de fragilidade/incompetência enquanto cuidadores e ao temor dos perigos da rua.

Assim, ao se ponderar tais aspectos tem-se que o abrigo passa a ser representado como uma opção vantajosa, a despeito das vivências difíceis e dolorosas no decorrer do processo de abrigo. O genitor da família 4 menciona que sofreu maus-tratos verbais por parte dos profissionais do Judiciário e que suas filhas sofreram agressões físicas no abrigo. A genitora da família 1 queixa-se de comentários “maldosos” dos vizinhos sobre a sua atitude, ao institucionalizar os filhos, entre outros aspectos referentes à situação de abrigo. Desse modo, o que se tem é uma postura altamente ambígua entre a pertinência ou não da institucionalização nas famílias estudadas.

Além da tristeza e da percepção da incapacidade de manter os filhos dentro do contexto familiar, as famílias não identificam, no momento do abrigo, experiências que foram especialmente dificultadoras. Todavia, as mães das famílias 3 e 5 mencionam que, no decorrer do tempo, perceberam sinais da importância de

se reestruturarem para poderem retirar os filhos do abrigo. Tais sinais foram dados pelos insistentes pedidos dos filhos, que queriam sair do abrigo e pelo próprio desejo de ter a família próxima.

É interessante refletir acerca do fato de que a suposta ausência de experiências dificultadoras, no período de institucionalização dos filhos, mencionada pelos pais, na verdade, não retrata a pertinência da instituição, enquanto continente aos anseios da família, visto que, após o abrigamento, é possível perceber, por meio dos relatos dos genitores, um aumento preocupante de dificuldades na interação e convivência com os filhos ali abrigados.

Além das referidas dificuldades de interação com os filhos acima aludidas, é comum observar, conforme apontam Weber e Kossobdudzki (1996) e dados do IPEA (2003), que um grande contingente de crianças ficam anos abrigadas, sem conviver com a família biológica, substituta ou adotiva, contradizendo os princípios do ECA, no seu artigo 19. Entretanto, no presente estudo, percebe-se que os genitores, apesar da presença de uma interação problemática com seus filhos, permanecem visitando-os e com um sentimento constante de medo frente à possibilidade de adoção. O genitor da família 4 apontou a efetivação da adoção de uma de suas filhas como algo extremamente pesaroso. Deve-se apontar que a tão temida ameaça de adoção é uma presença concreta na vida dos genitores, sendo continuamente perpetuadas pelos profissionais que, direta ou indiretamente, estão envolvidos nos procedimentos de abrigamento.

Assim, a situação que, muitas vezes, impõe-se às famílias é a de contínua ameaça da perda do pátrio poder, consolidando um modo inadequado de auxílio a reestruturação das famílias.

Adorno (*in* RIZZINI, Irene, 1993) faz referência à urgência de adaptação das instituições e de seus profissionais, em função das novas regras legais representadas pelo ECA. O autor defende a necessidade de (re)pensar as práticas com a infância e juventude, partindo da perspectiva das crianças e adolescentes. Desse modo, é possível reiterar a urgência de (re)pensar as práticas com famílias, partindo da perspectiva delas.

Por meio do relato dos genitores e das fichas de identificação, é possível observar a presença de três aspectos considerados facilitadores, no período que compreende o abrigamento dos filhos.

O primeiro, refere-se à possibilidade da reestruturação econômica da família. Na totalidade, os genitores reestruturaram-se financeiramente, através do trabalho, adequando-se inclusive às exigências materiais da instituição judiciária, no que diz respeito, por exemplo, à construção de mais cômodos na moradia. Com exceção das famílias 5 e 2, todas as demais famílias adquiriram moradia própria. Assim, depreende-se que houve, no período de abrigamento dos filhos, um empenho dos genitores de possibilitar à família uma condição financeira melhor.

Tal fator apresenta-se como bastante relevante e facilitador no trabalho de intervenção com famílias. É comum a constatação de que a população que tem trabalho e, em conseqüência, renda, apresenta um diferencial significativo, no sentido de possibilidades de investir no futuro. Castel (*in* BELFIORE-WANDERLEY et al, 2000) afirma que a maioria dos indivíduos assalariados obtém inserção social, não só pela renda, mas também pelo *status*, proteção e identidade. Além disso, a estabilidade adquirida pelo emprego favorece a esses indivíduos a possibilidade de controlar o futuro. Em contrapartida, esse mesmo autor coloca que os “sobrantes”, ou seja, as pessoas que não estão inseridas em relações de utilidade social, como o

trabalho, não têm lugar na sociedade, encontrando-se invalidadas pela conjuntura econômica social.

Assim, a impossibilidade dos genitores de programar um futuro dificulta, de maneira significativa, o trabalho de intervenção com famílias, visando à retirada de seus filhos da instituição. Ressalta-se, no que se refere à condição de trabalho dos genitores estudados, a genitora da família 1; embora tenha trabalhado arduamente durante todo o período de abrigamento dos seus filhos, não adquiriu garantia social alguma e, em consequência, hoje é doente, impossibilitada de trabalhar e não beneficiada da aposentadoria. Essa é uma realidade reconhecidamente freqüente e que compromete a adequada organização das famílias.

Um ponto apontado pelos genitores das famílias 2, 3, 4 e 5, como promotores de uma experiência significativa e facilitadora, refere-se ao auxílio dos profissionais advindos das instituições abrigo, Judiciário e Conselho Tutelar. Todavia, tal aspecto deve ser contextualizado, pois infelizmente parece depender muito mais da sensibilidade dos profissionais envolvidos nas referidas instituições do que uma conduta verdadeiramente institucionalizada de efetivo apoio às famílias.

Em caráter de exemplificação, pode-se mencionar que, segundo a genitora da família 5, a instituição judiciária viabilizou alguns bens materiais, além da inserção de seu filho adolescente em um projeto juvenil, quando da retirada do abrigo. O genitor da família 3 cita a pertinência das ações do Conselho Tutelar, como responsável por orientações, no momento da desinstitucionalização dos filhos.

A instituição abrigo é citada pelos genitores das famílias 2 e 4 como responsável, respectivamente, por grupos de acompanhamento de pais e atendimento com neurologista e psicólogo, visando ao tratamento do alcoolismo e à preparação para a retirada dos adolescentes.

Desse modo, o acompanhamento multiprofissional apresenta-se imprescindível nessa população, todavia, na maior parte das vezes, constitui-se em exceção. A pesquisa realizada pelo IPEA (2003) mostra que apenas 14,1% dos abrigos oferecem apoio à reestruturação familiar. Dados obtidos em outros dois abrigos, no município de Uberaba, apontam que somente o abrigo, objeto deste estudo, desenvolve sistematicamente trabalho com famílias, ainda que aquém das necessidades dos envolvidos, considerando que o trabalho não é articulado com ações junto à comunidade e com outras instituições sociais de apoio à família.

Muito embora não seja objetivo do presente estudo analisar a pertinência da instituição judiciária em relação ao fenômeno do abrigamento, os dados aqui coletados podem contribuir com uma análise preliminar de tal instituição, pois apontam para uma relativa “estreiteza” na compreensão dos aspectos psicossociais que envolvem tanto as famílias como as crianças que sofrem a institucionalização, pois não são empreendidas ações que sejam eficientes e eficazes na transformação de tão adversa realidade.

Por outro lado, pode-se supor que o Conselho Tutelar, pela importância que assume nos procedimentos de abrigamento, deveria contribuir também nas intervenções e tomadas de decisão relativas ao abrigado, juntamente com o abrigo e o poder judiciário. Assim, talvez fosse interessante que, quando da saída da criança/adolescente do abrigo, houvesse um (re)contato com o Conselho Tutelar, garantindo um acompanhamento sistemático a essas famílias.

Um terceiro aspecto apontado pelos genitores das famílias 1, 2, 3 e 4, como uma experiência facilitadora, refere-se à educação formal ou informal propiciada pela instituição aos filhos. Atribuir à instituição a função de educar, entendendo-se esse educar de modo abrangente, ou seja, considerando todos os aspectos que estão

envolvidos na formação e desenvolvimento humano e não apenas a transmissão de conhecimentos, constitui-se numa realidade perpetuada historicamente e certamente equivocada, uma vez que todos os contextos sociais dos quais o indivíduo participa deve contribuir para a sua formação, não esquecendo, principalmente, da importância que assume a família, mesmo que provisoriamente distante. Entretanto, o delegar à instituição funções que são primordialmente de responsabilidade da família, apresenta-se como um aspecto compreensível diante da fragilidade desses pais.

Conforme já foi explicitado anteriormente, e apontam os estudos de Irene Rizzini (1997) e Marcílio (1998) sobre a história da infância e juventude, no período compreendido entre os séculos XVI e XIX, constata-se que o(a) genitor(a) abrigava o seu filho bebê, com expectativa de garantir-lhe comida, cuidados médicos e um futuro melhor, representado pela possibilidade de se formar, junto a esses estratos da população, uma mão-de-obra qualificada, necessária ao mercado vigente na época. Em um passado mais recente, segunda metade do século XX, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) organizou instituições de abrigo para crianças/adolescentes em situação de risco — as FEBEMs — com o propósito curativo e educativo.

O que pensam hoje os que efetivamente passaram pelo processo de institucionalização/desinstitucionalização, sobre esse período de suas vidas? De acordo com os dados coletados, os atuais adolescentes e jovens, consideraram que a adaptação foi uma experiência particularmente difícil, devido principalmente à existência de agressões físicas, à rigidez das regras institucionais, à ausência e saudade da família e especialmente, ao momento de dormir; o que foi apontado por

três adolescentes, como particularmente problemático, sendo freqüente o sentimento de medo.

Guirado (1986) e Altoé (1993) mencionam que a agressão física é uma prática primitiva disciplinadora e freqüente no contexto institucional. Essa última autora enfatiza que os castigos exagerados ou indiscriminados desencadeiam revolta e ódio, permanecendo no indivíduo durante o tempo de internação e após o desligamento.

Dentro desse contexto, pode-se pensar que a violência sofrida anteriormente por essas crianças, seja pelos motivos do abrigamento ou pela própria inserção no abrigo, perpetua-se na instituição, através, entre outros, da agressão física. É interessante observar que a aprendizagem dessa prática, em que a violência tem um lugar de destaque, é vista pelos participantes deste estudo como uma prática disciplinar necessária e eficiente, embora, paradoxalmente, apresentem ressentimentos, como aponta a entrevista de Antônio, da família 1. Portanto, o aprender com a violência, pode gerar e perpetuar a violência no indivíduo, enquanto um comportamento adequado. Guirado (1986, p.119), enfatiza que

[...] se a instituição passa ser o referente, o continente, não o é linearmente. O que se quer é o que está fora; ela em si não é sempre percebida como boa. Mas, se num determinado nível, a imagem que se tem dela é negativa, em outro, o que se busca fora é também aquilo que aprendeu dentro; o que se tem de expectativa é também aquilo que seu discurso determina.

As regras, as normas e mudanças institucionais, a ausência de liberdade e da família deflagram a impossibilidade de se preservar, no abrigo um “Eu” — desejante, pensante. Assim, o singular dá lugar ao coletivo, através de uma transformação desencadeada por hierarquias e autoridades. O despojamento da identidade insere-se na caracterização de “instituição total”, elucidada por Goffman (1987). Para esse autor, ocorre a “mortificação do eu”, pois os indivíduos, ao serem abrigados, passam

por um processo de “mutilação” de sua identidade, inicia-se com a barreira que a instituição coloca entre abrigados e mundo externo, seguindo-se com o processo de admissão que implica, entre outros, guardar os objetos pessoais, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto às regras e com a imposição de uma rotina de vida, estranha à sua singularidade. Segundo Bowlby (1981), a constituição de tal panorama, opõe-se à possibilidade de um desenvolvimento saudável na infância e juventude.

Em especial, a hora de dormir foi um aspecto apontado pelos adolescentes como um momento difícil, pois propicia o desencadear de conflitos e brigas entre os internos. Por meio dos relatos dos participantes deste estudo, pode-se inferir que a referida hora, em função da sua obrigatoriedade — dormir sem sono — da ausência de atividades, da solidão e da saudade da família, leva a sentimentos de angústia, conforme pode ser observado no relato da entrevista de Marta da família 3.

Sempre a saudade batia à noite, porque não tinha nada para fazer. A gente dormia lá em cima. Na janela do quarto, dava para ver as casas, os barzinhos. A gente ficava olhando as estrelas, a gente chorava, querendo ir embora.

A adolescência foi um outro aspecto apontado como uma experiência significativa, dificultadora no período de abrigamento.

Para Winnicott (1999), na adolescência, surgem alguns “fenômenos disparatados”, que exigem a compreensão dos pais, dos educadores e dos elementos da sociedade em geral. O autor aponta a imaturidade como fenômeno representante de um elemento essencial de saúde, abarcando pensamentos criativos, sentimentos novos e desconhecidos e idéias para um modo de vida diferente. Esse autor considera a imaturidade preciosa e imprescindível para a conquista da autonomia do jovem, todavia demanda a “passagem do tempo” e crescimento até emergir a maturidade.

Um outro fenômeno refere-se às mudanças inerentes à adolescência, as sexuais, que implicam fantasias inconscientes de morte, ou seja, é necessário matar alguém para adquirir o lugar de adulto; crescimento físico, propiciando o desenvolvimento de força real, esperteza e conhecimento prático. O terceiro fenômeno refere-se às idéias próprias sobre a vida, os ideais e as aspirações. E o quarto refere-se a desilusão pessoal à respeito do Mundo e dos adultos, sendo que esse se apresenta como um Mundo de compromissos, de falsos valores e infinitas digressões.

Segundo Winnicott (1999), para o adolescente enfrentar esses fenômenos e crescer rumo à maturidade, faz-se necessário um “ambiente facilitador”, que lhe permita não queimar etapas, visto que o contrário poderia desencadear uma falsa maturidade, cuja origem está na identificação e não no processo inato de crescimento e que deve garantir ao adolescente um confronto, ou seja, uma contenção que não seja retaliadora, mas que tenha força própria, oriunda da firmeza dos adultos para sustentar dados de realidade. Assim, a família tende a ser bastante utilizada no processo de crescimento do adolescente e, na sua ausência, faz-se necessário o surgimento de unidades sociais que contenham esse processo.

Os abrigados relatam que, a despeito das privações sofridas, houve, durante o período de abrigamento, experiências gratificantes. Foram lembradas as atividades profissionalizantes realizadas na sapataria, na instrumentação cirúrgica e as não profissionalizantes; por exemplo, o trabalho empreendido com outras crianças e como acompanhante das visitas.

Outras atividades, como ir ao clube, andar de bicicleta, participar de passeios e também os colegas, foram aspectos ressaltados como prazerosos, sugerindo a relevância do abrigo desenvolver atividades de lazer, que, além de agradar aos

abrigados, favorecem a socialização, a coordenação motora e a cultura, entre outros. Segundo Oliveira-Formosinho et al (2004, p. 6):

[...] o trabalho em contexto institucional deve sustentar-se nos direitos da criança, concebendo-a como sujeito ativo, competente e participante na busca e satisfação das suas necessidades.

A relação com as cuidadoras, normalmente as funcionárias do abrigo, é apontada como uma experiência facilitadora por alguns adolescentes, devido ao maior contato mantido com os abrigados. É freqüente tornarem-se figuras de referência em virtude do envolvimento manifestado, quer seja de modo adequado ou inadequado.

Lá no hospital, sempre tinha alguém para dar atenção e conversar. Lá o povo brigava quando a agente fazia arte. Mas também sentava prá conversar. (Marta, Família 3).

[...] eu adorava ficar com a N., ajudar ela lá, nossa, adorava, nossa, quando ela chamava eu ia correndo, nossa era uma alegria. (Adriana, Família 2).

O aprendizado de alguns valores morais também foi ressaltado por alguns adolescentes como uma experiência significativa e facilitadora, no período de abrigamento, assim como oportunidade de estudo.

Foi bom, foi assim nós ficar, porque assim a gente não aprendeu coisa não, aprendeu a respeitar os outros, a ter paciência, a gente assim arrumar uma ocupação, fazer alguma coisa assim, vontade de estudar, porque lá era, a D. fazia nós estudar então aqui fora já sai gostando né. Aprende a não roubar. Já é muita coisa boa, né. (Francisco, Família 2).

Porque lá tinha hora certa de fazer os negócios, hora certa para brincar, para dormir, para acordar, tinha hora para fazer tudo. (Mário, Família 3)

Compreende-se que o abrigo, na perspectiva dos adolescentes, pode contribuir, em algum aspecto, com sua formação. Artigos recentes, (OLIVEIRA-FORMOSINHO et al, 2004; MARIN, 1999) apontam a possibilidade de (re)pensar um modelo de abrigo que favoreça o desenvolvimento da infância e juventude. Todavia ressalva-se que o abrigo — que favoreceu este trabalho, — apesar dos esforços

empreendidos, ainda apresenta características que dificultam a implantação de um modelo de instituição mais adequada às necessidades das crianças e adolescentes, em situação de risco.

Por meio das entrevistas dos pesquisados e dos registros da instituição, constata-se que as visitas semanais foram freqüentes no decorrer de todo o período de abrigamento, com exceção do genitor da família 3 e da família 1 que, respectivamente, em função de trabalho e de dinheiro, visitavam os filhos apenas quinzenalmente. Tal dado parece reforçar o fato constatado de que, na verdade, essas crianças não foram abandonadas pelas famílias.

Em relação às visitas, depreende-se que se tratavam de um momento prazeroso, quando era possível se ter tanto notícias “lá de fora”, quanto possibilitavam a expressão do desejo de sair do abrigo, mobilizando os pais na busca de alternativas para retirá-los da instituição, conforme se observa no relato de Marta e Jennifer, da família 3, respectivamente:

Ele levava muito brinquedo para a gente lá... meu pai falava todo dia que ia levar a gente embora e que estava quase acabando a casa lá. [...] Meu pai perguntava como é que era lá dentro, a gente perguntava como que tava lá fora.

Na família 4, Alessandra também afirma: “... *não via a hora de chegar domingo para o meu pai ir lá. Chorava para vir embora.*”

Altoé (1993) afirma que a família representa para o abrigado um elo que o vincula com o mundo social — extra instituição — e a proteção de possíveis agravos.

[...] eu nunca deixei de ir, dar presente, nunca deixei de dar o apoio e tal. Às vezes acontecia alguma coisa, a Adriana me ligava, me falava, entendeu. (Carmen, da família 2).

Assim, parece que, para os abrigados, as visitas são vivenciadas como uma promessa de não abandono e a esperança de sair do abrigo.

Um dado digno de nota aponta o estranhamento de um adolescente por sua mãe durante muitos anos, em virtude de ter sido abrigado com apenas dois anos, conforme pode se perceber pelo seu relato:

[...] eu pensava assim, todo mundo tinha mãe, eu tinha que ter uma, também ia lá; só que para mim é estranho, sabe, eu fui criado ali, minha mãe ali, para mim, não tinha mãe e nada. Ela era só uma mulher que ia me visitar. Aí depois quando fui inteirando 10, 11 anos, fui entender isso, que ela era minha mãe. (Antônio, Família 1).

Assim, a ausência de contato freqüente e de cuidados oriundos da figura materna podem comprometer a representação do papel de mãe para o filho. CIAMPA (*in* LANE; GODO, 1999) afirma que existe um aspecto operativo que contribui para a construção de uma identidade, ou seja, faz-se necessário, na relação mãe/filho, um agir concreto que se constrói dinamicamente, num papel social.

A mãe de Alberto, da família 5, também se queixou que, durante as visitas, o menino ficava emburrado e de mau-humor: “... *tinha dia que ele estava emburrado e não falava nada. Mas sempre pedia para ir embora, não queria ficar lá.*”

Entretanto, ao se checar essa informação com dados existentes no abrigo, foi possível constatar que “*a genitora apresentava-se distante, no contato físico com o filho*” (*sic*).

É interessante observar que a referida mãe disse que, segundo suas lembranças infantis, enquanto filha, não se sentia bem cuidada.

[...] eu era a única maltratada na casa. Porque eu tenho três irmãos e todos três são branquinhos e a única pretinha na família era eu lá dos meus irmãos. Então, me xingava muito por causa disso. Eu era a mais maltratada da casa. Nem gosto de lembrar disso, eu que tinha que trabalhar na lavoura, meus irmãos não iam. Eu que tinha que apartar vaca, apartar bezerro. Eu que tinha que fazer tudo isso.

Assim, pode-se pensar o quanto o modelo de um vínculo seguro é importante na constituição da identidade materna e, sendo o mesmo frágil, há uma grande

possibilidade de ser novamente atualizado, com todas as suas inadequações, na sua relação com o filho.

Vale acrescentar que, do ponto de vista dos pais, as visitas eram um momento de dar presentes e guloseimas; o que, de certa forma, parece aliviar as cobranças freqüentes, oriundas dos filhos, para sair do abrigo. Todavia, a representação das visitas para os filhos e genitores, bem como os seus comportamentos necessitam ser melhor compreendidos, por meio de novos estudos sobre o tema.

No que se refere às mudanças ocorridas na família, no período de abrigamento, constata-se que a reestruturação financeira foi comum a todas elas e o “divisor de águas” que viabilizou o desabrigamento.

Quanto à reestruturação financeira, é interessante observar que, a despeito do empenho dos genitores, a mesma foi bastante facilitada pela presença dos filhos no abrigo, não gerando despesas para os mesmos. Além disso, a possibilidade do acesso ao estudo formal e aos cursos profissionalizantes, foram fatores que contribuíram para a permanência dos filhos na instituição. Observa-se que, dentre os participantes deste estudo, dois saíram do abrigo com recursos sociais relevantes propiciados pelo abrigo (um deles, empregado na Caixa Econômica Federal e o outro, universitário).

O aspecto supra citado demonstra os esforços empreendidos pelo abrigo, visando a adequar-se aos princípios do ECA, em especial o Art 94, inciso 10, o qual refere-se ao dever das instituições em “*propiciar escolarização e profissionalização*”.

Portanto, a família, ao receber seus filhos com escolaridade e idade que viabilize a inserção no mercado de trabalho, demonstra ter melhores condições para

o enfrentamento das vicissitudes, geradas pela situação socioeconômica, que tende a piorar com o retorno dos filhos ao lar, considerando o aumento da despesa.

Dentro desse contexto, Draibe (*in* KALOUSTIAN, 2000) mostra como alguns países vêm tratando da questão da pobreza na família, por meio de políticas socioeconômicas, conforme pode ser observado aqui. A Suécia possui um conjunto de programas dirigido às famílias, objetivando complementar a renda familiar, através da distribuição de benefícios em dinheiro e a manutenção de creches para o atendimento infantil. A França, ancorada nos valores da solidariedade nacional, prioriza as famílias pobres através de benefícios oriundos da distribuição de renda dos solteiros e das famílias sem crianças. Após a década de 70 do século passado, enfatizaram-se mais ainda as famílias sem recursos, as famílias em constituição (uma criança com menos de três anos) e as numerosas (três ou mais crianças). Esses países, e outros tais como Alemanha e Itália, disponibilizam também serviços públicos de saúde e educação; portanto, os programas de apoio às famílias pobres apresentam-se como um reforço financeiro em função do momento do ciclo familiar vivenciado pelas mesmas.

Em relação ao Brasil, constata-se que, apenas após os anos 1990, surgiram investimentos dirigidos à família, como o Programa de Saúde da Família (PSF), o Programa Bolsa-Escola e o Bolsa Família. Contudo, Dimenstein (2004) aponta que tais programas sociais freqüentemente apresentam-se fragmentados em suas ações e desconexos nos vários níveis de administração pública, comprometendo os seus objetivos.

O desejo de sair da instituição parece estar atrelado às mudanças típicas da adolescência. Por um lado, o abrigo — sustentado em uma estrutura total — parece não favorecer e, menos ainda, permitir pensamentos criativos, sentimentos e idéias

novas, que são alavancas do crescimento, numa frenética busca pela homogeneidade absoluta dos indivíduos, retirando-lhes a possibilidade de singularidade. Por outro, as mudanças deflagradas pela adolescência parecem ter na rebeldia, na agressividade dos jovens, uma possibilidade de vivenciar suas idiosincrasias, garantindo o seu crescimento e saúde psíquica.

No estudo empreendido, chama a atenção, quando se considera o fator desencadeante do desabrigo, a experiência de saída de Antônio, família 1, em função da exigência do abrigo. De acordo com essa experiência já descrita nos resultados, pode-se perceber que, do ponto de vista econômico e familiar, o jovem encontrava-se em condições de sair, porém considerando os aspectos psicológicos e afetivos envolvidos na ruptura do vínculo, tal vivência foi muito difícil; o que demonstra a necessidade de se ter um trabalho multiprofissional e integrado no momento de tal desligamento. Assim, nas palavras de Antônio, da família 1

[...] Depois que eu saí de lá achei que ia retornar lá, internar, que a l. ía me chamar de volta, eu ia voltar pra lá. Depois que eu vi que isso não ia acontecer, foi onde eu vi que eu ia precisar trabalhar, coisa que eu nunca fiz lá. Isso foi um choque térmico também, que falam pra mim que eu fiquei doente mais por isso, porque eu entrei em depressão, não acostumei naquele mundo lá, nem aqui, saí de lá, não voltei lá, mas tinha que acostumar com esse mundo sem querer, foi estranho pra mim. Logo que eu saí já comecei a me dar esse problema de saúde.

Sobre o processo de desinstitucionalização referidos nas famílias estudadas, depreende-se que foram fatores desencadeantes a insistência do Judiciário, junto aos genitores das famílias 2, 3 e 5.

[...] eles falaram que tinha que, achava que eu tinha uma vida que eu podia dar pra eles uma vida melhor, e se eu não tivesse tirado eles de lá, eles poderiam ser adotados, que eu poderia correr o risco de perder a paternidade deles, poderiam ser doados [...] Não queria nunca que eles fossem adotados... esse era o meu medo, então tive que correr esse risco. (José, Família 3). [...] Aí foi até que em 96,97 o juizado de menor começou a pressionar para tirar. Aí foi aquele lenga-lenga, tira não tira. Um dia eu cheguei para ele e falei eu não tenho condição de ter uma casa... falou pra mim você arruma a casa que as coisas a gente arruma pra você. (Joana, família 5).

Acho que por ela, até a gente estava lá na creche ainda. Ela tinha vontade de construir a casa primeiro. (Adriana, Família 1).

A genitora e filhos da família 1 apontam a insistência do próprio abrigo, visando a retirada dos adolescentes da instituição.

[...] de repente eu me via numa situação de que a amizade, os meus pensamentos, as minhas atitudes ali dentro não estavam sendo mais, como eu posso dizer, aceitas, no sentido de pô, ele está com essa idade, ele está com idéias diferentes, então pode buscar outro caminho. Pode, tá na hora de voltar pro lar dele, só que eu não me via [...] esse desligamento não foi fácil, não foi gradativo, acabou. Então tá liberado, tá desligado. (João, família 1).

[...] quando tava perto de vir embora, eles via, fazia visita (refere-se a instituição abrigo) sabe, [...] então eu ia aguardando a oportunidade deles, né. Que eu falava, não é pra falar não, não tá na hora de vocês me entregar eles. Não, eu aguardei a oportunidade deles [...] (Margarida, família 1).

O acompanhamento dos familiares pelos profissionais ligados ao abrigo e/ou a participação em reuniões no abrigo, assim como visitas domiciliares, apresentam-se como fatores desencadeantes da desinstitucionalização, na totalidade das famílias.

Acho que por ela tá sempre presente. Agora a gente não tinha uma condição financeira boa, mas tava lá, ela fazia psicóloga, dia de semana também ela ia. Acho que ela tava presente acompanhando. (Adriana, Família 2).

[...] marcando audiência com o juiz, com a psicóloga, com o juizado de menor ia à psicóloga de lá, passando por uns testes lá, que cor que era, pra ver se era, se não era doente da cabeça [...] tive a visita da assistente social aqui em casa, entendeu? [...]. (Carmen, família 2).

[...] foi através de acompanhamento de psicóloga, a gente passou a fazer entrevista, aí o Conselho passou a fazer parte da minha vida, aí foi explicando algumas coisas, me dando coragem, falando das situações [...] (José, família 3).

Outros fatores referem-se à adequação da moradia das famílias 2, 3, 4 e 5, de acordo com as exigidas pela instituição judiciária e também ao desejo dos familiares das famílias 2, 3 e 4.

[...] como é dois meninos e uma menina eles exigia três quartos na casa, porque um pros dois meninos, um pra ela e um pro casal, tem porta tudo direitinho. (Carmen, família 2).

[...] primeiro eu comprei os trens delas, comprei cama, tudo. Fiquei esperando na época. Aí quando foi no prazo eu fui lá e perguntei pra ele. Doutor, eu comprei tudo já, cama, colchão, tudo arrumadinho, só esperando elas. (Walter, família 4).

No que se refere à insistência do Judiciário e do abrigo para a retirada dos adolescentes, vale acrescentar que tal prática é compatível com os princípios do ECA, que, nos seus artigos 19 e no parágrafo único, do artigo 101, apontam que “o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

Todavia, ao considerar os motivos do abrigamento, inscritos na própria história da infância e juventude no Brasil, e o descaso do poder público em relação às famílias, observa-se o quanto é difícil, na prática, cumprir, de forma adequada, tão importante Estatuto, visto que respalda os direitos da infância e juventude, porém apresenta-se além das possibilidades efetivas de respaldo das outras instituições, quer sejam privadas ou públicas, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Segundo Adorno (*in* RIZZINI, Irene, 1993), há que se considerar que essa lei implica grandes alterações na filosofia e nos programas de trabalho, nos procedimentos técnicos e administrativos, além de demandar a articulação das intervenções no microsistema (família) com as políticas sociais que realmente sejam eficientes e eficazes na solução de tal questão.

Um outro fator desencadeante do desabrigamento nas famílias participantes deste estudo foi o desejo manifestado pelos genitores das famílias 2, 3 e 4. É interessante constatar o quanto o pai da família 4 insistiu com o juiz, visando à retirada das filhas.

[...] eu achei que já estava na época. Eu precisava delas perto de mim.” Em um outro momento, este mesmo genitor, fala: [...] eu entrei na sala do juiz um dia para falar com ele, fui até meio carudo, cheguei no juizado. [...] ele falou, não, se o senhor quiser que eu libero as meninas do senhor é só falar que eu mando a carta pro

abrigo [...] aí me deu a carta [...] quando foi em agosto tirei elas de lá. (Walter, família 4).

Ah, eu sentia muita falta deles, sentia demais a falta deles e queria ter minha família de volta. Então com eles eu ficava mais seguro, tinha com quem conversar [...] (José, família 3).

A vontade de ter eles perto de mim [...] de levantar de manhã ir trabalhar, fazer todo dia a mesma coisa e os meus meninos. (Antônio, família 1).

Na sua totalidade, as famílias estudadas tinham as melhores expectativas quanto ao desabrigo dos filhos, embora os motivos fossem diferentes. Os genitores das famílias 4 e 5 apresentavam expectativas afetivas, por exemplo, ser cuidado e cuidar, além de companheirismo e amizade.

[...] por enquanto não vou arrumar mulher agora, vou trazer minhas filhas pra morar comigo, porque aí eu zelo delas e elas zela de mim, entendeu. (Walter, família 4).

[...] Esperava uma convivência diferente, mãe e filho amigos, companheiros [...] (Joana, família 5).

A genitora da família 2 tinha a expectativa de constituir família e o genitor da família 3 esperava que os filhos fossem obedientes e cordatos.

Achava que seria uma família, ele como pai e os meninos como autoridade. Só aconteceu os primeiros meses, os meninos perderam o respeito [...] (Antônio, família 1).

[...] eu esperava que eles fossem me obedecer sempre. Eu esperava isso, que eles fossem me obedecer sempre e que ia ter uma vida assim, que eu falasse que pau é pau, pedra é pedra e eles iam me obedecer sempre... Não ia desconcordar nada comigo, aí então foi a decepção depois mais tarde. (José, família 3).

Neste estudo, os filhos foram abrigados crianças ou mesmo bebês e saíram adolescentes. Será que os genitores perceberam essa mudança? Estariam eles preparados para lidar com a adolescência? Tais questionamentos devem estar presentes no trabalho dos profissionais com os pais, no período de desabrigo, considerando que há uma considerável distância entre o sonho, as fantasias, as

expectativas tanto dos filhos quanto de seus familiares e a vivência concreta na árdua realidade do dia-a-dia.

Alguns genitores, em especial das famílias 3, 4 e 5, tinham receio e esperavam dificuldades no período pós desinstitucionalização. De fato, as dificuldades ocorreram, desencadeando, principalmente, nas famílias 3 e 5, uma fragilidade preocupante nas relações interpessoais de seus membros.

Os primeiros dias foram bom. Depois ele começou a sair para a rua, chegar tarde, a faltar de aula, a mentir para mim que ia para a escola e não ia. Aí começou os atritos que está até hoje por causa disso. (Joana, família 5).

[...] ela gosta muito de sair á noite, fica aqui dentro de casa eu não sei o que tá falando, não me conta nada e passeia demais, gosta demais de passear. Tem vez que até posa fora de casa [...] não tenho a mínima idéia de onde ela está dormindo. (José, família 3).

Os relatos dos adolescentes mostram que, quase em sua totalidade, tinham expectativas boas, no que se refere à saída do abrigo; com exceção de João, da família 1 — que esperava dificuldades — e de Francisco, da família 2 — que não desejava sair.

Olha, o que eu mais estranhei foi que eu sempre falei, sempre falei pensei que eu não me adaptaria fora da instituição... nós não tivemos o básico para mostrar pra gente o que é essa vida lá fora [...] (João, família 1).

Porque eu tinha colegas que já me falava que a vida lá fora não era fácil. Os grandes também falavam que a vida não era fácil, aí eu já não queria sair por causa de uma razão disso, porque todo mundo falava que lá fora é ruim, então lá fora é ruim eu vou ficar aqui dentro. (Francisco, família 2).

As expectativas boas referidas pelos adolescentes estão associadas à liberdade, ao emprego, a ter casa e quarto próprio.

[...] eu pensei que ia arrumar um emprego. (Alessandra, família 4).

[...] ah mãe, eu quero ir embora, eu num güento aqui, eu num gosto daqui, porque nossa, lá eu ficava presa. (Adriana, família 2).

[...] eu já sabia como era a minha casa. Sonhava alto demais. A casa do jeito que eu queria, um quarto só [...] (Maria, família 4).

Novamente, a distância entre o sonho e a realidade se faz presente, exigindo que os profissionais envolvidos no desabrigo trabalhem com os adolescentes, no sentido de trazer à tona dados da realidade a ser enfrentada. Assim, ao se considerar o desejo, o sonho, é possível o estabelecimento de um contato mais próximo do que deverá ser efetivamente vivenciado por eles.

Altoé (1993) apontou, em seu estudo, que os jovens, quando se desligam do abrigo, enfrentam dificuldades, entre elas: o estigma da sociedade, definindo que ex-abrigados não desenvolveram atributos para ingressar na sociedade; salário precário; baixa escolaridade; dificuldade em se submeter às ordens.

Quanto à expectativa de dificuldades apontada por João, da família 1, percebe-se, através do relato da instituição, que se refere aos aspectos materiais; em contrapartida, os relatos do adolescente mostram, na verdade, a sua insegurança em compartilhar idéias e pensamentos com a mãe. Compreende-se essa insegurança visto que esse jovem hoje é universitário e sua mãe analfabeta.

Achei que fosse muito difícil vir, eu vim pra cá, e eles me aceitarem também, meus pensamentos, porque quando eu fui pra lá eu não tinha essa idéia. Agora que eu vim pra cá, vim com uma visão diferente da vida.

Foi possível identificar, entre os adolescentes estudados, a convicção de que estar no abrigo é melhor do que lá fora, conforme o excerto abaixo:

Foi bom, foi assim, nós ficar lá, porque assim a gente não aprendeu coisa não. Aprendeu a respeitar os outros, a ter paciência, a gente assim, arrumar uma ocupação, fazer alguma coisa assim, vontade de estudar, porque lá era, a D. fazia nós estudar. Então aqui fora já saí gostando, né. Aprender a não roubar. [...] Se ficasse lá, continuasse lá seria melhor, assim porque hoje estaria mais preparado para sair [...] já tinha tirado meus documentos, já tinha aprendido coisa nova. Tinha aprendido muita coisa já que hoje não posso Ter [...] (Francisco, família 2).

Desse modo, é interessante investir em estudos e pesquisas que lancem luz acerca da relação entre o abrigo e os abrigados. Leia-se Altoé (1993, p. 88).

Observa-se, no funcionamento institucional, uma negação da existência da família e uma tentativa de assumir o seu papel, através da formação de um vínculo maior entre o aluno e a instituição.

Os relatos dos adolescentes também apontam o aspecto supra citado:

[...] arrumei minhas coisas tudo e na hora de sair despedi das meninas tudo, não fui na vó porque a vó tá de idade e ela ia passar mal, aí não fui na vó. (Alessandra, família 4).

[...] as pessoas de lá me falaram, é melhor pra você estar aqui, falavam que melhor lá do que na rua. (Maria, família 4).

Um outro aspecto difícil, apontado por quase todos os adolescentes, refere-se à dificuldade de enfrentar, no início, o desligamento do abrigo, sugerindo saudades e a presença de vínculo afetivo com algumas pessoas da instituição. Leia-se o comentário de Adriana, família 2, referindo-se ao momento da saída:

Eu pensei que ia ser lindo, mas foi horrível. Credo, nossa, você tinha que sentir. Ai, eu pensei que seria o melhor momento da minha vida. Não foi.

Entretanto percebe-se, por meio dos relatos dos adolescentes, que o desejo de sair do abrigo acompanhou-os durante todo período de institucionalização.

[...] não via a hora de chegar o domingo para o meu pai ir lá. Chorava para vir embora. (Maria, família 4).

Ficava pensando no dia que eu ia sair. Tinha saudades. (Pedro, família 2).

Por meio dos relatos dos genitores e de seus filhos, depreende-se que, no período pós desabrigo, enfrentaram dificuldades relevantes.

O aspecto material, ou seja, as dificuldades financeiras para as despesas básicas cotidianas de alimentação, vestuário, entre outros, e a precariedade das acomodações físicas das moradias, em comparação com o abrigo, foram apontadas pela genitora da família 1, e por cinco adolescentes (Antônio, família 1, Francisco e Adriana, família 2, Jennifer, e Marta família 3). A dificuldade financeira representa uma adversidade concreta, interferindo significativamente no período de adaptação dos adolescentes com seus pais, pós o desabrigo. Nesse sentido, a

concepção histórico-cultural lança alguma luz na compreensão de tal fenômeno ao apontar que a dificuldade material representa um aspecto objetivo, externo ao indivíduo, porém desencadeia, de acordo com a singularidade de cada ser, um fenômeno intrínseco, internamente vivenciado.

Sobre fenômeno psicológico, na concepção histórico-cultural, leia-se Bock (*in* BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001, p. 22).

Falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o Mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem.

Uma outra dificuldade apontada por quatro dos genitores participantes refere-se ao comportamento dos filhos. Por meio dos relatos, tanto dos pais quanto dos adolescentes, é possível dizer que, na maioria das vezes, o “mau comportamento” é coerente com a fase da adolescência, em que são comuns episódios de contestação da autoridade, desobediência e conflitos. Assim, os pais, ao reagirem com violência e autoritarismo, não constróem condições de diálogo, desencadeando grandes dificuldades interacionais, conforme pode ser observado pelos relatos da família 3 abaixo descritos. Ei-los:

Mas com meu pai foi assim, a gente não saia muito não. Mas como as coisas aqui em casa começou a ficar muito assim com meu pai, aí a gente não para mais em casa. Todo final de tarde a gente sai. Eu não gosto de sair com meu pai. Uma outra fala também aponta: [...] Para o meu pai tudo é gritando. Ele começa a gritar com nós. E meu tio fala na hora, não que não pode fazer isso. Ele fala, tio, mas as meninas não escutam. É, mas tem que conversar, como é que a mim elas escutam. (Marta, família 3).

[...] eu não volto para minha casa mais não [...] Eu não dou certo com meu pai, às vezes eu posso voltar e ficar bem no primeiro dia e depois voltar a mesma coisa. (Jennifer, família 3).

Um outro aspecto, também em consequência da adolescência, refere-se a companhias, muitas vezes inadequadas, de amigos e que dificilmente os pais

conseguem contornar, deflagrando e reforçando, mais ainda, a necessidade de diálogo.

A coisa que eu estou percebendo no momento são as amizades dele com os meninos aqui na rua. Inclusive eu já briguei nessa rua, já desci do salto várias vezes mas não adianta. O Alberto sai da escola para ficar na rua, é videogame, é coisas que eu não queria para ele [...] (Joana, família 5).

[...] dava muito trabalho. Uma amigaiada, uns amigos noiados. Porque aqui perto, Mafalda, só tem isso, amigo noiado e ruim brigando na rua, apanhou. Aí ela falou para morar com meu pai. (Adriana, família 2, referindo-se ao irmão Francisco).

Antoni e Koller (2000), num estudo desenvolvido com adolescentes do sexo feminino, constataram que a transição da infância para a adolescência e a ausência de diálogo com os pais constituem-se como fatores de risco intra-familiares, que aumentam a vulnerabilidade das famílias.

É comum observar, entre os adolescentes participantes deste estudo, problemas referentes à escola, quer seja por abandono, por não freqüência e/ou repetências sucessivas. Um jovem apontou como dificultador do período de desabrigamento a ausência de disciplina e de pessoas acompanhando as tarefas escolares.

[...] aqui não tinha ninguém para me ensinar, fazer tarefa, lá tinha, aí já ia assim perdendo o ritmo da escola, lá onde você ia tinha uma pessoa pra te ajudar. Aqui você não tem, meu irmão tem que estudar, eu tenho que estudar aí não dá certo ficar parando e ensinando, lá a N. me ensinava. (Francisco, família 2).

De fato, o abrigo impõe uma rotina de estudo com a presença de uma monitora/professora. Todavia, de acordo com os relatos dos adolescentes, o estudo no abrigo apresentava-se como uma obrigatoriedade, sujeita a punições, caso o desempenho escolar não fosse satisfatório.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o acompanhamento das tarefas escolares e a disciplina são aspectos importantes para o desenvolvimento da criança/adolescente, observa-se que a presença de punição tende a configurar uma

relação hierárquica, em que o trabalho escolar é feito sob pressão; o que acaba por dificultar ou mesmo impedir a construção do prazer em aprender.

Entretanto, quando a criança/adolescente sai da instituição, um outro fator que pode apresentar-se como um dificultador do aspecto escolar refere-se à impossibilidade de acompanhamento dos pais, ou porque trabalham e não estão presentes no horário da entrada dos filhos na escola ou porque não têm outras pessoas que os auxiliem. Uma alternativa interessante, para contornar tal situação, foi empreendida pelo genitor da família 4, que alterou o período escolar das filhas. Conforme pode ser visto no relato a seguir:

Elas ficavam prá trás né, porque eu saía daqui cinco horas da manhã, aí depois eu resolvi, vou fazer o seguinte, vou passá-las para a noite. Porque aí eu trabalhava de manhã, à tarde eu estou em casa e aí elas vai para a escola. Não tem jeito delas faltarem. (Walter, família 4).

Considerando que o processo de escolarização demanda disciplina e autocontrole, entre outros aspectos, observa-se que na amostra aqui estudada, cinco adolescentes têm empreendido esforços para se manterem na escola, entretanto os outros seis abandonaram a instituição escolar.

Assim, de acordo com os relatos dos adolescentes pesquisados, com exceção de dois mais novos (Alberto, família 5 e Mário, família 3), depreende-se que o abrigo em questão representa uma oportunidade de estudo formal e de outras aprendizagens. Há aproximadamente dez anos, a referida instituição tem investido nos estudos dos abrigados, muitas vezes, mantendo-os em escolas particulares e cursos profissionalizantes, por meio de parcerias com empresas e Organizações Não-Governamentais.

A despeito das dificuldades enfrentadas por pais e filhos, no período pós-desinstitucionalização, observa-se, por meio dos relatos dos participantes, a

presença de esforços empreendidos, visando a contornar os problemas, considerando as possibilidades e limitações de cada um. Práticas como o diálogo com os filhos, para explicar as vicissitudes financeiras e as inadequações comportamentais dos filhos, foram relatadas pelos entrevistados. Entretanto, foi possível detectar que outras práticas não tão adequadas também ocorreram, em especial, nas famílias 3 e 5, as quais fizeram uso da punição física, contribuindo, provavelmente, para o afastamento dos filhos. Joana da família 5, ao se referir as dificuldades com o filho diz que já “danei e já bati”. Mas não adiantou nada. “... *Meu pai tinha vezes que quase matou meu irmão de tanto bater nele. Em mim e no meu irmão, ele sempre falou que ia bater...*” (Marta, família 3).

Essa análise corrobora o estudo de Antoni e Koller (2000) ao identificar que o abuso físico, sob a ótica das adolescentes, não funciona como prática disciplinar e fomenta sentimentos de revolta e medo.

Ao depararem-se com as dificuldades inerentes ao processo de readaptação do adolescente à sua família, os genitores da família 4 e 5 buscaram auxílio, respectivamente, no próprio abrigo e com parentes e, em instituição educativa para adolescentes, além de atendimento psicoterápico.

[...] na Acolhida Marista eu estou tendo um apoio agora da ABRAÇO, que explica a gente como agir, como fazer quando tem alguém mexendo com isso. Uma vez por mês eu tenho uma reunião com eles. (Joana, da família 5).

[...] eu procurei a K. e ela veio cá umas vezes [...] falei com a minha mãe. Elas falaram, oh, não é assim não, não é porque vocês têm 22 anos e 19 anos porque enquanto vocês estiverem na casa do seu pai quem te manda é ele. Porque vocês não trabalham para sustento de vocês. Quem trabalha é ele. Então quem manda é ele. (Walter, família 4).

Por outro lado, os adolescentes ao, vivenciarem as dificuldades acima explicitadas, buscaram apoio, em seu entorno, ou seja, por meio dos vizinhos, o que se constitui um indicador de proteção, para as famílias de nível socioeconômico

baixo, conforme menciona Sudbrack (1996). Tal achado pode ser observado nas famílias 3 e 5, conforme pode ser observado pelo trecho da entrevista de Alberto, da família 5:

P – O que você acha mais legal nesses três anos que você já está na sua casa?

A - Ficar aqui.

P – Aqui, na casa de Ja?

A – É.

Observa-se que Ana é uma vizinha que informou à pesquisadora que Alberto pediu para morar com ela em outra cidade.

Um outro trecho de Mário, da família 3, também aponta a assertiva supracitada:

P – Você está sempre na padaria, o que você faz lá?

M – Eu ajudo lá.

P – O que você faz?

M – Atendo, assisto televisão, fita de vídeo.

P – Mas você não tem muito tempo, né. Porque vai para a escola de manhã e à tarde para a Casa do Menino.

M – Eu fico lá à noite.

P – Toda noite?

M – Não. Até 8, 9 horas.

P – Depois das 9 horas, você vem pra casa?

M – De vez em quando eu durmo lá.

Em um outro momento, Mário diz: *“...fiquei um ano aqui, um ano na casa da minha avó, um ano na igreja e metade do ano na casa de uma mulher.”*

Apenas uma das mães participantes deste estudo afirma não estar trabalhando em virtude de doença. Todos os outros genitores trabalham, sendo

visíveis os esforços empreendidos, no que se refere ao aspecto financeiro, para continuarem assumindo a família e mantendo-a coesa.

Vale a pena apontar que, mesmo entre os adolescentes, houve um movimento de manter unida a tênue estrutura familiar recentemente conquistada, pois alguns assumiram as despesas familiares, como foi o caso de Antônio, da família 1: *“...aqui tenho que trabalhar para sustentar a casa, coisa que eu nunca tinha feito até os 16 anos.”*

Sofrer a experiência de abrigamento constitui-se como paradoxal para a grande maioria dos adolescentes entrevistados. Por meio de seus relatos, é possível compreender que o abrigo, seja em função de outros colegas abrigados, dos funcionários, da oportunidade de estudo, do longo período de abrigamento, ou mesmo da sensação de “dívida” para com eles, favorece o estabelecimento de um vínculo afetivo, representando a família, o que pode favorecer a compreensão das dificuldades para se desligarem da instituição. Entretanto, os adolescentes também apontam aspectos negativos do abrigo, como a ausência de liberdade, a presença de castigos e regras, o isolamento e a sensação de prisão que os envolvem; em consequência, a comunidade apresenta-se distante, o “lado de fora” e a família parece representar o elo de conexão desses dois contextos sociais.

A ausência de valor e de carinho também é referida, em alguns relatos dos adolescentes, sugerindo desejo e, talvez, expectativa de ter tido no abrigo mais afeto, atenção e valorização.

Faltou paciência assim no ensinar [...] eu acho que quando elas pegam pra ensinar a gente, pega pra ensinar porque é obrigação delas, eu acho que elas deveriam assim, ensinar do mesmo jeito, ensinar mas dá um apoio um incentivo. (Francisco, família 3).

Tratar melhor as crianças, como se fossem filhos deles. (Maria, família 4).

Nesse aspecto, compreende-se a necessidade de aprofundar estudos, visto que esses jovens, no longo do período de abrigo, demonstraram encontrar no abrigo uma família provedora de carinho e afeto e não só moradia, roupa e alimentação.

Qual ou quais os sentimentos das famílias, após os anos de abrigo dos filhos? Quanto a essa questão é interessante observar o relato das mães das famílias 2 e 5, demonstrando arrependimento pela internação dos filhos.

[...] Perdi as melhores partes do crescimento dos meus filhos, aproveitei muito pouco [...] Hoje eu não faria isso de novo, hoje eu ia pra debaixo da ponte com eles mas não faria isso. Não dou eles pra sicrano nem para fulano. (Carmen, família 2).

[...] eu não teria deixado ele lá nove anos. Porque com a cabeça que eu tenho hoje e com o apoio que eu tenho, eu não teria deixado ele lá dia nenhum, nem um ano. (Joana, família 5).

Desses relatos, é possível apreender o sofrimento que a distância dos filhos impõe aos pais, principalmente no que se refere ao acompanhamento do desenvolvimento deles e à possibilidade de proporcionar-lhes carinho.

No que se refere à situação atual das famílias, as famílias 1, 2 e 4 demonstram ter um contexto familiar mais favorável que as demais. Nessas três famílias, é possível identificar a presença dos genitores, através de diálogos, dos afazeres domésticos, das atividades em conjunto ou das intervenções, não punitivas, visando à mudança de comportamento dos filhos.

Assim, apesar das dificuldades de readaptação ao ambiente fora do abrigo, o apoio familiar constitui-se num importante elemento em tal processo. Altoé (1993) e Antoni e Koller (2000) apontam que o apoio emocional advindo da família constitui-se num componente fundamental, na fase de adaptação ao meio social.

Todavia, nas três famílias citadas, alguns jovens apresentam-se mais vulneráveis, demonstrando fragilidade no aspecto social, físico ou psicológico, e

deflagrando a urgência de um acompanhamento diferenciado de profissionais e dos próprios genitores.

[...] eu não me sinto evoluído, assim é tipo relacionado. Não sou comum igual aos outros me sinto um pouco diferente. Fim de semana não é pra ficar em casa é pra sair, curtir a vida aí, não sou assim, não deu tempo de fazer se bem que eu queria tempo, mas não tenho aquela vontade de nada, de fazer igual as outras pessoas. (Antônio, família 1).

Informa-se que Antônio, no contato com a pesquisadora, demonstrou tristeza e desânimo, sugerindo preocupações visto que teve uma doença grave que ele próprio atribuiu à depressão.

Francisco, da família 2, parou de estudar e, segundo a irmã, anda com “*amigos noiados*”. Além disso, demonstra sentir falta do abrigo como aponta o trecho abaixo:

P – Você quer me falar mais alguma coisa? Quer me perguntar?

F – Se eu voltasse pra lá assim, pro abrigo será que eles aceitariam?

P – Você acha que seria bom pra você?

F – Acho que sim.

Também numa outra fala Francisco reitera: “...*lá tinha a hora de conversar, brincar, fazer alguma coisa que aqui você não pode.*”

Alessandra, da família 4, comprou bebida para uns rapazes em troca de R\$10,00. Entretanto o dinheiro utilizado para adquirir a bebida era falso, desencadeando uma situação difícil com a Polícia. Considera-se que a atitude de Alessandra aponta preocupações e a necessidade de um acompanhamento mais diferenciado por parte da família.

Por que adolescentes, diante de um mesmo contexto, apresentam vulnerabilidade e outros não? Responder a essa questão não é tarefa fácil, pois, embora os adolescentes participantes deste estudo apresentem indicadores de risco, conforme os apontados por Antoni e Koller (2000), que são: nível

socioeconômico baixo da família, baixa escolaridade deles e dos familiares, experiência de maus tratos na infância e a própria situação de institucionalização; a existência do indicador de risco não implica necessariamente vulnerabilidade, em virtude de fatores inerentes à resiliência individual, ou seja, ao fato do indivíduo não desencadear um distúrbio diante de um fator de risco.

Entre os adolescentes participantes deste estudo, Antônio, Francisco e Alessandra demonstraram uma vulnerabilidade maior que os demais, pois, além dos indicadores de risco já citados, Antônio, apresentou estar muito triste, frustrado por não estudar e pela rotina desprazerosa do trabalho. Francisco abandonou a escola, mente, tem amigos inadequados e sonhos incompatíveis com a sua realidade socioeconômica e Alessandra mostrou-se infantilizada e com dificuldade de raciocínio.

Por meio de relatos dos genitores das famílias 3 e 5, depreende-se que o contexto familiar não é favorável para propiciar ao adolescente o aporte seguro, necessário ao seu desenvolvimento. A interação dos adolescentes com os genitores é marcada pela inexistência de diálogo, de desconfiança, de desobediência e até mesmo a indiferença; o que acaba por acarretar um afastamento de pais e filhos, procurando apoio em outros contextos extrafamiliares; por exemplo, vizinhos, amigos, entre outros.

Alberto, da família 5, freqüentemente fica na casa de uma vizinha, tomando as refeições, assistindo televisão, entre outros, e inclusive pediu para morar em sua casa, visto que ela está em vias de mudar-se para outra cidade. *“...o meu tio mudando pra cá e a minha amizade com a Tamires que ela me ajuda muito...”* (Marta, família 3).

Ainda Marta, referindo-se à avó fala: “...fico mais é lá. Final de semana eu vou pra lá. No meio da semana, quando não tem nada eu vou pra lá também. Ou eu vou lá na minha irmã.”

Jennifer, da família 3, demonstra ter um vínculo com o patrão além da relação empregado empregador, visto que ele mesmo contou à pesquisadora que cuida dela e inclusive “salvou-a” levando-a para a igreja. O trecho abaixo confirma essa assertiva:

[...] agora eu to indo porque meu patrão me leva. Eu vou na Deus é amor e na Congregação.

[...] eu tenho meu patrão, muita gente boa, as meninas daqui, sabe [...].

Desse modo, a frustração e decepção gravitam no universo de alguns dos genitores pesquisados, que demonstram não compreender que, a despeito de todos esforços empreendidos, não conseguiram efetivamente manter os laços familiares. Jennifer, da família 3, mostra no excerto abaixo, a frustração e a decepção do pai, sugerindo desistência dos filhos.

[...] ele não podia mais faltar do serviço, aí nós ficou jogado e às vezes a gente via nele, às vezes ele até chorava, sabe. A expressão do rosto dele, triste, magoado com a gente, decepcionado. Pensou que a gente ia ser uma coisa e foi completamente diferente [...] aí ele deixou de lado ai ele começou a viver a vida dele e a gente a nossa.

Marta também aponta, em sua fala, a dificuldade do pai:

[...] quando ele briga com nós ele fala que vai embora e deixar nós sozinho aqui. Acho que se ele fosse embora tem meu tio ai. Se ele gostasse mesmo de nós ele não ia embora [...].

O próprio genitor demonstra, através de sua fala, preocupação com os filhos e uma certa impotência:

[...] os meus filhos, os três, pela Jennifer principalmente, eles são uns meninos assim, são cabeça dura, quando fala que não quer isso só quando eles tiver mais velho que eles pode ver isso que eles estão fazendo hoje, porque eu não sei se ela pode voltar a estudar.

É possível identificar, nas famílias 3 e 5, vários indicadores de risco — já apontados no decorrer deste trabalho — como: descontrole emocional dos pais, falta de diálogo, ausência dos pais, violência doméstica e falta de responsabilidade dos adolescentes. Entretanto, objetivando reforçar a assertiva supracitada, leiam-se os trechos a seguir:

[...] Às vezes vou falar alguma coisa para meu pai, ele fala que não quer saber disso, agora não. Se tiver aqui em casa, chega uma pessoa, chega meu tio ele dá atenção, mas o meu pai não conversa, não dá atenção. Ele fica assistindo televisão, a gente vai conversar, ele fala que está muito cansado que trabalhou muito. A gente fica sentindo com isso [...]. [...] é muito agressivo dentro de casa. Mas também ele é meio revoltado com nós, ele queria que a gente fosse no centro e a gente não gosta de ir no centro. (Marta, família 3).

[...] de repente ele fica agressivo comigo, quer saber só de ficar na rua. Eu tenho muito medo sim, dele envolver ou de já estar envolvido. Eu não sei, não conheço nada disso. (Joana, família 5, referindo-se às drogas).

Entretanto, compreende-se que seria necessário aprofundar os estudos com essas famílias, visando a compreender em profundidade as suas causas desestruturantes.

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Aquele que escreve cartas
não apenas cola selos
num envelope de nuvens
lançado sobre o horizonte.*

*Espera que quem recebe
saiba ler na língua d’água
a sede do eterno instante
e jorre afeto e resposta
num diálogo de fontes”*

Affonso Rossano de Sant’Anna

Conhecer o processo de institucionalização/desinstitucionalização numa entidade abrigo, por meio de uma profunda imersão na história de vida dos próprios envolvidos, constituiu-se numa experiência bastante enriquecedora, pois possibilitou uma escuta diferenciada, desencadeante de reflexões que, cotidianamente, diante da urgência da intervenção, apresenta-se difícil e atropelada, lançando algumas luzes sobre o intrincado processo que se inicia com a decisão de abrigar a criança e o desejo de retirá-la da instituição. Além disso, a presente pesquisa, embora realizada em modestíssimas proporções e intenções, contribuiu com a produção de conhecimentos, que poderão ser utilizados em intervenções mais adequadas, considerando a importância de tão delicado processo.

Conseguir retirar o filho de uma situação de institucionalização e trazê-lo de volta à família, é, na verdade, um indicador da reestruturação familiar?

Responder a essa questão foi o objetivo arduamente perseguido nesse estudo, cujos dados, embora não conclusivos, permitem afirmar, entre outros achados, que a questão da institucionalização das crianças/adolescentes é

multifatorial, ou seja, fatores ligados à pobreza, desestruturação familiar, carência de uma rede de apoio sócio-psicológica estão presentes no universo daqueles que, em algum momento de suas vidas, sentiram-se impotentes frente às suas responsabilidades familiares e entregaram seus filhos aos cuidados da instituição. É interessante constatar que, nas cinco famílias estudadas, encontram-se presentes situações ligadas à carência socioeconômica e a ausência da figura paterna.

Em relação ao aspecto socioeconômico depreende-se a necessidade de políticas públicas eficazes, quer seja em nível federal, estadual e municipal, atreladas à intervenção de uma equipe multiprofissional, maximizando e otimizando o atendimento de tão significativa parcela da população brasileira que, não raras vezes, devido às situações de extrema pobreza, vêm-se obrigadas a institucionalizar seus filhos. Desse modo, torna-se bastante urgente uma intervenção que contemple não somente os aspectos assistencialistas, mas, principalmente, que resgate a auto-estima dessas famílias, considerando a fragilidade material e psíquica que se constitui no aspecto perverso da institucionalização.

A ausência da figura paterna foi um dos achados importantes desta pesquisa, considerando que, na totalidade das famílias estudadas, os genitores abandonaram suas famílias, para seguir as próprias vidas. Por outro lado, vale mencionar que, diante do abandono posterior dos filhos, pela figura materna, dois genitores (re)assumiram a paternidade, retiraram os filhos do abrigo e tentaram reconstruir o elo familiar. Assim, a questão acerca do que acontece com a identidade paterna diante da separação conjugal deve ser objeto de novos estudos, pois, na prática do trabalho com famílias, a pesquisadora já constatou a (re)assunção da paternidade de alguns genitores, pós abandono da mãe e no período de abrigamento dos filhos, evidenciando que a figura paterna tem um papel relevante no abandono e no

desabrigamento, seja pelo aspecto material ou afetivo.

Um outro lado desse contexto refere-se à identidade materna. O que acontece com a genitora quando é abandonada pelo companheiro? Uma das primeiras constatações é a de que ocorre um agravamento da situação financeira. Entretanto, tal fator não é único, pois tão ou mais importante quanto é o sentimento de inadequação despertado nas mulheres em virtude do abandono masculino. Desse modo, conhecer com maior profundidade as marcas afetivas derivadas da situação de abandono pode contribuir na compreensão da constituição do papel materno, em situações em que as mães se vêem obrigadas a também abandonar os filhos. É digno de nota observar que, pelo menos nas famílias aqui estudadas, quanto menor é a idade da criança no momento da institucionalização, maior a sua dificuldade em reconhecer/compreender, na figura daquela mulher que o visita, o significado da maternidade. Portanto, há a necessidade de que esforços sejam empreendidos, no sentido de garantir à mãe o desempenho do papel materno, mesmo que em condições especiais, haja vista as vicissitudes impostas pelo próprio abrigamento.

No âmbito da instituição pesquisada, foi possível identificar um esforço, no que respeita à possibilidade da maternagem em contextos dessa natureza. Assim, duas das mães entrevistadas, que foram mães muito jovens, parecem ter encontrado no abrigo um local de apoio que lhes propiciou a vivência do papel de mãe, dando-lhes um tempo para que se acostumassem com a maternagem.

Contudo, vale mencionar que, com exceção do genitor da família 4, os demais genitores apresentaram uma certa acomodação ao abrigo, provavelmente em função da segurança que o abrigo representava para eles; o abrigo provia educação, trabalho, moradia e alimentação para os filhos, desincumbido-os de tão árdua tarefa.

Assim, parece ser desejável que o abrigo cumpra rigorosamente os ditames da Lei, isto é, seja medida de caráter provisório, ao mesmo tempo em que se propiciem às famílias condições de recuperação dos cuidados com seus filhos, não incentivando, desse modo, a criação de um vínculo paralisante de dependência das famílias em relação à instituição.

Ainda no que se refere aos desencadeantes do abrigamento, foi possível identificar que os maus-tratos oriundos da própria mãe ocorreram em apenas uma família; nas outras quatro famílias, constata-se a existência de uma importante rede de apoio, representada por familiares, vizinhos, serviços de creche e pelo próprio abrigo, através de uma intervenção profissional sistemática, que poderia ter sido acionada no sentido de evitar o abrigamento ou, pelo menos, o prolongamento demasiado.

Uma das exigências da instituição judiciária para a efetivação do processo de desinstitucionalização é a reestruturação familiar. As cinco famílias estudadas reestruturaram-se financeiramente, por meio de trabalho. Todavia, percebe-se que a relevância atribuída ao aspecto financeiro, por parte profissionais do Judiciário, parece ser demasiada, diante do conjunto de motivos desencadeantes do abrigamento e, não somente, pelo aspecto financeiro isolado. As famílias 5 e 3, por exemplo, encontram-se, na situação atual, com problemas de convivência familiar e, *a priori*, a causa não é o aspecto financeiro; entretanto, no momento do desabrigamento os esforços empreendidos visaram prioritariamente à reestruturação financeira. Desse modo, torna-se pertinente ponderar que a intervenção dos profissionais no trabalho com famílias deve pautar-se na compreensão reflexiva das causas e no reconhecimento dos recursos de natureza externa e interna de que dispõe a família, não se fixando apenas no aspecto financeiro, mas também

compreendendo o peso de variáveis afetivas e sociais, na tão almejada reconstrução familiar.

A insistência da instituição judiciária junto com a reestruturação financeira dos genitores foram fatores desencadeantes, bastante significativos, da desinstitucionalização. É mister salientar que a mobilização da instituição judiciária está absolutamente compatível com as propostas do ECA, mas é fundamental uma proposta de trabalho com famílias de modo a considerar a pluralidade de variáveis que representam a reinserção do filho junto à família de origem. Assim, pode-se inferir que o referido Estatuto, de forma isolada, sem o respaldo técnico e institucional, não efetiva a promoção social.

Desse modo, é pertinente sugerir que os profissionais ligados à instituição judiciária, em especial juizes e promotores, tenham acesso a todas as informações, envolvendo a história da família e do abrigado, bem como a compreensão dos fatores psicológicos que estão presentes no momento do desabrigamento, de modo a se ter um efetivo diálogo de conhecimentos e, em consequência, ações mais efetivas em prol da família.

Um outro aspecto interessante, quando se depara com o intrincado quebra-cabeça que representa o abrigamento/desabrigamento é a passagem da infância para a juventude, vivenciada pelos pesquisados no período de institucionalização. Assim, observa-se que existe uma relação linear entre a chegada da adolescência, com todas as suas idiosincrasias e a diminuição da tolerância para permanecer no abrigo; há a imersão de desejos, a exacerbação da agressividade, a intolerância às regras, entre outros, parecendo tornar mais intolerável para os adolescentes, a vivência no abrigo. É, nesse momento, que parecem ocorrer os pedidos para o desligamento feitos pelos abrigados aos seus genitores. Além disso, a própria idade

do adolescente permite uma autonomia maior, facilitando a permanência na moradia, sem a necessidade da presença de um adulto.

No que se refere à situação atual das famílias, não se esperava encontrar um modelo ideal de família, nos moldes de família nuclear burguesa, com a presença das figuras paterna e materna, divisão de papéis sexuais como aponta Poster (1979), mas encontrar um contexto familiar favorável o suficiente para enfrentar as adversidades sofridas por todas as famílias na contemporaneidade, ou seja, ausência de trabalho, drogas, más companhias, baixa escolaridade, entre outros. Portanto, corroborando com os estudos de Altoé (1993) e Antoni e Koller (2000), que os adolescentes, quando se desligam do abrigo, necessitam do apoio da família no que se refere às situações novas que emergem cotidianamente, na escola, na comunidade e no próprio lar; de diálogo e de atividades em conjunto com os genitores. No presente estudo, duas famílias não apresentam o contexto supracitado, deflagrando a urgência de investimentos profissionais no núcleo familiar, visando a não comprometer ainda mais o desenvolvimento dos adolescentes. As outras três famílias, a despeito das dificuldades e da vulnerabilidade de alguns adolescentes, apresentam-se, na sua dinâmica, mais equilibradas e estruturadas.

Um dado que chama a atenção e que deveria ser mais bem investigado diz respeito ao modo como a figura paterna percebe e se posiciona frente à situação de abrigamento dos filhos. Foi interessante constatar que, freqüentemente, o genitor — pós-afastamento do filho e diante da informação do abrigamento desse — se aproxima do abrigo, reivindicando o direito à convivência filial.

Assim, o desabrigamento de crianças e adolescentes não é o final de um processo de desestruturação/reestruturação familiar biológica, mas apenas uma

etapa do processo que demanda acompanhamento pós-abrigamento sistemático e bastante criterioso; além disso, por meio dos relatos dos entrevistados e de sua posterior análise, é possível dizer que o abrigo pode auxiliar mais adequadamente as crianças e suas famílias, desenvolvendo um papel de promoção social, com possibilidades de superar o estereótipo negativo, adjudicado às instituições, pela sociedade em geral.

É notório que as instituições que abrigam a Infância e a Juventude têm apresentado dificuldades no que se refere ao desenvolvimento de um trabalho sócio educativo com o adolescente/criança e sua família. A FEBEM, por exemplo, a despeito de sua proposta sócio educativa, desenvolve um modelo prisional, com pouco comprometimento educativo. Frequentemente ocorrem rebeliões — de janeiro a março de 2005, houve 20 rebeliões e 881 fugas (Folha de São Paulo, A2, 27/3/05) — e denúncias de superlotação, violência com os internos e destes com os funcionários. (Folha de São Paulo, C1, 13/03/05; C5, 17/03/05). Teixeira (2005) alerta que a FEBEM carrega uma estrutura, um modo de funcionar e uma história e, em conseqüência, seria melhor extinguí-la objetivando o aparecimento de uma nova instituição baseada em outros fundamentos e com uma nova mentalidade. Avalia-se que as instituições devem (re)avaliar a sua proposta educacional, refletindo — verdadeiramente — o paradigma vigente que subjaz às ações e a coerência destas com o trabalho de promoção social.

À luz da pesquisa realizada e das tendências observadas na literatura pertinente, algumas sugestões podem ser empreendidas de modo a favorecer um abrigo com mais qualidade. Ei-las:

- 1) A recepção da criança/adolescente no abrigo deve ser acolhedora e educada, implicando a apresentação do espaço físico, normas, rotinas institucionais e

pessoas. Paulatinamente, no decorrer dos dias, é importante esclarecer-lhe os motivos do abrigo e *a priori*, enfatizar que o abrigo é uma condição provisória, sem atribuir à família qualquer conotação negativa, respeitando o tempo da criança para falar sobre o assunto. Deve-se considerar que a criança/adolescente sempre chega fragilizada e com a necessidade - mesmo que recuse - de encontrar um local seguro, propiciador de vínculos estáveis; é importante compreender a sua singularidade e evitar, na medida do possível, que a dinâmica institucional descaracterize os aspectos inerentes à sua individualidade.

- 2) A hora de dormir, principalmente para as crianças menores abrigadas, apresenta-se difícil e dolorosa, visto que desencadeia saudades da família, medo e solidão. Assim, compreende-se que demanda a presença de um adulto com condições de compreender esse momento e assumir uma referência segura e firme, através de conversas sobre as atividades do dia, orações, histórias, entre outros.
- 3) O momento das visitas da família apresenta-se como um dos melhores momentos do período de abrigo das crianças/adolescentes. Sugere-se que essas ocorram com uma frequência semanal, no mínimo, e que sejam acompanhadas por profissionais, atentos à interação família/criança, com posteriores intervenções com os genitores sempre que necessário. Essas intervenções devem ancorar-se numa relação profissional/genitores, dialética, com reflexões que auxiliem na desconstrução de relações sociais adoecidas e reconstruções que favoreçam o retorno da criança/adolescente ao lar.
- 4) A relação abrigo/família apresenta-se como um dos maiores desafios da instituição, demandando esforços, visto que existem raros estudos visando o

respaldo das intervenções que, além de poucas, são desarticuladas entre as instituições e nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Avalia-se, corroborando com o estudo de Marin (1999), que um dos aspectos principais, na relação abrigo/família, consiste na **não** assunção do lugar da família, por parte do abrigo. A possibilidade do abrigo contribuir com o desenvolvimento da criança/adolescente implica necessariamente o reconhecimento de que não pode substituir a família e, por tal, deve investir no trabalho com famílias, visando ao desabrigo rápido, sempre que possível. Compreende-se que assumir o lugar da família é estabelecer uma relação enganosa com o abrigado, emitindo uma mensagem — mesmo que implícita — de que ele adquiriu, no abrigo, o lugar de filho; e conflituosa porque sugere que a família foi trocada, desencadeando freqüentemente, a competitividade dos funcionários mais próximos aos abrigados que se referem, nas entrelinhas, à família biológica com conotação negativa. Entende-se que o contexto supracitado atropela a criança/adolescente na sua história, inviabilizando a possibilidade de contribuir com o desenvolvimento da infância e juventude abrigada.

- 5) O abrigo pode e deve favorecer o desenvolvimento da infância e juventude à medida que propicia a educação formal e informal, por meio da escola, dos cursos profissionalizantes, esporte e lazer na comunidade, visando a atender a singularidade de cada criança/adolescente abrigada.

No espaço intra-institucional, considera-se importante propiciar grupos lúdicos de irmãos, visando à preservação dos vínculos de irmandade e atendimentos individualizados não psicoterapêuticos, objetivando propiciar à criança/adolescente uma escuta individualizada, que favoreça a possibilidade de preservar o Eu dentro de uma estrutura coletiva com tendência a oprimi-lo

(GOFFMAN, 1987). Os atendimentos psicoterapêuticos podem apresentar-se de grande valia para a infância/juventude abrigada, entretanto, devem ser realizados na comunidade, com profissionais não ligados ao abrigo. Considera-se imprescindível que o atendimento psicoterapêutico das crianças/adolescentes abrigados seja fora dos muros institucionais, por que se avalia que o contrário comprometeria a privacidade e confiança — necessários à terapia e ao trabalho do psicólogo institucional — visto ser passível de despertar nos abrigados atendidos e funcionários, desconfiança e competitividade. Em consequência, esse profissional que, por sua função na instituição — (des)ocultador de conflitos — naturalmente representa ameaça; diante do mau enquadramento de suas tarefas tornar-se-ia o depositário de conflitos, inviabilizando o trabalho de “Psico-Higiene”. Bleger (1992), afirma que a atuação do psicólogo em instituições deve objetivar a “Psico-Higiene”, ou seja, auxiliar a instituição a (des)ocultar conflitos, enfrentando preconceitos, resistências e medos de mudança. Por tal, o objeto de estudo e intervenção do psicólogo institucional deve ser a dinâmica e problemática institucional e não individual.

- 6) O trabalho com funcionários é imprescindível para viabilizar qualquer projeto institucional. A pesquisadora, no decorrer de sua experiência profissional, constata que a vida pessoal de cada funcionário confunde-se com os conflitos institucionais e os dilemas e vida dos abrigados, desencadeando dificuldades que repercutem na vida dos funcionários e na qualidade do trabalho. Assim seria interessante, que esses funcionários participassem de grupos semanais que auxiliassem na reflexão e discernimento do que é pessoal ou profissional, através de uma escuta diferenciada, que favoreça criação e inovação, contrapondo-se a pensamentos, sentimentos e ações estereotipadas. Desse modo, a técnica de

Grupos Operativos de Pichon-Riviére (2000) pode ser adequada para esse perfil de atendimento.

Outro trabalho que pode ser realizado com os funcionários e familiares de crianças abrigadas, diz respeito à utilização de estratégias de mediação em tais contextos, conforme pode ser verificado em Vectore (2005).

De tudo o que foi dito é possível perceber o quanto é necessário a intervenção com as famílias que vivenciam o drama de institucionalizar os filhos. Reitera-se que, na contemporaneidade, os abrigos devem estruturar-se para desenvolver trabalhos com famílias e não somente receber os adolescentes. Entretanto, deve-se mencionar que, dificilmente os trabalhos se efetivam, por ausência de parcerias com as Universidades, instituições públicas ou privadas e Organizações Não-Governamentais (ONGs), visto que demandam intervenções sistemáticas, oriundas de pesquisa com respaldo teórico consistente, ancoradas na interdisciplinaridade.

Conclui-se que as cinco famílias estudadas vivenciaram o abrigamento de maneira dolorosa, desencadeando, principalmente em alguns adolescentes abrigados, seqüelas que, não se sabe serão algum dia, superadas.

É impossível precisar como estariam esses adolescentes se não tivessem sido abrigados, mas supõe-se que um trabalho, com um atendimento multiprofissional, junto ao núcleo familiar, considerando todos os aspectos supracitados, poderia ter diminuído o tempo de abrigamento ou auxiliado de maneira mais contundente, as famílias, no período pós-abrigamento.

Conhecer as entrelinhas que estão presentes no processo que envolve a decisão de abrigar um filho e após um tempo, normalmente longo, retirar o filho da instituição e recebê-lo em sua família é um procedimento, conforme foi relatado pela

maioria das famílias, algo extremamente doloroso, desmascarando inúmeros estereótipos envolvendo a família, principalmente a relação quase linear existente no imaginário das pessoas de que a institucionalização é fruto do abandono familiar. Embora os dados não possam ser generalizados em virtude do tamanho da amostra adotada neste estudo, a pesquisa mostrou que os pais, na verdade, não abandonaram os filhos; na verdade, pode-se pensar que esses pais é que foram abandonados pela sociedade, através da falta de políticas públicas eficientes, da carência de programas educativos e de valorização do cidadão, da injusta e brutal distribuição de renda que, ao longo dos séculos, assola a sociedade brasileira, entre outros fatores cruciais para a sobrevivência familiar.

Por outro lado, a instituição em questão representou, tanto para os pais quanto para os seus filhos, um apoio seguro, que a despeito de suas inadequações e de um sentimento de ambigüidade que permeia as falas dos adolescentes, conseguiu ser uma referência positiva na vida dessas pessoas, haja vista o modo como relembram os períodos passados no abrigo.

Como compreender essa realidade que, *a priori*, apresenta-se paradoxal?

É possível constatar, por meio dos relatos da instituição e dos próprios adolescentes, que, antes de serem abrigados, viviam em situações difíceis, principalmente os jovens das famílias 2 e 4. Assim, pode-se pensar que, no imaginário dos abrigados, a instituição mesmo ruim (rigidez de normas e regras; sensação de estar preso e outras), representa o auxílio no momento certo. Outro aspecto a considerar refere-se à baixa rotatividade de funcionários, viabilizando relações duradouras e freqüentes dos adolescentes com as pessoas da instituição. Por fim, tem-se que o tempo de abrigamento foi bastante longo, deixando-os

susceptíveis ao medo de sair, pois “sair” e enfrentar o mundo fora do abrigo sugere algo novo/desconhecido; portanto, uma mudança.

Pichon-Riviére (1998) argumenta que toda a mudança desencadeia ansiedade em função de dois medos básicos: o medo da perda, gerador de insegurança provocada pela perda de um sentimento de pertença a um grupo social estabilizado, e o medo do ataque que se refere ao medo do indivíduo de não estar preparado o suficiente para enfrentar a situação nova.

A pesquisadora, por meio de suas observações, confirma os esforços do abrigo, buscando a melhoria do nível escolar, contudo este estudo aponta a necessidade de rever a maneira de acompanhar as crianças/adolescentes, no que se refere à escolarização, ou seja, tarefas, motivação e outros.

É digno de nota relatar o modo como os adolescentes se dispuseram a colaborar com o presente estudo; a não ser em um único caso (Alberto, família 5), todos os outros mostraram-se disponíveis para relatarem suas histórias de vida. A pesquisadora foi recebida com sorrisos e foi indagada sobre o atual momento do abrigo, demonstrando um certo saudosismo da época passada na instituição. “... *quando a gente está lá dentro, não sabe vê, mas depois quando a gente sai, a gente vê a falta que eles fazem.*” (Marta, família 3)

Os participantes desse estudo, na sua maioria, foram institucionalizados antes dos seis anos de idade. Desse modo, considerando-se a importância do período de 0 a 6 anos de vida, para um adequado desenvolvimento humano, sugere-se que estudos maciços devam ser continuamente empreendidos, no sentido de oferecer a prestação de um serviço de qualidade tanto a essas crianças quanto às suas famílias. Para tanto, há a necessidade da compreensão do fenômeno em toda a sua extensão e sutilezas, bem como de fomentar, em última instância, um espaço de

saúde mental, capaz de contribuir na construção de um ser humano mais solidário e participante no seu contexto social.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Criança: a lei e a cidadania. *In*: RIZZINI, I. (Org.). **A criança no Brasil hoje - desafio para o terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993. p. 101-111.

ALTOÉ, S. **De menor a presidiário: a trajetória inevitável**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.

ALVES, E. S. **Abrigamento de crianças e realidade familiar. A desmistificação do abandono**. UFSC, 2000. 205p.

ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Vulnerabilidade e resiliência familiar: um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos intrafamiliares. **Psico**, Porto Alegre, v. 31, p. 39-66, jan/jul, 2000.

ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. *In*: PILOTTI, F; RIZZINI, I. (Org.). **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995. p. 172-220.

ARAÚJO, S. B.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. A criança maltratada. *In*: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (Coord.). **A criança na sociedade contemporânea**. Lisboa: Universidade Aberta. 2004. p. 223-260.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. *In*: _____. (Org.) **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2.ed. São Paulo: IGLU, 2000.

BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional**. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *In*: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. **Psicologia sócio-histórica**, São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-35.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

CARNEIRO, S. L. M. A. **A violência notificada contra a criança e o adolescente na família: quando tudo começa em casa**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social. *In*: _____ (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 13-21.

CASTEL, R. As transformações da questão social. *In*: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BOGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2000. p. 235-264.

CHAVES, A. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 2.ed. São Paulo: LTr, 1997.

CIAMPA, A. C. Identidade. *In*: LANE, S. T. M.; GODO, W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 58-75.

DIMENSTEIN, G. Lula tem o corpo do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 dez. 2004. Caderno C.

DRAIBE, S. M. Por um reforço da proteção à família: Contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. *In*: KALOUSTIAN, S. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez/UNICEF, 2000. p. 109-130.

ESTATUTO da criança e do adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente - objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. *In*: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro. Universidade Santa Úrsula, 1995. p. 222-236.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMES, R. et. al. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus tratos infantis na literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, mayo/jun. 2002, vol.18, no.3, p.707-714

GUIRADO, M. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono**. São Paulo: Summus, 1986.

HUTZ, C; KOLLER, S. H.; BANDEIRA, D. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. **Coletâneas ANPEPP**, v. 1, p. 79-86, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada**, 2003.

LEI Orgânica de Assistência Social - LOAS. Lei nº 8.745, de 07 de dezembro de 1993.

MARCILIO, M. L. **A história social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARIN, I. S. K. **FEBEM, família e identidade. O lugar do outro**. 2.ed. São Paulo: Escuta, 1999.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2001.

MRAZEK, P.J.; HAGGERTY, R.J. **Reducing risk for mental disorders. frontiers for preventive intervention research**. Washington: National Academy Press, 1994.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. *In*: KALOUSTIAN, S. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez/UNICEF, 2000. p. 26-46.

NIIMI, R. **Lançamento dos relatórios situação mundial da infância 2003 e situação da adolescência brasileira**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil>>.

OLIVEIRA, M.; FLORES, R. Violência contra crianças e adolescentes na Grande Porto Alegre. *In*: ASSOCIAÇÃO DO MENOR CARENTE (Org.). **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF, 1999. p. 104-117.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. et al. A criança institucionalizada. *In*: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. et. al. **A criança na sociedade contemporânea**. Lisboa: Universidade Aberta, 2004. p. 199-232.

PICHON-RIVIÉRE, E. O implacável interjogo entre o homem e o mundo. *In*: _____. **O processo grupal**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 189-192.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro. Universidade Santa Úrsula, 1995.

PIRES, J. M. A. Violência na infância - aspectos clínicos. *In*: ASSOCIAÇÃO DO MENOR CARENTE (Org.). **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF, 1999. p. 61-70.

POSTER, M. Modelos de estrutura da família. *In*: _____. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 185-250.

REPPOLD, C. T.; PACHECO, J.; BARDAGI, M.; HUTZ, C. Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. *In*: HUTZ,

C. Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégia de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 7-51.

RIBEIRO, R. M. et. al. Estrutura familiar, trabalho e renda. *In*: KALOUSTIAN, Silvio (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez/UNICEF, 2000. p. 135-158.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores - do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a Infância no Brasil (1830-1990). *In*: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro. Universidade Santa Úrsula, 1995. p. 102-168.

_____. **O século perdido**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997.

RIZZINI, Irma. O elogio do científico - a construção do “menor” na prática jurídica. *In*: RIZZINI, I. (Org.). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993. p. 81-99.

SAWAIA, B. O sofrimento ético- político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: _____ (Org.). **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 97-118.

SUDBRACK, M. Construindo redes sociais: metodologia de prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda. *In*: MACEDO, R. (Org.). **Coletâneas da ANPEPP: família e comunidade**, v. 1, n. 2, p. 87-113, São Paulo: Press Grafic, 1996.

TAKASHIMA, G. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis - uma questão de postura. *In*: KALOUSTIAN, S. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, UNICEF, 2000. p. 77-92.

TAVARES, José. **Resiliência e educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

UNICEF. The State of the World's Children, 2003.

VECTORE, C. Estratégias mediacionais. *In*: MARTINEZ, A. M. (Org.). **Psicologia – escolar: compromisso social**. Campinas: Alínea, 2005. p. 155-175.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas**. Campinas: Papirus, 1999.

VOGEL, A. Do Estado ao estatuto - propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil Contemporâneo. *In*: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro. Universidade Santa Úrsula, 1995. p. 299-346.

WEBER, L. N.; KOSSOBDUDZKI, L. H. **Filhos da solidão**. Curitiba: Governo do estado do Paraná, 1996.

WINNICOTT, D.W. **Tudo começa em casa**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência - noção, conceitos, afins e considerações críticas. *In*: TAVARES, J. **Resiliência e educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

Apêndice A – Ficha de identificação

Do genitor

1- Nome: _____

2- Sexo: _____

3- Data de nascimento: _____ Idade: _____

4- Estado civil: _____

5- Escolaridade: _____

6- Religião: _____

7- Profissão: _____

8- Salário mensal: _____

Renda familiar: _____

Número de pessoas que trabalham: _____

9- Acesso à políticas sociais: _____

10- Moradia

() alugada cedida () própria ()

11- Condições da casa

() alvenaria madeira () outros () _____

() números de cômodos tipos:

12- Número de pessoas residentes em casa: _____

13- Presença de um companheiro em casa: _____

Idade _____ Salário _____

Profissão _____ Ocupação _____

Local de trabalho _____ Escolaridade _____

14- Informações do outro genitor

() ausente () presente

Motivo: _____

Contribui com ajuda? _____

Como? _____

15-Número de filhos

Idades: _____ Presentes em casa ()

Sexo: _____ Fora de casa ()

16-Grau de escolaridade de cada filho

Nome: _____ Série: _____

17-Quantos filhos trabalham? _____

Nome: _____ Idade: _____ Ocupação: _____

18-Quantos filhos institucionalizados? Quando? _____

19-Todos estão em casa com você? _____

Do adolescente

1- Nome: _____

2- Data de nascimento: _____

3- Escolaridade: _____

4- Trabalho: _____ Ocupação: _____ Local: _____

5- Como conseguiu: _____

Apêndice B – Roteiro de entrevista com adolescente

- 1 - Sobre o abrigoamento:
- 2 - Motivos, reações e sentimentos no que se refere ao momento da institucionalização
- 3 - Dificuldades/facilidades enfrentadas no período de abrigoamento
- 4 - Pior/melhor momento
- 5 - Visitas
- 6 - Sobre o desabrigoamento:
- 7 - Preparação
- 8 - Desejo
- 9 - Dificuldades enfrentadas
- 10 - Mudanças
- 11 - Conselhos para os abrigados, os Pais e a instituição
- 12 - Expectativa de futuro, próprio e para a família

Apêndice C – Roteiro de entrevista com genitor

- 1 - Sobre o abrigamento:
- 2 - Situação vigente no que se refere a trabalho e relações familiares
- 3 - Reações/sentimentos
- 4 - Mudanças no período de abrigamento no que se refere a trabalho,
relações familiares
- 5 - Visitas
- 6 - Dificuldades enfrentadas
- 7 - Sobre o desabrigamento:
- 8 - Preparação
- 9 - Expectativas
- 10 - Dificuldades/facilidades
- 11 - Conselhos para os Pais e para a instituição
- 12 - Opinião sobre o abrigo
- 13 - Expectativa de futuro próprio e para o(s) filho(s)

Apêndice D – Roteiro de entrevista com diretora

- 1-Relação do genitor (a) com o abrigo/visitas aos domingos
- 2-Comportamento do adolescente no abrigo
- 3-Comportamento do adolescente no que se refere à escola

Apêndice E – Termo de consentimento adolescente

Apêndice F – Termo de consentimento genitor

Apêndice G – Entrevista da família 3

Entrevista com José

P. José, como estava a sua vida quando seus filhos foram abrigados?

José. Minha vida em si estava boa, posso falar que tava boa, tava sozinho, não tinha informação deles, mas leva uma vida normal.

P. Você não tinha contato com seus filhos?

José. Não, não tinha, antes de vim pra cá.

P. Por quê?

José. Porque eu não sabia, assim que a gente se separou, ela foi embora, levou os meninos e a gente perdeu o contato, passou muitos dias, passou muito tempo sem ver. Assim que ela foi embora eu também fui trabalhar fora, quando retornei à cidade perdi o contato com ela e nunca mais tive notícias.

P. Você disse que sua vida estava boa, você estava trabalhando. Como assim?

José. Boa que eu digo é, assim, eu tava, como eu posso falar, sem ver, não tinha assim aquela agitação, pensava, pensava nela assim mas sabia que os meninos tava bem. Tinha a fé, tinha aquela convicção que os meninos tava bem, por que tava com ela, então eu pensava que tava bem, então levava a vida normal, trabalhando, sempre pensando nos meninos. Aí eu falava, não preciso preocupar que os meninos ta com a mãe.

P. Como você ficou sabendo que os meninos estavam abrigados?

José. Eu fiquei sabendo por acaso, por que a madrinha da Marta, ela trabalhava pro lado, pr'aqueles lados de lá, passando na porta ela viu a menina e reconheceu né, e falou aquela lá é a menina do José. Aí reconhecendo a menina ela me contou assim,

que a gente teve contato, aí me falou que tinha visto a menina. Aí fui procurar e vi que era verdade, que realmente os meninos tava lá.

P. Aí, qual foi sua reação?

José. Aí fui esclarecer a verdade. Fui, procurei lá a diretora, a responsável lá e falei que os meninos tava lá e que eu não tinha conhecimento, aí eu passei a ter contato com os meninos.

P. Que tipo de contato, como é que você fazia?

José. As visitas, os contatos era as visitas, porque lá é, brincava com eles, contava estória e fui aproximando deles.

P. Você tinha o hábito de visitá-los todos os domingos?

José. Tinha, não todos os domingos, porque eu sempre trabalhei aos domingos, embora era outro serviço diferente, mas lá também nesse serviço a gente trabalhava aos domingos. Então lá eu ia de quinze em quinze dias, em cada quinze dias eu tava visitando os meninos.

P. Como eram essas visitas?

José. Ah, a visita lá era, a gente ia, conversava, perguntava como elas tava, se elas queriam voltar a nós, conviver junto e falava da minha vida como é que eu tava passando.

P. Como foi sua reação e o que você sentiu quando soube que seus filhos estavam abrigados?

José. Ah, eu fiquei assim triste, pensativo, porque que eles foram passar pra lá, sem saber assim, porque achava que a mãe tinha condição de cuidar. Então quando eu soube que os meninos tava lá, realmente eu fiquei muito triste.

P. Por quê vocês se separaram?

José. Nós nos separamos. Pelo motivo assim de, como eu posso dizer, por saber motivinho banal, às vezes ela achava que não estava bem que tinha que passear, que tinha que sair, que eu não concordava com os motivos que ela tinha né. Aí ela queria levar uma vida mais livre, não queria ser uma dona da casa mais e eu não tinha assim, podia dar a vida que ela queria, ela queria passear, queria ir pros lugar e eu não podia, ano tinha condições. Aí ela, não dava pra gente viver mais, aí nós nos separamos, sem briga, sem nada.

P. Quando você soube que os meninos estava na instituição, o que você ficava imaginando? O que você pensava sobre o que eles estavam passando, o que estava acontecendo com eles?

José. Sempre que eu visitava lá, eu imaginava bem, agora por parte dela eu senti assim revolta, porque ela foi abandonar os meninos, né. Então eu sabia que os meninos tavam bem, bem cuidado, mas pro lado da mãe eu ficava pensativo, por quê será que ela pôs os meninos lá? Então, essa é a minha revolta.

P. Por quê ela nunca mais visitou?

José. Porque ela nunca mais visitou, perdeu o contato assim, sem mais nem menos.

P. Depois disso você nunca mais a viu, não teve contato, nada, até ficar sabendo que ela morreu. Foi isso?

José. É, eu vê assim não, perdemos o contato, depois eu tive notícias dela, notícias teve, mas pessoalmente, eu nunca vi.

P. O fato de saber que os meninos foram para a instituição alterou sua vida?

José. Não, não alterou, sabia que eles estavam bem e eu não tinha condições de ficar com eles, então, claro, que a gente pensava em tê-los em minha companhia. Mas pelo fato da gente não ter, não ter jeito deles ficar com a gente, né, eu achava bom que eles tava era lá na instituição.

P. Bom, você está falando que sabia que os meninos estavam bem lá no abrigo. É isso?

José. Exatamente né, eu não tinha condições de ficar com eles, lá, eles ficando lá eu poderia trabalhar mais tranquilo, sabia que não tinha aquela preocupação de mandar eles pra escola, porque eles estavam sozinhos né, sabia que eles não iam me obedecer, então eles estavam lá, nessa parte aí ter uma boa educação, eles estavam tendo coisa que eu não poderia dar né, uma boa educação escolar na época.

P. Quanto tempo eles ficaram no abrigo?

José. Eles ficaram depois que eu conheci, eu tomei providência, que eu passei a ter contato com eles, eles ficaram aproximadamente uns cinco anos.

P. José, o que te levou a começar a tomar providências para tira-los de lá? Como foi isso, me conta.

José. Ah, eu sentia muita falta deles, sentia demais, a falta deles, e queria ter minha família de volta, então com eles eu ficava mais seguro tinha com quem conversar, com quem brincar, que eles foram, nessa parte aí, eles foram até assim me trataram bem, me respeitava né. Tinham a maior consideração por mim. Então eu gostaria de ficar muito perto deles, quando eu estava perto deles eu sentia bem.

P. então você tinha o desejo de tê-los na sua casa? É isso?

José. Exatamente, tinha o desejo de tê-los. Embora a minha vida era difícil, que a gente trabalhava direto né. Saía de manhã e chegava à noite, chegava à noite, mas a vontade de tê-los era demais.

P. E como é que você agiu para tira-los de lá, o que você foi mudando na sua vida?

José. Foi através de acompanhamento de psicóloga, a gente passou a fazer entrevista, aí o conselho entrou na minha vida, aí foi, explicando algumas coisas, me dando coragem, falando das situações, dos riscos que a gente tinha corrido, e até as coisas que poderia acontecer. Aí as coisas que se apertasse, ficasse grave, eles ajudava na parte deles, colaborava na parte deles, da minha parte eu fazia a minha.

P. Como assim dos riscos que poderiam acontecer. Esclareça melhor.

José. Os riscos que eu falo é que eles ficavam assim sozinhos e do fato de eu ser sozinho que eu não tenho uma companheira e não tinha quem dava uma ordem, oh ocês vai pra escola, cês faz isso faz aquilo não, então eles ficavam, assim à vontade, ficavam assim soltos, não tinha quem coordenasse.

P. Você está falando que as psicólogas davam orientações sobre como você deveria agir. É isso?

José. Exato, falavam que, como a gente, porque eles, dependia também deles né, eu fazia da minha parte e mas eles também tinham que fazer a parte deles, eles tinham que obedecer, saber que não podiam fazer coisas erradas, saber que tinha que ir na escola, cuidar direitinho na hora que eu não tivesse aqui na casa.

P. Você mudou alguma coisa na sua vida para poder tê-los de volta na sua casa?

José. Não, na minha vida não mudou nada, minha vida continua sempre a mesma, sempre com aquela expectativa de que uma dia eles possam ser uns bons filhos.

P. Mas você não precisou mudar nada na sua vida?

José. Não, alguma coisa muda, mas eu acho que, o que muda é, eu sempre tive assim uma vida assim mais caseira, mais familiar, nunca gostei de farra, nunca gostei de sair, nunca gostei de boemia, de nada, então o fato de eu acompanhar, seria bom né, que não ia alterar em nada.

P. Desde a época em que eles estavam abrigados teve alguma coisa que foi mais difícil para você?

José. Teve, teve né, porque a gente passava a pensar neles, pensar assim como é que seria o retorno depois que eles tivessem comigo, como é que seria se eles iam obedecer direitinho, se eles iam cumprir a tarefa de casa, iam fazer as coisas normais. Então essa foi a minha dificuldade que eu ficava pensando.

P. Você tinha esse medo?

José. Eu tinha esse medo.

P. E depois, quando eles vieram houve alguma preocupação com eles e com você? Antes e depois deles estarem aqui, houve algum contato?

José. Houve, houve sim. A gente fazia acompanhamento. Marcou entrevista com a psicóloga através do conselho da juventude, do conselho do menor e da juventude, a gente fazia um trabalho, direto ia lá, tinha os dias marcados, conversava com eles, conversava comigo, enfim, conversava com a gente depois. Teve uma preparação sim.

P. E quando eles vieram para casa, como foi a fase de adaptação?

José. Aí era aquilo que a gente tava sendo preparado e era torcer pra que fosse realmente daquela maneira que a gente tava sendo preparado. Foi, deu uma adaptação até boa. Eles foram, no início elas obedeciam direitinho, tinha alguma baguncinha, alguma coisinha normal, coisa de criança dentro de casa. Não tinha nada assim de anormal não. Sempre eles corresponderam às expectativas, de obedecer direitinho, de fazer as coisas. Porém, depois que eles foram crescendo, foram, teve influências de meninos de rua, influência de coleguinha da escola, por eles serem sozinhos, aí começou a deixar de ser aqueles menino que era.

P. O que foi mais difícil no período da adaptação deles em casa?

José. O mais difícil? Não sei qual o mais difícil, mais é que quando eles tavam aqui, a gente conversava bem, acho que não teve dificuldade não, a dificuldade é deles não quererem assim ir para a escola depois, eles achavam que por não terem quem mandasse neles, eles fazia o que eles achassem melhor.

P. Eles começaram a agir pela própria vontade e não obedeciam mais. É isso?

José. Exatamente, eles passaram a agir da própria vontade deles e ao começou a ficar difícil pro meu lado. Porque eu saía cedo e chegava de noite e o que acontecia durante o dia eu não tinha a par, só ficava sabendo à noite, aí a gente conversava, falava que não podia acontecer isso e foi indo e não teve mais jeito.

P. Como assim não teve mais jeito?

José. Aí os meninos passou a não ir na escola né, a gente sentava, conversava, oh meus filho cês tem que ir na escola, cês não pode ficar sem estudar, mas tinha a preguiça né, chegava no outro dia tinha que sair cedo, falava que não ia na escola e não tava nem aí e não ia. E foi e deve que eles achou pro bem saí da escola e não tinha mais como eu mandar neles ir pra escola.

P. Você tentou corrigir isso, enfrentar essa situação?

José. Eu tentei, eu tentei sim corrigir, eu tentei ficar assim, dá explicação pra eles, ensinar de uma boa maneira mas eles era muito assim, eles obedeciam sim, a gente falava as coisas, falava e ia bem numa semana, depois começava tudo de novo, tudo de novo. Então essa era a mesma dificuldade, saber ia dar tudo certo.

P. O que você acha da Jennifer, por exemplo, estar trabalhando?

José. Eu acho ruim mas eh, porque o que eu queria é que ela voltasse a estudar, ser uma boa menina, mas ela ta se sentindo bem, lá ela disse que vai estudar, pretende ficar por lá. Aqui em casa, aí ela vem, mas não quer saber de escola mais, lá ela acha que ta bem pra ela. Eu falo, se ta bom pra você, eu acho que eu não posso fazer nada, não tem como corrigir mis, tá bem pra nós tudo.

P. Você conhece o trabalho dela, o patrão dela? Você sabe o que ela faz lá?

José. Não, o patrão dela já veio cá, a gente teve umas conversas assim, mas o que ela sabe assim, realmente, o que ela faz assim ou deixa de fazer eu não tenho muita certeza não. Eu já fui lá no serviço dela algumas vezes lá, mas a gente chega lá, sei lá a gente acha meio diferente, uma coisa esquisita né.

P. Como assim?

José. Eu fico imaginando, será que realmente é do jeito que ela fala? Será que ela ta fazendo aquilo, trabalhando direitinho, então esse é meu pensamento se ela ta realmente trabalhando direitinho, ta sendo uma pessoa responsável igual ela fala que é.

P. Você disse: “Será que ela ta fazendo aquilo direito do jeito que ela fala?” em que sentido?

José. Do jeito que a gente ensinou, que deve ser a vida, que deve fazer as coisas direito, que deve respeitar os outros, deve trabalhar, deve levar a vida normal, respeitar os outros e fazer coisas que certos adolescentes não faz, é ter más companhias, sair pra boemia, sair pra lugar que num deve, né! Então eu fico com esse pensamento, será que ela ta realmente sendo uma menina boa ou ta sendo uma menina que procura a vaidade.

P. Você disse que você teve contato com o patrão dela. O que ele fala dela?

José. Ele fala que ela é uma boa menina, que ela faz as coisas direito lá, igual age aqui dentro de casa. Isso que ele fala dela. E fala, que segundo ele que ela fala bem de mim, que ela é uma menina que gosta muito do jeito que eu ensinei pra ela, que os contatos que a gente teve ela se orgulha, diz ele. Eu fico pensando será que é verdade mesmo que ela goste tanto de mim assim, que eu tratei bem, que eu ensinei as coisas boas pra ela.

P.Saber disso te deixa feliz?

José. Ah, deixa muito feliz quando eles vem cá, e fala que ela toma bença em mim e quem me abraça. Acho bom, entendeu, aquele afeto de filha com pai, eu me sinto bem.

P. O que você acha que mais contribuiu para você tirar seus filhos do abrigo?

O que contribuiu que eu sempre pensava, ah se é meus filhos, eles tem que ficar é comigo, eu tenho que dá aquela boa educação de pai e ver eles bem mais na frente, no futuro dar uma vida digna que eu posso dar. Então essa era a preocupação minha.

P. Voltando, o que contribuiu mais foi o seu desejo?

José. O meu desejo.

P. Você esperava que fosse assim do jeito que você ta me contando, ou seja, inicialmente correu bem, mas depois eles foram desobedecendo, foram fazendo o que queriam, e largaram a escola. Você esperava que fosse assim, ou você tinha uma outra expectativa. Como era?

José. É, realmente eu tinha uma outra expectativa, não esperava que fosse dessa maneira não. Eu esperava que eles fossem me obedecer sempre, né. Eu esperava isso que eles fossem me obedecer sempre e que ia ter uma vida assim que falasse que pau é pau, pedra é pedra e eles iam me obedecer sempre. E ia disconcondar nada comigo, aí então foi a decepção depois mais tarde.

P. Apesar do Mário e da Jennifer não estarem morando aqui, quando eles vêm, têm alguma dificuldade entre vocês?

José. Não, a relação nossa é da melhor possível, a gente brinca, conta piada, conta caso, se diverte.

P. Não existe nenhuma dificuldade?

José. Não.

P. Hoje, com o que você sabe, se tivesse que passar por essa situação novamente, você faria alguma coisa diferente?

José. Eu fico assim talvez, eu fico até pensativo. Tem dia que a gente fica assim, será que eu faria. Eu acho que valeu o esforço , entendeu, tem hora que eu penso, os meninos ta aí, ta me dando trabalho, mas quando a gente ta perto, quando a gente, eles estão ao meu lado, eu esqueço de tudo que ta ocorrendo na minha vida.

P. Então isso significa que você faria alguma coisa diferente. Você está falando que valeu a pena, que foi bom tê-los de volta. Mas, mesmo assim, se você pudesse estar lá entre eles, você teria mudado alguma coisa?

José. Ah, teria sim, eu com certeza não tinha trazido eles de volta não.

P. Pra cá?

José. É.

P. Por quê?

José. E porque o que eu quero na vida é ver eles bem, ver eles numa situação melhor que eles estão, então lá eles poderiam estar estudando, o que hoje não tá. E lá na frente, no futuro, te ruma vida digna e honrada, igual poderia ter, igual aquilo que eu poderia dar para eles. Então por esse motivo eu não traria eles de volta.

P. Você os teria segurado um pouco mais na instituição?

José. Teria, teria segurado. Porque eu trouxe eles assim muito rápido, né. Então eu tinha que ter assim feito uma preparação mais longa. Uma preparação longa, explicar pra eles como é que deveriam ser. Foi uma adaptação muito rápida né. Foi tudo muito assim precipitada.

P. Por que foi muito rápido? Foi você quem se precipitou? Você quis as coisas muito rápidas?

José. Não, eu acho que não, entendeu. Às vezes eu falava, pra no caso a psicóloga que me acompanhava que, eu expliquei pra ela o risco que poderia ocorrer, as coisas que poderia ocorrer, mas aí me apressaram pra eu tirar rapidamente e eu não tinha outra escolha, eu querendo tirar mas sabia que tinha que correr esse risco, ou eu tirava de lá ou eu perderia eles pra sempre.

P. Como assim?

José. Porque se eu não tirasse eles de lá, eu fui pressionado pra tirar eles porque se não eles poderiam ser adotados, né. Aí, se eles fossem adotados eu ai ficar muito sentido, né? Saber que eu poderia cuidar deles e eles ter uma vida que eu nunca mais poderia ver eles.

P. Então você acha que o que te levou a agir rápido foi porque você estava ameaçado de perdê-los?

José. É exatamente, então eu tinha assim esse sentimento de perder. O, os meninos tá firme lá, ta lá, se você não trazer, nós temos que tirar eles do orfanato. Tam pai, aí eles falaram , que tinha que, achava que eu tinha uma vida que eu podia dá pra eles uma vida melhor, e se eu não tivesse tirado eles de lá, que eles poderiam ser adotado, que eu poderia correr o risco de perder a paternidade deles, poderiam ser doado.

P. E você não queria que eles fossem adotados?

José. Eu não, não queria nunca que eles fossem adotados, porque a gente não ia ter contato com eles, brincar, ter, ter aquele contato familiar, ter uma vida de família com eles, não poderia ter, então esse era o meu medo, então tive que correr esse risco.

P. E retomando, você correu o risco e você acha que foi um pouco precipitado, que eles deveriam ter ficado mais tempo. É isso?

José. Exatamente, eu acho que mesmo com esse risco que hoje eu vejo, eu poderia ter deixado eles lá, né. Porque se eu deixasse eles lá, não teria acontecido o que ta acontecendo hoje. Eles podiam ta na escola, ter um encaminhamento melhor, eles iam ta numa instituição qualquer, aprendendo algumas coisas, cursos, igual tem aí a ajuda da prefeitura, dos conselho, tudo. Oficina alternativa, né. Então, os meninos poderiam estar num desses lugares.

P. José, os seus três filhos, os três não estão mais na escola, mas qual deles preocupa mais você?

José. Qual deles que preocupa mais? Ah, eu penso em todos eles, eu não sei assim não, tem hora que eu penso que é o Mário, pode ser a Marta, a hora que eu penso que é a Marta eu penso que pode ser a Jennifer. Então, o medo deles, os três são iguais, os três são iguais, tem assim, é, o tipo é igual, o que um faz os três faz a mesma coisa, então eu ano sei qual dos três , eu não dou conta de definir qual dos três que vai, que é mais trabalhoso.

P. Você conseguiria me mostrar, o Mário te preocupa nisso, a Marta nisso e a Jennifer naquilo? Por exemplo, o que te preocupa mais no Mário?

José. O Mário eu preocupo mais nele é dele ser assim um menino muito saído, sabe, ele é saído demais, ele é um menino inteligente, ele, ele gosta de fazer, ele faz muita amizade com os outros. Então ele é assim, muito comunicativo, ele é muito saído, então faz coisa que não deve fazer, na escola, ele entendeu, então nessa parte que ele é muito saído, às vezes ele vai pra lugar que eu não vejo, não sei pra onde vai, só depois que ele chega é que me conta, então isso me preocupa.

P. Quanto a Marta, o que te preocupa mais?

José. Da Marta é que ela gosta muito de sair à noite, fica aqui dentro de casa, eu não sei o que ta falando, não me conta nada e passeia demais, gosta demais de passear. Tem vez que posa até fora de casa.

P. Tem vez que o quê?

José. Posa fora de casa.

P. Sem te avisar onde está?

José. Sem avisar onde está.

P. E você não tem a mínima idéia de onde ela está dormindo?

José. Não tenho a mínima idéia onde ela está dormindo.

P. E a Jennifer?

José. A Jennifer falou que achava melhor sair de casa, oh pai eu acho melhor sair de lá, porque lá eu vou ter minhas coisa direitinho e quero ir pra lá, não quero ficar aqui mais não. Porque a Jennifer eu cobrava dela mais, dela ser uma menina assim, por ser mais velha, sempre o filho mais velho é mais cobrado, é comum numa casa, então ela tem que dar exemplo pros meninos, pros outros irmãos mais novo, né. E ela também gosta muito de uma festinha, gosta muito de sair, gosta muito de passear, então ela achou que ia ter uma vida mais solta. E eu não tive como impedir.

P. E você acha que está dando pra ela se sustentar bem, com o que ela ganha no lugar onde está?

José. Ah, eu acho que sim, porque ela não, eu acho que ela ta ganhando, dá pra sustentar porque eu pergunto em que que eu posso ajudar e ela fala que ta tudo bem, que não precisa de ajuda, que no dia que ela sentir realmente, ela vem e me conta né. O dia que ela precisar de ajuda, e que ela vem até mim e que eu não preciso preocupar com ela não que ela fala que vai me dar uma vida muito boa no futuro. Então eu fico assim, ela ta firme né.

P. Você diz que ela fala em estudar?

José. Ela fala. Aí eu falo, mas ocê pode estudar, Jennifer ocê pode. Aí ela fala que não, que não, tem que trabalhar, que não pode estudar.

P. Qual o conselho você daria para os pais que estão passando por esta situação, ter os filhos abrigados?

José. O que eu falava pra eles é pra eles terem paciência. E esperar o que que a vida pode dar pra eles, porque deixar normal não tem como fazer nada, porque se eles tiver na situação que eu estou e não ter uma pessoa pra poder orientar fica meio difícil. Tem que saber a tendência dos meninos que que eles pode vir a ser no futuro.

P. Pelo que você esta me falando, depois da saída dos meninos, você não teve mais contato mais com a instituição. Você foi perdendo o apoio das instituições que te ajudaram a ter contato com os meninos, certo?

José. Exatamente, é isso mesmo, então aqueles que mais me pressionaram foi que foi fugindo mais depressa, apesar que depois eu fui atrás, mas aí perdi as esperanças sabe, ah não quer me ajudar mesmo ninguém.

P. Você foi pedir ajuda?

José. Eu fui, eu fui atrás, corri demais.

P. De quem?

José. Dos próprios conselheiros, eles falavam que não podiam fazer mais nada, que eu tinha que ser pai, que eu tinha que cuidar, que eu tinha que falar, tal. Aí eu falava nessa parte aí eu não tem como, eu faço, direitinho, o problema que eles estão a vida errada, entendeu? Quer, quer assim viver a vida mais solta, não tem como, aí eles falava que a vida tem que ser daquela maneira, que tem que passear, que tem que divertir, foi tomando gosto da vida e saiu.

P. Que conselho você daria para a instituição, para as pessoas que trabalham e dirigem a instituição?

José. Eu fico assim, tem hora que eu fico pensativo, pela parte do governo, né? Quando é uma instituição que não é pelo governo, é uma particular, pessoa que querem realmente ajudar, eles dão ajuda realmente do jeito que merecem, mas por parte do governo eles deixam muito a desejar, acho que, eu penso que por isso que hoje essa, não dá, essas coisas ruins que a gente vê na televisão, nos jornais aí, acho que o governo tem culpa nisso também, entendeu? Não é, a gente faz a parte da gente, mas acho que se deixar a gente corrigir da maneira da gente é melhor. Porque quando os meninos eram corrigidos da maneira que eu falava, tal, às vezes eles obedecia mais. Depois que passou a ter psicóloga, não sei o que, da parte governamental, foi aí que a minha vida foi atrapalhando.

P. E para a instituição, para o abrigo, se você fosse dar sugestões ou fazer críticas, o que você falaria? José, sabendo que isso fica entre nós, sabemos que não vai ser lido.

José. Não, eu sei. Não, eu acho que da parte do abrigo, essas instituições que tem assim não tem nada, falar mal, criticar, fazer crítica não. A gente podendo ajudar, tivesse condição, a gente ajudaria até mais, pelo que elas faz pelas crianças abandonadas, tem pessoas que realmente precisam de uma ajuda igual a mim, eles são muito assim, parece que eles compreendem mais as pessoas, eles compreendem realmente as pessoas, porque a parte governamental, que é a parte do conselho da juventude, do conselho tutelar, que isso aí, talvez eles tem culpa de acontecer o que acontece.

P. Que conselhos você daria para as crianças que estão lá na instituição?

José. Ah, conselho que eu daria é que eles podem obedecer muito, pode agradecer de ter achado um lar, um lugar que pode levar eles a ser um cidadão de bem, que pode ter uma vida melhor no futuro, que ali há condição pra isso né? Que muitas pessoas que saem dali pode ser alguém amanhã.

P. E por falar em futuro, o que você espera do futuro?

José. Do meu, ah do meu futuro eu não espero nada, espero assim, que quando eu tiver perto da minha aposentadoria eu ter uma vida assim mais tranqüila, quieta, dentro de casa, sem poder sair, sem poder lutar com a vida, quero ter uma vida assim mais tranqüila.

P. E para o futuro dos seus filhos?

José. Ah, para o futuro dos meus filhos eu fico assim, eu preocupo muito, porque eu não sei o que pode ser realmente do futuro deles. Não tenho certeza do que pode ser.

P. Por quê?

José. Pelo fato deles ser, esta situação de hoje, que ocorre com eles, pelo fato de ocorrer hoje, então amanhã eu não sei.

P. José, os seus filhos tiveram algum tempo com a avó?

José. Exatamente, tiveram algum tempo com a avó.

P. Ficaram um ou dois anos com a avó, é isso? Como foi essa época em que eles ficaram lá?

José. Os meninos hoje em dia, foi até bem, às vezes eles sabia que tando com a, tando realmente com parente, com uma pessoa que pode ajudar, quando os meninos quer fazer do lado deles, é bom, entendeu. Sabe que está tudo tranqüilo, que está tudo bem, mas aí eles, passa a sentir assim, que queria ter a vida, não

quero dessa vidas eu não tenho mãe, meu pai ta aqui pra me mandar, eu não tenho ninguém, então acho que foi achando que não precisava dos parentes, dos tios, dos avós, dos primos, eles queria ter uma vida mais solta.

P. Foram eles que não quiseram continuar na casa da avó?

José. Foram os próprios meninos que não quiseram, não foram eles não, porque a avó tratou bem, o vô tratou bem, os parentes mais próximos sempre tratou bem, procurou dá uma ajuda, né? Mas eles por influencia de meninos de rua, por influencia de menino de fora achou melhor sair de lá.

P. Os avós ou eles?

José. Os meninos.

P. Os meninos acharam melhor sair de lá?

José. Acharam melhor sar de lá, aí passou a não obedecer vó né, passou a maltratar, responder e fazer coisa que não deve e aí a avó achou por bem me entregar eles mesmo, porque do jeito que tava indo não tinha condições.

P. Bom, estamos finalizando. A Marta que está com você, você acha que ela volta a estudar, vocês têm conversado sobre isso?

José. Não, pela atitude dela, entendeu, os meus filhos, os três, pela Marta principalmente, eles são uns meninos assim, cabeça dura, quando fala que não quer isso só quando eles tiver mais velho que eles pode ver isso que eles tão fazendo hoje, porque eu não sei se ela pode voltar a estudar.

P. A Marta, ela não tem pedido pra você?

José. Não, agora o Mário sim, o Mário fala que vai voltar a estudar, que tem uma pessoa pra olhar, pra explicar a situação, agora as meninas não.

P. José, você quer falar mais alguma coisa, quer perguntar mais alguma coisa?

José. Não, perguntar alguma coisa, eu sei lá, eu to aqui, a gente, às vezes o que a gente pensa a gente fala né, mas eu sou assim, sei lá, eu não tenho muito o que pensar da vida não.

P. Eles ficaram uns tempo com, é sua mãe não é?

José. É, não, é avó deles, é tia-avó.

P. Tia-avó?

José. É.

P. Ah, não é sua mãe?

José. É irmã da minha mãe.

P. E sua mãe já morreu?

José. Minha mãe infelizmente já é falecida também. Minha mãe faleceu a gente era bem pequeno ainda, não teve contato de mãe não. Meus irmãos, meu pai, então eu sempre fui criado com a avó deles também. Era irmã da minha mãe, fui criado com ela.

P. Você tinha que idade quando sua mãe morreu?

José. Ah, eu tinha aproximadamente nove anos de idade.

P. Muito cedo, não é?

José. É muito cedo, a ente sente muito o baque que a gente era muito mimado, bem cuidadinho, mãezinha pr'aqui, mãezinha pr'ali, depois perdeu tudo, foi um choque muito grande. Aí, a gente teve que se virar.

P. Ela morreu de que?

José. Ah, ela morreu eu acho que foi de Chagas, de coração, esses problema de povo antigo.

P. você quer falar mais alguma coisa, podemos encerrar?

José. Não, acho que tá bom.

Entrevista com Mário

P. Você se lembra quando foi para o abrigo?

Mário. Não.

P. Você não se lembra como foi que você chegou?

Mário. Aonde?

P. No abrigo.

Mário. Não, eu era pequenininho.

P. Que idade você tinha?

Mário. Eu acho que tinha meses ainda.

P. Tinha meses. Então não tem jeito de você se lembrar. Mas e depois, você ficou lá até que idade, você lembra?

Mário. Oito anos.

P. Esse tempo, quando você tinha 6, 7 anos, você se lembra?

Mário. É bom, nós ia no clube, fazenda. Domingo, 8 horas acordava. Ia para a escola, voltava, fazia tarefa, ficava brincando. Só.

P. Você gostava de lá?

Mário. Gostava.

P. O que você mais gostava de lá?

Mário. O que eu mais gostava?

P. É.

Mário. Da bicicleta.

P. Você andava de bicicleta?

Mário. Sim.

P. Todos os dias?

Mário. Depois que fizesse as tarefas, podia andar.

P. Ah, entendi. Se fizesse tarefa podia andar. Teve alguma coisa que na época que você ficou lá, que foi mais difícil? Não foi legal?

Mário. Não teve não.

P. Você acha que lá era tudo bom?

Mário. Bom, só os meninos meio doidinho, mas...

P. Os meninos eram meio doidinhos, como assim?

Mário. Eles entravam debaixo da cama para matar o outro.

P. Como era essa brincadeira?

Mário. O mudinho que tinha lá, que ficava no nosso quarto, que vigiava nós lá, ele dormiu. Aí o gordinho tentou matar ele, o mudinho.

P. Ah, eu não entendi, se tentaram matar o mudinho – o surdo ou o surdo mudinho tentou matar o outro.

Mário. O mudinho – o surdo tentou matar o outro.

P. Como ele tentou isso? Como fez isso?

Mário. Porque ele dormia no mesmo quarto. Aí a D. pegou ele.

P. Mas ele ia matar como?

Mário. Ia matar com a faca.

P. Você deve ter tomado um susto?

Mário. Eu estava dormindo, era de madrugada, no outro dia a D. contou para nós.

P. Então você não viu?

Mário. Não. Eu estava dormindo.

P. Se você tivesse visto, você iria ficar assustado, não é? Tirando os meninos “doidinhos”, tinha mais alguma coisa que você não gostava ou que você achava difícil?

Mário. Não.

P. Tudo era bom?

Mário. Sim.

P. Você sabe por que você foi para o abrigo?

Mário. Porque minha mãe me abandonou. Só.

P. Foi porque sua mãe colocou você lá?

Mário. É .

P. Você tem alguma notícia da sua mãe?

Mário. Não conheci ela.

P. Não conheceu? Você era muito pequeno, não é? Talvez sua mãe teve um problema de saúde muito sério, você não acha?

Mário. Para ela ter feito isso, né.

P. Por quê você acha que ela fez isso?

Mário. Não sei.

P. Você nunca pensa nisso?

Mário. Não.

P. Você recebia visitas lá?

Mário. Recebia

P. Quem visitava?

Mário. Meu pai.

P. Como eram as visitas?

Mário. Todos os domingos.

P. Seu pai te visitava todos os domingos?

Mário. Quase todos os domingos, tinha domingo que ele não ia.

P. Você sabe por que?

Mário. Porque ele estava trabalhando.

P. Ah, então ele não podia ir. E a hora da visita, como era?

Mário. Bom.

P. O que você fazia com o seu pai?

Mário. Conversava, brincava lá.

P. você conversava com o seu pai? Você se lembra do que vocês conversavam?

Mário. Não, lembro não.

P. Quando você estava no abrigo, você fiava pensando alguma coisa, tinha algum desejo?

Mário. Não, tinha desejo não.

P. Você pedia alguma coisa para o seu pai?

Mário. Não. Pedia para dar uma bicicleta para mim.

P. Ah, você queria uma bicicleta? E ele te deu?

Mário. Não, ele não tem dinheiro.

P. Bicicleta é caro, não é? Quando você estava no abrigo, o que você mais queria?

Mário. O que eu mais queria? Ficar grande.

P. Para que?

Mário. Para eu poder sair de noite, comprar um carro para mim.

P. Para ir aonde?

Mário. Ir na pizzaria.

P. O que você queria, quando estava lá?

Mário. Queria ganhar uma bicicleta, ficar grande. Só.

P. Você gostava de lá?

Mário. Gostava .

P. Você nunca pediu ao seu pai para levar você embora?

Mário. Podia não, o juiz não deixava não ele falar.

P. Por que, você perguntava?

Mário. Não. A minha irmã perguntava para ele.

P. Você não perguntava?

Mário. Não.

P. Por que, você não queria sair de lá?

Mário. Queria, mas nos dias de visita não era bom, né? Minha irmã perguntava para ele.

P. Não entendi. Você queria, mas o quê?

Mário. Dia de visita não pode falar.

P. Mas você tinha vontade de falar que queria sair?

Mário. Não.

P. Por que, você não queria sair de lá?

Mário. Queria, mas meu pai falou no primeiro dia que foi lá, que iria tirar nós de lá. Aí, eu não perguntei mais não.

P. Ah, entendi, quando seu pai chegou, falou que ia tirar vocês. Mas precisava esperar um tempo por causa do juiz .É isso?

Mário. Sim.

P. Como foi o momento da saída?

Mário. Chorei muito.

P. Por quê?

Mário. De saudade, todo mundo chorou aqui em casa.

P. Suas irmãs também?

Mário. Sim.

P. Você acha que foi difícil sair de lá?

Mário. Foi.

P. Por que?

Mário. Não ia voltar mais, ia ficar com saudades demais.

P. E foi assim que aconteceu? Você ficou com saudades demais?

Mário. É fui ficando com muita saudade, mas já me acostumei. De vez em quando eu vou lá.

P. Você vai lá de vez em quando? Quem você visita?

Mário. A avó. Só.

P. E você gosta de lá?

Mário. Gosto.

P. Quando você saiu de lá, teve alguma preparação para sair?

Mário. Sim.

P. Teve? Como foi?

Mário. Preparação?

P. Por exemplo, alguém conversou com você?

Mário. Não.

P. Você ficou um tempo vindo para sua casa, para visitar?

Mário. Não, eu nem sabia. Voltei da escola. Vi minha mala no meu guarda-roupa e a mulher falou que eu ia embora.

P. Quem falou para você?

Mário. A N.

P. Quando ela falou isso, o que você pensou?

Mário. Que eu ia embora para a minha casa.

P. O que achou de tudo isso?

Mário. Bom.

P. Mas você chorou?

Mário. Na saída.

P. Quando você chegou em casa, você estranhou alguma coisa?

Mário. Como assim?

P. Achou alguma coisa difícil ou diferente?

Mário. Não.

P. quando você chegou já foi se acostumando, já foi gostando?

Mário. É, estava cheio de carrinhos. Meu pai comprava para mim.

P. Você gostou disso?

Mário. Gostei.

P. O que você mais gostou, quando chegou?

Mário. Do carrinho.

P. e depois, o que teve de bom aqui em casa?

Mário. Uma carrocinha que ficava ali, o homem deu para o meu pai. Era uma carroça de carro.

P. Ah, era uma carroceria?

Mário. É, uma carroceria.

P. Quando você chegou tinha uma carroceria e carrinhos para brincar?

Mário. É.

P. O que mais era legal, quando você chegou?

Mário. Só isso.

P. tinha alguma coisa que não era legal, quando você chegou?

Mário. Não.

P. Foi tudo bom?

Mário. Tudo bom.

P. Então, foi legal você ter vindo para cá, morar nesta casa, não foi?

Mário. Foi.

P. De todas as coisas que você me disse, quando você chegou aqui, me fale uma coisa que foi mais legal?

Mário. Carrinho.

P. Depois, você já está aqui desde os nove anos. Já tem quatro anos que você está aqui. Nesse período, o que está mais legal na sua vida?

Mário. Não sei.

P. Tem alguma coisa nestes quatro anos que não está legal, que está difícil?

Mário. Não.

P. Você está sempre na padaria, o que você faz lá?

Mário. Eu ajudo lá.

P. O que você faz?

Mário. Atendo, assisto televisão, fita de vídeo.

P. Mas você não tem muito tempo, né? Por que vai para a escola de manhã e à tarde para a Casa do Menino.

Mário. Eu fico lá à noite.

P. Toda noite?

Mário. Não, até oito, nove horas.

P. Depois das nove horas, você vem para casa?

Mário. De vez em quando eu durmo lá.

P. Você pega seu colchão e vai para á, daquele jeito que eu vi?

Mário. É.

P. É legal dormir lá?

Mário. É.

P. Por quê?

Mário. Lá é bom.

P. Quem são as pessoas que tem lá?

Mário. Gena e Francisco.

P. É um casal, um homem e uma mulher? E eles são legais com você?

Mário. São.

P. Moram há muito tempo?

Mário. Mora, doze anos.

P. Tem quatro anos que você fica lá?

Mário. Não, fiquei um ano aqui, um ano na casa da minha avó, um ano na igreja e metade do ano na casa de uma mulher.

P. De uma mulher?

Mário. Uma mulher que meu pai arrumou, não sei. Agora estou aqui.

P. Por que você acha que ficou mudando tanto, esses quatro anos?

Mário. Meu pai não podia ficar comigo, saía seis ou cinco horas e por isso eu ficava nesses lugares.

P. De todos esses lugares onde você ficou, qual gostou mais?

Mário. Minha avó.

P. Por que você não ficou lá?

Mário. Meu pai me tirou de lá.

P. E você queria sair de lá?

Mário. Não.

P. Por que seu pai tirou?

Mário. Eu andava demais.

P. Aonde?

Mário. Na rua P de M.

P. você gosta de andar na Rua P. de M?

Mário. Gosto.

P. quando você estava na casa da sua avó, você não estava na Casa do Menino?

Mário. Não, eu entrei na Casa do Menino esse ano.

P. Então, esse ano o seu pai trouxe você para cá?

Mário. Não, o ano passado.

P. E agora colocou você na Casa do Menino?

Mário. Não, quem me colocou na Casa do Menino foi o Dr. Luiz da dona Beatriz.

P. Quem é a dona Beatriz?

Mário. Foi quem fundou lá.

P. ela te chamou para ir para lá?

Mário. Não, foi o filho dela, o Dr. Luiz, o dono do posto.

P. Você acha que foi difícil para o seu pai ter vocês aqui?

Mário. Foi não.

P. foi fácil, mas você está falando que ele teve que colocar vocês na sua avó?

Mário. Porque ele tinha que trabalhar, mas no sábado e domingo a gente vinha para cá, ele não trabalhava.

P. Mas ele não trabalha sábado e domingo agora?

Mário. Antigamente ele trabalhava na D'Granja.

P. Mas na D'Granja de vez em quando, também trabalhava no sábado e no domingo.

Mário. Mas ele trabalhava em um setor que não trabalhava no sábado e domingo, ficava de folga. Mas meu tio agora trabalha no sábado e domingo, mas está de férias.

P. Por isso ele está ficando em casa, hoje e os outros dias?

P. Você disse que foi de repente, que chegou da escola e que a sua mala estava pronta para ir embora. Você acha que deveriam ter preparado vocês, avisado antes. Você acha que deveria ter sido diferente?

Mário. Deveria.

P. Como você acha que deveria ter sido?

Mário. Eles deveria falar uma semana antes. Já ficava preparado, né? Aí não tomava susto.

P. Você acha que se tivesse falado uma semana antes, você não ia tomar susto?

Mário. Não.

P. O que ia acontecer mais, se tivessem te falado uma semana antes?

Mário. Só isso, não tinha levado susto.

P. Como é que foi isso, me conta o susto que você tomou?

Mário. Eu estava trocando de roupa. E pensei, isto não é meu guarda-roupa. Depois olhei no guarda-roupa e vi minha mala no guarda-roupa. Aí a mulher falou para mim.

P. Ninguém avisou você que ia sair?

Mário. Não. Eles falaram que um menino ia sair, mas não falou quem.

P. Que conselhos você daria aos meninos que estão na instituição?

Mário. Como assim, conselho?

P. O que você falaria para eles fazerem ou não fazerem?

Mário. Para eles não fazerem bagunça. Um dia eles vai crescer. E continuar no caminho certo.

P. O que você acha que é continuar no caminho certo?

Mário. Continuar no caminho certo é andar na linha, não andar fazendo bagunça, não andar furtando, essas coisas.

P. Você diria para eles não andar na rua e não furtar. Tem mais alguma coisa que você falaria para esses meninos?

Mário. Só isso.

P. E para os meninos que estavam lá, mas já saíram como você? O que você falaria para esses meninos?

Mário. Para eles estudarem muito, ter uma vida melhor, comprar um carro e não fazer bagunça na rua, para a polícia não bater neles, se não a polícia bate.

P. Isso já aconteceu com você?

Mário. Não.

P. Que conselho você daria para os pais que precisaram colocar os meninos na instituição?

Mário. Que um dia os filhos vão entender porque os pais colocaram eles lá.

P. O que mais vocêalaria para esses pais?

Mário. Cuidar dos filhos quando eles tiverem novos para depois eles não sofrerem. Para os filhos não baterem nos pais e nas mães. Eles vão crescendo e vão entendendo do jeito que é a vida.

P. Você acha que já entendeu o porque você precisou ir para o abrigo?

Mário. Por que minha mãe separou do meu pai. E não tinha como ela cuidar da gente. Ela começou a passar mal e a única situação foi deixar a gente lá.

P. Provavelmente ela teve algum problema, mas não sabemos o que é. Mas deve ter sido um problema bem sério. Aí depois o seu pai descobriu que vocês estavam lá e foi lá e pegou vocês. É isso?

Mário. Sim.

P. O seu pai não teve o mesmo problema e pôde pegar vocês. É isso?

Mário. Sim.

P. Que conselhos você daria para as pessoas do abrigo?

Mário. Estou morrendo de saudades.

P. Então isso é um recado. Mas o que vocêalaria para eles fazerem ou não fazerem?

Mário. Continuar educando os meninos. Não deixar os meninos ficarem mal acostumados. Ensinar uma vida melhor. Sair de lá formado e ter uma vida decente.

P. Você acha que o abrigo pode fazer isso?

Mário. Pode.

P. Mário, você acha que o A. foi legal com você?

Mário. Foi.

P. Por que?

Mário. Porque lá tinha hora certa de fazer os negócios, hora certa para brincar, para dormir, para acordar, tinha hora para fazer tudo.

P. Isso é bom?

Mário. É.

P. Que conselho você daria para o seu pai?

Mário. Para ele arrumar um emprego melhor e acabar de construir a casa.

P. Você tem alguma vontade de falar para o seu pai, alguma coisa que você gostaria que ele fizesse para você?

Mário. Para ganhar uma bicicleta.

P. Mais alguma coisa que gostaria de falar para o seu pai?

Mário. Só isso.

P. O que você espera do seu futuro?

Mário. Ser um médico, ter um carro, uma moto e dinheiro para sair à noite.

P. Mário, para isso vai ter que estudar muito, se esforçar, sabia?**P. Que você espera do futuro para a sua família?**

Mário. Poder crescer bem e não dar trabalho para ninguém.

P. Você acha que alguém da sua casa dá trabalho?

Mário. Dá.

P. Quem?

Mário. As meninas fazem bagunça. Saem o dia inteiro e vai para boate, para a Associação, a Marta.

P. E a Jennifer também sai?

Mário. Não muito não.

P. Você acha que isso é dá trabalho?

Mário. Dá, meu pai fica preocupado.

P. Por que elas voltam tarde?

Mário. Tem dia que elas nem voltam. E não falam para onde vai.

P. Seu pai deve ficar muito preocupado.

Mário. Fica dando trabalho para ele. Ele acha ruim.

P. Você sabe onde elas dormem?

Mário. Dorme na Tânia. E o que ela fala, né?

P. Você acha que além disso, elas dão trabalho por outras coisas?

Mário. Não, só isso.

P. Estamos encerrando a entrevista. Você quer falar alguma coisa ou perguntar alguma coisa?

Mário. Não.

P. Podemos encerrar?

Mário. Sim.

Entrevista com Jennifer

P. Jennifer, quando e como você chegou ao abrigo? ?

Jennifer. Ah, eu tinha quatro anos, eu não lembro totalmente como é que eu cheguei, né. Mas eu tinha quatro anos de idade, em 94.

P. Quem te recebeu lá?

Jennifer. Foi a vó Ana mesmo.

P. Quem?

Jennifer. A Dona Ana mesmo de lá, a gente chama ela de vó, né. Foi ela.

P. Como que você foi recebida, você se lembra de alguma coisa?

Jennifer. Lembro, eu lembro que quando eu cheguei lá, as meninas tavam brincando ainda, eu nem brinquei, fiquei lá no cantinho, mas fui bem recebida.

P. Você se lembra da sua reação?

Jennifer. Eu fiquei triste né, chorei, não gostei não de ficar lá não.

P. Você se lembra porque que você ficou triste?

Jennifer. Não, acho que é por causa da minha família, sentia falta da minha mãe, foi isso.

P. E naquela época, você sabia por que você estava indo pra lá?

Jennifer. Não

P. Você se lembra como é que foi, quem te levou lá, o que aconteceu para colocarem você lá?

Jennifer. Assim, que eu me lembro foi minha mãe, só que a vó de lá falou que eu fui encontrada numa praça, sentada numa praça. Pelo que eu me lembro foi minha mãe

que me levou. É o que eu lembro, né.

P. Você se lembra da sua mãe te levando?

Jennifer. Isso. Só que avó falou assim que me acharam numa praça, numa igreja. Mas que eu me lembro foi minha mãe.

E depois, você ficou quanto tempo?

Jennifer. Sete anos.

P. É bastante né?

Jennifer. Eu praticamente vivi minha época de criança tudo lá dentro, eu saí de lá com doze.

P. O que se passava por sua cabeça quando você estava lá? Qual foi sua reação?

Jennifer. Eu gostava de lá, sabe, mas só que eu sentia falta de ter família, sabe? Porque lá dentro, apesar de que todo mundo lá era legal eu não gostava muito de ficar lá não. A gente também ficava muito presa, não gostava não. Mas lá era bom.

P. Qual foi a maior dificuldade?

Jennifer. Minha dificuldade, ah não sei.

P. Uma, você já falou que é ficar longe da sua família, né.

Jennifer. É.

Tem alguma outra?

Jennifer. Não

Você recebia visitas?

Jennifer. Recebia.

P. De quem?

Jennifer. Do meu pai, do meu tio. De vez em quando minha avó ia lá. Mas, mais mesmo, do meu pai e do meu tio.

P. E sua mãe?

Jennifer. Minha mãe nunca foi lá.

Quer dizer que sua mãe deixou você lá e depois não visitou?

Jennifer. Nunu.

P. Você sabe o que aconteceu com a sua mãe?

Jennifer. Tem gente que fala, eu não acredito, mas tem gente que fala que ela morreu. Outros fala que ela tá viva, uma amiga dela uma vez falou que tinha visto ela, mas minha avó fala que ela tá morta, meu pai. Mas eu acredito que não, minha irmã também não.

P. Se ela está morta, morreu de que?

Jennifer. Dizem que, é que nem eu falo, uns falam que ela morreu de aids, outros fala que morreu atropelada, outros fala que ela foi assassinada, de overdose, de droga.

P. Você gostaria de saber exatamente qual é a história?

Jennifer. Eu gostaria, é minha mãe, né?

P. Você já falou isso pro seu pai, pra sua avó?

Jennifer. Meu pai é muito calado, ele quase não conversa. Minha avó também não tenho muita intimidade com ela.

P. Você nunca perguntou isso pro seu pai?

Jennifer. Ah, eu e a minha irmã até já perguntou, ele falou assim que tinham escrito

uma carta pra ele falando que ela tava morta, que ela tinha morrido, ele fica meio sem jeito quando a gente pergunta dela, sabe. Mas a gente já perguntou, mas ele não conta.

P. Você acha que ele não gosta que perguntem dela?

Jennifer. Eu acho que não.

P. Esse tempo que você ficou lá, que você disse que era difícil de ficar longe da família, como é que você enfrentou essa dificuldade?

Jennifer. Lá o povo, tratava a gente muito bem, né? E lá também não era tão ruim assim, a gente aprendia muita coisa, conhecia muita gente nova. Fora o começo, no começo eu achava lá ruim, por que a avó de lá era meio brava, né? Ela tinha um cachorro lá que, Nossa Senhora, ela era ruim no começo. Depois não, foi ficando mais velha, acho que ela foi ficando mais fraca, nó. Ela, depois ficou melhor. Aí ela ajudava nas visitas, o pai da gente ia ver a gente. Dava pra ir levando.

P. Como é que eram as visitas?

Jennifer. Era dia de domingo. Se eu não me engano era das três às cinco. Das uma às cinco.

P. Vocês conversavam, vocês perguntavam, como é que era?

Jennifer. É, gente conversava, trocava idéia, meu pai perguntava como é que era lá dentro, a gente perguntava como é que tava lá fora. Assim.

P. Durante a semana, você tinha saudade?

Jennifer. Sim.

P. Como você ia lidando com isso?

Jennifer. Não podia fazer nada. É que eu chorava demais, às vezes eu chorava assim, sem tá triste eu chorava, me dava depressão, mas dava saudade.

P. Você ficou dos quatro aos doze? Oito anos?

Jennifer. Foi

P. Agora, pensando nesse tempo, oito anos, você acha que foi um tempo difícil, você acha que valeu a pena, o que você pensa sobre isso?

Jennifer. Uai, não foi difícil. A gente aprendeu, foi e não foi, nó. Lá eu aprendi muita coisa lá dentro.

P. O que?

Jennifer. A valorizar mais a família da gente. A família que a gente não tinha. Eu ainda não tenho, brigo com meu pai, agora que eu não estou mais lá com ele, eu saí mais de lá por causa disso, a gente brigava demais, nó. Mas aprende a dar mais valor, assim.

P. Mais alguma coisa que você tenha achado que aprendeu lá?

Jennifer. Não só isso mesmo.

De tudo que você viveu lá, o que foi melhor?

Jennifer. As amizades.

P. Com quem?

Jennifer. Com as meninas de lá.

P. O que foi pior?

Jennifer. Pior? Nada, só a falta mesmo da minha família. Lá era bom, eu gostava de lá.

P. Quando você saiu, você queria sair?

Jennifer. Ah, queria. Nó, eu tava doidinha, o dia que meu pai foi buscar a gente, mas na hora que a gente chegou na minha casa, aí me deu uma choradeira querendo voltar.

P. Porque?

Jennifer. Saudade, aí a, Nossa Senhora, aí foi se acostumando, e até hoje eu não voltei lá, nem pra visitar.

P. Você tem vontade de ir lá?

Jennifer. Não, mas assim, quando eu fui embora de lá eu voltei lá umas trinta vezes se brincar. Mas agora não, faz um ano e meio que eu não vou lá.

P. Você teve alguma preparação, na época de sair, por exemplo, você começou a ir aos fins de semana pra casa do seu pai. Alguém foi te preparando, conversando com você, com seu pai. Você sabe se houve isso?

Jennifer. Não.

P. Você esperava sair?

Jennifer. Não. Foi de repente

P. De uma hora pra outra te buscaram e você foi pra casa?

Jennifer. Não, assim. A gente tava costurando, né. Uma moça lá pegou e falou que era pra gente ir tomar banho, eu e minha irmã, nó. Aí tinha uma menina que falou assim, ah Jennifer pensei que você tinha ido embora. Uai por quê? Por que falaram que você ia embora. Eu nem sabia de nada, aí mandaram a gente tomar banho e de repente meu pai chega lá e chamaram a gente. Aí falou que a gente ia embora de lá. Foi de repente.

P. Você estranhou chegar em casa?

Jennifer. Estranhei.

P. O que você estranhou mais?

Jennifer. Lá era pequeno, não tinha aquele tanto de gente, aquele tanto de mulher que eu tava acostumada. Era mais pequenininho, não tinha aquele conforto que eu tinha lá, eu estranhei.

P. Mas você sabia, já conhecia a sua casa, quer dizer, a casa do seu pai?

Jennifer. Não.

P. Você não conhecia?

Jennifer. Não.

P. Então foi muito de repente mesmo, né?

Jennifer. Foi.

P. Mas ninguém chamou você, avisando que você iria sair, por exemplo, a equipe do judiciário, você não foi lá?

Jennifer. A gente conversava, mas eles nunca falaram que a gente tava pra ir embora, que nem a gente conversa, tinha uma moça lá também que a gente conversava com ela. Mas pra ir embora assim não.

P. Desde que você chegou na sua casa, você teve alguma dificuldade?

Jennifer. Como assim?

P. Em qualquer aspecto, você teve algo que foi difícil?

Jennifer. Briguei na escola, não queria saber de escola, só ficava na rua, achava que a gente era muito assim, né. Então na minha casa a gente era mais solto, era rua o dia inteiro e o meu pai tinha que matar serviço pra ficar lá, gritar, conversar. Não ia a escola de jeito nenhum, quando eu ia matava aula, foi difícil, não sabia nem cuidar de uma casa, vigiar meus irmãos mais difícil ainda.

P. Era você que tinha que cuidar deles?

Jennifer. Era eu que tinha que olhar eles.

P. Quer dizer que você ficou uns tempos sem ir à escola?

Jennifer. Fiquei. Nos primeiros dias eu até fui sabe, mas depois, eu era muito tímida.

Eu tinha muita dificuldade de me soltar, então eu ia pra escola e ficava meio tímida, assim, sabe, me sentia ruim, aí eu nem ia, quando eu ia eu matava aula.

P. Você mudou de escola também?

Jennifer. De lá fui pra Escola A, lá eu estudei. Depois fui pro Escola H., estudei também, que eu saí de lá e fui pra Escola A. de novo.

P. Por que?

Jennifer. Porque lá é muito longe, né. Aqui mais perto, lá também é assim, é só uma vez por semana, ia lá só pra fazer prova, fica mais difícil de aprender alguma coisa, por que é mais fácil.

P. É realmente, escola tem que se frequentar, porque que senão não aprende, né ? Você está certa de querer voltar?

Jennifer. Aí eu vou sair de lá e vou pra Escola A. de novo.

P. Teve mais alguma dificuldade nesse retorno pra casa?

Jennifer. Não. Ao me relacionar com o meu pai também, principalmente porque eu sou mulher, ele é homem, falar as coisas pra ele é difícil pra caramba. Às vezes eu e minha irmã tava precisando de alguma coisa, tinha vergonha de chegar nele, sabe.

P. Como é que você foi enfrentando essas dificuldades?

Jennifer. A sorte é que tinha uma amiga do meu pai lá de igreja, ela ajudava a gente de mais, ela passou a ajudar a gente. Aí que começou a melhorar mais, aí eu comecei a ir pra escola, todos os dias eu ia, ela vigiava meus irmãos.

P. Você ia à igreja também?

Jennifer. Ia. Eu tinha vergonha de usar blusinha assim, não usava com manga decotada, só com cumprida. Eu gostava de ir lá.

P. Qual é a igreja?

Jennifer. Assembléia de Deus.

P. Você continua indo à igreja?

Jennifer. Continuo agora eu tô indo, por que meu patrão me leva. Eu vou na Deus é Amor e na Congregação. Mas eu tinha saído, aí eu comecei a ir pro Centro, aí saí.

P. Centro?

Jennifer. É, de Umbanda. Aí sal e voltei pra igreja de novo.

P. O que você acha que te ajudou a lidar com esse período? Quer dizer, de repente você sai, é um impacto voltar pra casa, não queria ir à escola, era difícil conversar com seu pai. O que te ajudou a enfrentar essa fase?

Jennifer. O tempo que a gente começou a se conhecer mais, soltar mais, eu comecei a conhecer mais meu pai, eu nem conhecia ele, ele também ficava mais com a gente, também a gente não ficava assim tão próximo, aí foi isso, a gente foi se soltando. Mas aí ele começou a ser mais duro. Não gostava de brigar mas começou a brigar, no começo acho que ele tinha medo não sei, aí ele não falava nada. Ai já começou a brigar mais.

P. Vocês começaram a brigar ou seu pai?

Jennifer. Meu pai começou a dá dura, né. A gente fazia alguma coisa, ele ia lá, falava. Foi o tempo mesmo.

P. Se eu entendi, antes você não morava com seu pai?

Jennifer. Isso eu não lembro, eu não sei onde eu morava. Eu seu que foi minha mãe que me levou, mas eles fala que não. Eu não sei onde eu morava.

P. E porque que você, hoje, saiu lá de casa?

Jennifer. Eu brigava muito com o meu pai, sabe. Então pra não xingar ele, pra não gritar com ele, ele chegava cansado, então pra não xingar, gritar eu preferi sal. Mas

eu vou lá, visito ele, falo como é que eu tô.

P. Ele concordou em você sair?

Jennifer. Concordou.

P. Você disse que ele é mais bravo, ele não ficou bravo?

Jennifer. Não, ficou de boa.

P. Como você se estruturou pra sair de casa, em termos de trabalho?

Jennifer. Bem, não deu problema nenhum. Escola ficava mais perto, mais perto do meu serviço e lá eu sempre vou lá visitar, então não mudou nada. Só que aqui onde eu tô, eu saio menos, na minha casa eu gostava de sair mais, aqui eu saio de sábado e olha lá. Tem que chegar cedo em casa.

P. Como você acha que deveria ter sido feito o desligamento da instituição?

Jennifer. Eu acho assim, que tinha gente que ia passar o final de semana, nó. A gente devia passar final de semana primeiro, sabe, conversar também, só que eu era novinha ainda, nó. Meus irmãos também. Então a gente se apegou muito as pessoas de lá e de repente a gente sai.

P. Apesar que você tava entrando na adolescência.

Jennifer. E o meu pai também levou a gente na pior fase, por que adolescente é tudo aborrecente e tá ele sozinho, então a gente devia ir conhecer primeiro nossa casa, conhecer mais meu pai, pra depois tirar a gente de lá.

P. Você está falando que foi feito muito de repente?

Jennifer. Foi, de repente, eu nem imaginava ou eu pensava que eu ia ficar lá até os meus dezoito, e foi de repente.

P. Você acha que foi difícil pro seu pai ter vocês de volta?

Jennifer. Foi, até ele fala, por causa que, ele fala pra gente que quando ele mandava

tirar a gente não tinha condição, mas aí ele falou que se ele não tirasse a gente de lá, ele ia perder a nossa guarda, nó. Que ia, a gente ia ser adotado. Tanto é que a pressão que fez ele tirar a gente de lá, mas ele não tava preparado, por que ele trabalhava, não tinha como ele ficar com a gente entendeu? Então não tinha como ele agüentar a gente, levasse a gente na escola, se precisasse fazer alguma coisa, ele era sozinho, então ele não tava preparado. Aí ele falou até que ia esperar a gente inteirar maior de idade, formar, terminar os estudos, pra depois ele tirar a gente. Só que depois o juizado começou a pegar de pegar no pé dele, aí tirou sem poder. Ele sempre falou, só pra não deixar gente ser adotado que ele tirou a gente, mas ele não tava preparado não.

P. Como é que você acha que ele conseguiu, se ele não tava preparado e teve que ir se arrumando. Como foi pra ele?

Jennifer. Deixou isso de lado, ele não podia mais faltar de serviço, aí nós ficou jogado, e às vezes a gente via nele, as vezes ele até chorava, sabe. A expressão do rosto dele, triste, magoado com a gente, decepcionado. Pensou que a gente ia ter uma coisa e foi completamente diferente, aí foi aí que começou a briga. Aí a gente brigava demais, aí ele deixou de lado, aí ele começou a viver a vida dele e a gente a nossa, mas mesmo assim ele continuava pegando no pé. Saí não deixava mas fora isso, sete horas tem que tá todo mundo em casa, fora isso ele deixou de mão, escola, mas ele sempre comprou nosso material, nunca faltou nada pra gente lá dentro apesar das dificuldades. Foi um ótimo pai, que eu adoro ele.

P. Pelo que você está me falando foi difícil essa convivência. Você esta falando que ele acabou vivendo a vida dele. Você acha que houve uma época que você se sentiu assim meio sozinha, sem família ou não chegou a isso?

Jennifer. Não, ah isso não. Por que ele sempre lá, sempre foi carinhoso, só que não era mais aquela coisa que nem antes, do começo. No começo ele deixava mais, por que também eu e minha irmã era mais mocinha, né. Então ele ia deixar de trabalhar pra ficar lá. Aí ele deixou, ele quase foi mandado embora do serviço por que tava faltando demais pra ficar com a gente. Aí ele cansou e passou a ficar só lá.

P. E também ficar desempregado ia trazer outros problemas, né.

Jennifer. Ia.

P. Você ajuda com seu dinheiro?

Jennifer. Não, eu não ajudo.

P. Você pode usar seu dinheiro apenas para seu sustento?

Jennifer. Eu tento ajudar ele, sabe, só que eu deixo, guardo, tem até dinheiro meu lá guardado, eu não gasto muito com besteira, compro mais roupa.

P. Houve mudanças no período de sua saída da instituição até agora?

Jennifer. Em relação a mim e ao meu pai?

P. A toda a família.

Jennifer. Eu aqui e eles lá. Também. Muita, mais carinho agora, agora até que o meu tio foi pra lá meu pai mudou 100% sabe.

P. Eu percebi isso, seu tio está tendo muita importância em sua casa.

Jennifer. Muita, ele não tá mais, meu pai é muito ignorante, ele acha que só ele que tá certo e que todo mundo é errado. Sabe aqueles antigão, meu pai é muito antigo, então meu tio lá meu tio tá, agora ele mudou demais, tá mais carinhoso com meus irmãos, mudou muito.

P. E agora você não está mais com seu pai?

Jennifer. Não. Mas eu vejo assim por fora, agora de repente se eu for, por exemplo eu voltar lá, as vezes eu posso achar eu mesmo nó. Mas eu tô fora eu vejo que ele mudou.

P. E mudou pra melhor?

Jennifer. Pra melhor. Por que teve uma época que ele começou a ir pro Centro, eu ia

mas só pra tomar passe, sabe. Eu ia aqui na frente com a minha avó. Aí eu, minha irmã e meus irmãos ia com ele, então desde a época que ele começou a ir pro Centro que ele mudou demais. Começou a ficar com a boca suja, falar palavrão xingava a gente. Começou a ser mais bruto.

P. Ele estava bebendo? Seu pai não bebe?

Jennifer. Não. Graças a Deus não, mas ele começou a ir pro Centro ele mudou demais, então quando ele era da igreja precisava de ver parecia um anjinho, depois que ele foi pro Centro ele mudou demais aí eu e minha irmã saiu de lá, a gente não quis ir mais, agora eu não sei se ele continua indo, mas ele mudou.

P. Jennifer e a sua avó, nesse período, ela teve importância, você pôde ficar com ela. Como é que foi?

Jennifer. Assim, lá eu não sei, as vezes eu achava que ela não gostava muito de mim não, sabe.

P. Por quê?

Jennifer. Não sei, ela me olhava de um jeito assim, eu não sentia vontade de ir lá, às vezes dava a hora de sair da escola, eu não queria nem sair da escola pra não ter que ir pra lá, dava cinco horas eu ficava meio assim de querer ir embora.

P. Você acha que atualmente tem alguma coisa pra mudar?

Jennifer. Ah, não, acho que não.

P. Em relação a sua família? Em relação a você?

Jennifer. Não, acho que pode continuar do mesmo jeito. Agora não sei, meu pai, diz o meu pai que ia colocar a gente no juizado de menores de novo, nó.

P. Que ia colocar?

Jennifer. É. Não é que ia, ele falou que ia recorrer a gente de novo, um negócio assim, não sei se é meu irmão. Ia colocar ele na Casa do Menino, acho que era só isso, nó.

P. Seu irmão já está na Casa do Menino?

Jennifer. Tá, é isso que ele tinha falado, não sei se era recolher a gente ou se é colocar ele lá. Eu acho que não vai mudar nada não, eu acho que não.

P. Você acha que sua família precisa mudar, você acha que você precisa mudar algumas coisas?

Jennifer. Ah, precisa.

P. O quê?

Jennifer. Minha família, questão a mim eu acho que não por que eu não volto pra minha casa mais não. Por que? Eu não dou certo com o meu pai, às vezes eu posso voltar e ficar até bem no primeiro dia e depois voltar a mesma coisa. E ele mexe com Centro e eu não gosto sabe, ele fica meio diferente, eu não gosto. Por que pela minha família acho que também não, só a Marta que devia parar mais de sair, que ela e muito ruenta. Só. Meu pai eu sei como é que ele tá, sei como ele tá tratando os meninos, como a gente não tem mãe eu acho que ele deveria dar mais carinho pros meninos, ficar mais perto, conversar, saber como é que eles estão. Por que ele não faz isso, meu pai é mais na dele, então, assim, a gente sente falta, ainda mais a gente que não tem mãe, ele não chega, conversa, acha que a gente que tem que chegar nele.

P. Você fala do seu pai dar mais carinho aos meninos. E pra você?

Jennifer. Eu não, por que assim eu tenho meu patrão, muita gente boa, as meninas daqui, sabe. Já a minha irmã não. Meu irmão, ainda mais esse que tá, meu irmão principalmente, que ainda é um menininho. Que eu, apesar que eu gosto do meu pai, sentia falta sabe, por que ele era muito na dele, ainda mais a gente que não teve mãe, então senti falta. Foi isso.

P. Então, você acha que seria bom mudar, seu pai dar mais carinho, mais atenção você teria esse desejo, você espera isso?

Jennifer. Espero.

P. Você acha que antes você era carente desse carinho, e agora não é mais tanto. Como é que é isso?

Jennifer. Antes eu era, até por que eu era mais novinha, eu depois que eu parei de ficar na rua ficava só dentro de casa, arrumava a casa eu e minha irmã, sabe. Aí ficava nós duas lá, fazia bolinho, ficava lá quietinha. Aí fui crescendo, ficando mais moça, aí vai namorado que fica sempre saindo junto com a gente, apoiando, pelo menos os que eu arrumei, nó. Isso.

P. Você acha que o namorado tem te ajudado?

Jennifer. Tem.

P. Em que?

Jennifer. Tudo, eu já podia ter fugido da minha casa, sabe, que eu ficava meio assim. Não, você vai ficar, você não tem pra onde ir, eu não tenho condição de te levar pra lugar nenhum por que eu também trabalho. Então ele sempre me ajudou, conselho, ele me dava muito conselho.

P. Há quanto tempo você está namorando?

Jennifer. Não, eu namorava quando eu tava lá, nó. Eu namorei dois anos com um moço lá. Muito tempo, só que escondido, eu não tinha coragem de falar pro meu pai.

P. Seu pai não deixava você namorar?

Jennifer. Não, antes não. Os meninos ia lá e ele fazia falta de educação, não era nem namorado, era colega de escola ou amigo da gente, sabe. Ele era bruto, então eu nem levava, tinha vergonha dele gritar, xingar. Aí eu nem levava, minha irmã, minha irmã também tava namorando, aí ela queria levar o menino lá, só que ela fica com medo dele fazer a maior falta de educação com o menino, aí ele nem leva. Aí, meu tio conversou com ele, com o rapaz, só pra ficar uma coisa mais séria, nó. Não brincar com a menina.

P. E aí você saiu e começou a namorar. Você está namorando o Geraldo?

Jennifer. Não.

P. Não?

Jennifer. Não, não tá. Eu namorava um menino, só que eu nem tava aqui, eu ainda morava lá, nem trabalhava, só estudava. Ele era novinho, ele tinha dezoito anos de idade.

P. Que conselhos que você daria aos meninos que estão na instituição?

Jennifer. Conselho? Ah, é difícil ficar lá, ainda mais quando você vai pra lá crescendo. Não sei.

P. Pense nos meninos que estão lá agora. Você falaria alguma coisa pra eles?

Jennifer. Deixa eu ver, não sei, não faço a mínima idéia.

P. Bom, que conselhos você daria para os pais dos meninos que estão lá na instituição?

Jennifer. Visitar mais, eu acho que não devia ser só aos domingos, sabe. Devia ser mais, ou sábado e domingo. Ainda mais criança, só isso.

P. Mais algum conselho, além de visitar mais?

Jennifer. Não

P. Que conselho você daria pra instituição?

Jennifer. Para a instituição?

P. E para as pessoas que trabalham lá?

Jennifer. Nenhum, por que as pessoas de lá são boas, maravilhosas. Agora, não sei agora por que a última vez que eu fui lá mudou tudo. Todo mundo que eu conhecia foi embora de lá. Mais nada.

P. O que você espera do seu futuro?

Jennifer. Ah, eu sonho alto, nossa eu sonho em ter uma mansão, você acha eu boba, né. Carro, sonho em ter uma mansão, profissão eu não tenho mas tenho isso comigo, casar. Isso são as coisas que eu penso. A igreja que eu vou é da Revelação, nó. Então eu já ganhei tudo, eu quero tudo mas não pode ter.

P. Você pensa em ter uma profissão, casar, ter uma mansão.

Jennifer. Dar uma vida melhor pro meu pai. Mas eu penso.

P. E como é que você acha que pode alcançar isso? Ficar mais próxima, não ser apenas em sonho?

Jennifer. Estudando, trabalhando, por que não é fácil ter uma mansão, é difícil. Só se casar com um coroa rico e olha lá. Mas é estudando, trabalhando muito. Só assim.

P. O que você espera do futuro pra sua família?

Jennifer. Pra minha família, pelo que eu vi, meu pai eu acho que ele tá querendo ir embora, diz ele que ia embora e deixar os meninos lá. Vamos ver, né. Eu acho que meu pai não tem coragem de fazer isso. Mas eu não prevejo coisa boa não.

P. Por que?

Jennifer. Porque minha irmã, minha irmã fica, já não gosta de lá também, já pensou em fugir, nó. Conversei com ela, meu irmão já não fica lá, ele fica lá na panificadora, mal pára lá, né.

Então ele nunca tá lá, meu pai parece que ia trabalhar fora, meu tio tá arrumando uma casa já então eu não sei. Ruim que a menina não tá indo pra escola, Mário não sei se tá agora, mas antes também não tava.

P. O Mário agora está, pelo que eu vi, por que eu o entrevistei . Ele está na escola de manhã e na Casa do Menino à tarde.

Jennifer. Só se ele tiver, por que faz tempo que eu não vou lá. Minha irmã, não sei

se ela tá, por quando eu fui lá ela não tava indo, não sei se tá agora. Então eu não vejo boa coisa não.

Então você está preocupada com o futuro da sua família?

Jennifer. Principalmente a minha irmã, mulher, né. Homem até é mais fácil. Por exemplo, uma mulher, tipo a minha irmã não estudar, depois no futuro dela o tanto que ela vai sofrer. Ela que não gosta de arrumar casa, não gosta de lavar roupa, vai ter que trabalhar de doméstica, ainda assim, varrer rua já tem que ter pelo menos, o mínimo a oitava série. Preocupo mais com ela, que o Juliano inteligente pra caramba, ele sabe se virar, meu pai já é homem, mas a minha irmã não.

P. Você acha que tem alguma coisa em que você possa ajudar?

Jennifer. Não Assim quando, disseram que ela até passou mal quando eu fui embora, por que era nós duas, nó. Então uma fazia companhia pra outra, ela teve convulsão, nó. Por que ela ficou lá sozinha. Eu acho que a gente tinha que ficar assim mais unida, eu e ela. Então as vezes ela vai pra minha casa, a gente fica, as vezes eu vou pra lá pra minha casa, fico lá uns dois dias. Então não sei, tem que vim dela, né. Meu pai desdobrou pra comprar os material dela e ela não foi pra escola, nó. Matava aula, ela saia de manhãzinha mas não ia e voltava na hora que dava o horário de vim embora. Mas não ia pra escola, aí eu fui lá, foi eu e o meu patrão o dia que eu fui pegar minha transferência, ela tava só com falta, isso fazia o que, um mês, um mês, dois mês mais ou menos.

P. Você quer me falar mais alguma coisa?

Jennifer. Não.

P. Quer perguntar, fazer algum comentário?

Jennifer. Não, só isso.

*Entrevista com Marta***P. Você se lembra, quando você chegou no abrigo?**

Marta. Eu cheguei, os meninos estavam tudo indo pra escola, certo. Cheguei lá, fui direto para o berçário. As mulheres conversaram e assinaram lá. A mulher que cuida de nós. Ela pegou e me deu banho, porque eu era bem novinha, quando cheguei lá.

P. Que idade você tinha?

Marta. Tinha seis anos. Aí ela falou: “agora tem que esperar sua irmã chegar, né? ”. Minha irmã chegou, aí me apresentou para as meninas lá. Minha irmã ficou feliz. Conhecia Rita, era uma mulher lá. Para mim era como mãe, gostava muito dela. Aí comecei ir pra escola, normal como as outras meninas. Às vezes dava vontade de ir embora. Mais enquanto eu estava lá, estava bem.

P. Sua irmã já estava lá?

Marta. Ela e meu irmão foi primeiro para lá. Antes do pai e da minha mãe separar. Eles não falam a verdade, meu pai. Ah, minha avó fala que antes do meu pai e minha mãe separar, minha mãe teve meu irmão e minha irmã e deixou na porta de uma mulher, essa mulher que chamou o Juizado de Menor, aí eles pegou meu irmão e a minha irmã. Meu pai não sabia onde eles estavam. Uma tia minha passou na porta do hospital e viu minha irmã e ela falou para meu pai. Aí meu pai falou: “não custa tentar” e foi ver se era ela mesma. Aí era ela mesma. Aí aos domingos ela passou ir lá para visitar. Ia eu e meu pai lá.

P. Quem colocou você lá?

Marta. Foi meu pai, ficava com ele. A única pessoa que eu continuei a conviver. Ele falou que ia tirar eles de lá. Aí colocou a gente para ir convivendo. Mas que era para eu continuar convivendo. Acho que eu fui por causa disso mesmo. Saí de lá eu estava com doze anos.

P. Você diz que seu pai achava que você tinha que conviver com seus irmãos. E qual foi sua reação ao chegar?

Marta. Lembro que eu fiquei muito feliz. Aí fui acostumando, acostumando, aí quando fez dois anos que eu estava lá, dava vontade de ir embora, sair de lá. Mas quando a gente veio embora mesmo ninguém queria vir embora. Todo mundo chorou para ficar lá, e meus irmãos.

P. Você se lembra dos seus sentimentos?

Marta. Eu lembro que eu era muito apegada ao meu pai. Eu, antes de ir para lá, gostava muito dele e dava saudade do meu pai. Eu ficava preocupada porque quando eu era pequena trabalhava na D'Granja, aconteceu um acidente com o olho dele. Por isso que ele não enxerga de um olho. Eu ficava será que ele está bem. Tinha domingo que ele não podia ir. Eu chorava muito, com medo que ele estivesse sentindo alguma coisa. Ele não podia ir todos os domingos.

P. E a sua mãe?

Marta. Eu não sei dela, não sei da vida dela.

P. Também nunca te visitou. Não sabe dela? Não tem notícias dela?

Marta. Meu pai fala que ela está morta. Mas tem gente que fala que não, fala que é mentira dele.

P. Você não tem vontade de saber a verdade?

Marta. Tenho vontade de saber se é verdade. Quando eu morava com a minha avó, quando ela brigava com nós, falava que ia falar a verdade. Ai a minha tia mandava ela calar a boca, ai ela não falava. Eu não sei a verdade sobre minha mãe.

P. A avó que você está falando, é a mãe do seu pai?

Marta. É, é irmã da mãe do meu pai. Como a mãe do meu pai morreu cedo, ela criou meu pai. Por isso que chamo ela de avó. Mas na verdade ela é minha tia.

P. Você teve alguma dificuldade no abrigo?

Marta. Não.

P. Tiveram momentos difíceis lá?

Marta. Tirando a saudade que eu tinha do meu pai e de vir para cá, não. Todas as meninas lá, a gente ficava triste, às vezes não, querendo sair. Quando tinha festa, a gente queria ir a avó não deixava. Ela falava que era perigoso a gente sair. Era muito nova. Quando a gente saía, ia o segurança dela atrás. Aí ele ficava vigiando a gente. A gente não gostava. Isso inclusive era um dos motivos de briga em casa, ficava falando que ia embora, quando a gente queria sair, meu pai não deixava. Até meu irmão às vezes falava que ia embora, quando não deixava sair. Nem de casa ele deixava nós sair. Teve amigas nossas, umas meninas que vinha aqui, ele mandava elas embora. Ele criava a gente muito fechada. Mas aí depois mudou um pouco.

P. Teve momentos bons no abrigo?

Marta. Quase todo o momento que eu estava lá, era bom. A vó tinha maior carinho com nós lá, todo mundo cuidava da gente bem. Tirando as meninas grandes que a gente implicava um pouco com elas. Porque elas eram mais velhas e podiam sair e ficar até tarde assistindo televisão e a gente tinha horário.

P. Como eram as visitas, vocês conversavam? O que acontecia?

Marta. Ele levava muito brinquedo para a gente lá. Eu ia buscar meu irmão na creche. Eu e a minha irmã ia lá para o jardim, nós ficava lá brincando. Meu pai falava todo dia que ia levar a gente embora e que estava quase acabando a casa lá. Só que ele falou, que ia trazer a gente para cá, depois que tivesse pronta a casa. Só que a casa não estava pronta.

P. Hoje a casa está pronta?

Marta. Não, mas está quase terminando. Vai demorar um pouco.

P. Você ficava pensando nos meninos durante a semana? Como era isso?

Marta. Eu pensava que um dia nós ia embora. Sempre a saudade batia a noite, porque não tinha nada para fazer. A gente dormia lá em cima. Na janela do quarto dava para ver as casas, os barzinhos. A gente ficava olhando as estrelas, a gente chorava querendo ir embora.

P. Você acha que, assim como você, as meninas tinha vontade de ir embora?

Marta. Acho que sim.

P. Lembra quando saiu de lá?

Marta. Lembro que eu estava. Minha irmã estava me procurando, porque as meninas mais velhas costuravam e eu estava no quarto brincando com a Karen que era minha amiga lá e outras meninas lá. Aí a Rosane chegou e falou que era para nós arrumar, para nós ir embora. Aí meu irmão e minha irmã chorou, minha irmã foi que chorou mais. Uma menina que estava lá também chorou. Não queria que a gente viesse embora. Aí chegou aqui em casa, fiquei chorando o tempo inteiro. Meu pai freqüentava uma igreja, ai meu irmão foi lá também. É estranho na hora de vir embora, já tinha acostumado lá.

P. Mesmo sendo o que você desejava.

Marta. É, eu achei que a gente se apegava todo mundo ali das meninas. A gente acordava com alguém, a tia. Ela sempre arrumava a nossa roupa, agora não tem isso mais. Tinha gente para dar atenção para a gente. Aqui vou conversar com meu pai, ele nem dá atenção para a gente, ignora a gente, vai conversar com ele, ele manda a gente calar a boca. Eu e meu pai não dá muito certo não.

P. Houve alguma preparação para você sair? Vocês ficaram vindo aqui alguns fins-de-semana como foi isso?

Marta. Foi de repente, só falou na hora da gente ir embora que a gente ia trocar de roupa e que estava indo embora. Antes nunca tinha passado o fim-de-semana, nunca tinha falado que a gente estava para vir embora.

P. O que você mais estranhou?

Marta. Para falar a verdade o que eu mais estranhei foi a casa. Fui dormir na casa, só tinha três cômodos. Fiquei imaginando o outro como é que era todo mundo lá.

P. Qual foi a maior dificuldade quando você saiu da instituição?

Marta. Não sei, a gente não gostava de sair. Meu pai mandava conversar com o povo. Quando a gente ia para a escola, a gente chegou a cara fechada com todo mundo. Não queria ir para a escola, não queria sair na rua. A gente entrava para o quarto e ficava lá.

P. Seu pai fala pouco com vocês, vocês estranhavam as pessoas, não queria ir à escola, essas são as dificuldades?

Marta. Às vezes vou falar alguma coisa para meu pai, ele fala não quero saber disso, agora não. Se tiver aqui em casa, chega uma pessoa, chega meu tio, ele dá atenção, mas o meu pai não conversa, não dá atenção. Ele fica assistindo televisão, a gente vai conversar, ele fala que está muito cansado, que trabalhou muito. A gente fica sentindo com isso. Aí a gente. Aí chega outra pessoa para conversar e ele fala que é mentira, que isso não acontece. Que dá atenção.

P. Você estranha as pessoas, o diálogo com seu pai é difícil. Como você foi enfrentando?

Marta. Ah, não sei como, porque as meninas vinham, a gente não saia não. Mas a gente começou a conversar sério. Começou a arrumar novas amigas, começou a sair. Mas com meu pai foi assim, a gente não saia muito não. Mas como as coisas aqui em casa começou a ficar muito assim, com meu pai, aí a gente não pára mais em casa. Todo final de tarde a gente sai. Eu não gosto de sair com meu pai.

P. O que você acha que tem te ajudado a enfrentar tudo isso?

Marta. O meu tio mudando para cá e a minha amizade com a Tânia que ela me ajuda muito. Para o meu pai tudo é gritando. Ele começa a gritar com nós. E meu tio fala na hora, não, que não pode fazer isso. Ele fala, tio mas as meninas não escutam. É, mas tem que conversar, como é que a mim elas escutam. Meu tio vai

conversa direitinho. Quando a gente quer sair para algum lugar, meu pai não deixa, mas aí meu tio leva nós. Quando a gente estava no abrigo ele fazia de tudo, agradava a gente, conversava. Ai a gente saiu de lá, ele ficou assim.

P. Você acha que foi difícil para ele ter vocês de volta?

Marta. Acho que foi um pouco, porque ele não estava preparado. Mas acho que nós não tem culpa disso.

P. Por que ele não estava preparado?

Marta. Quando ele briga com nós, ele fala que vai embora e deixar nós sozinhos aqui. Acha que se ele fosse embora, tem meu tio ai. Se ele gostasse mesmo de nós, ele não ia embora. Que nem o Geraldo, patrão da minha irmã fala: Ah, mas você acha que não vai sentir falta do seu pai. Falta eu vou, mas se ele quiser ir embora.

P. Mas até hoje ele não foi realmente?

Marta. Não. Mas é muito agressivo dentro de casa. Mas também ele é meio revoltado com nós, porque ele queria que nós fosse no centro, nós não gosta de ir ao centro.

P. Centro Espírita?

Marta. É, acho que é isso mesmo. Só que meu pai não entende isso. Ele pega os espíritos sabe?

P. Ele incorpora?

Marta. Isso. Eu não gosto disso. Eu tenho medo, eu não gosto.

P. Ocorreram mudanças?

Marta. Houve muitas mudanças boas, mas muitas ruins também. Muito bom é que agora que eu gosto de ficar aqui com as meninas, agora eu posso sair. E as ruins é que aqui não tem ninguém para dar atenção. Lá no abrigo sempre tinha alguém para dar atenção e conversar. Meu pai só sabe brigar, brigar com a gente, não sabe conversar numa boa. Lá povo brigava quando a gente fazia arte. Mas também

sentava para conversar. Meu pai tinha vezes que quase matou meu irmão, de tanto bater nele. Em mim e no meu irmão, ele sempre falou que ia bater. Já na minha irmã ele nunca falou que vai bater. Porque minha irmã trata ele mais assim. Aí eu e meu irmão fala que ele tem ciúme da minha irmã. Com a minha irmã ele nunca brigou com ela. A única coisa que ele sabe fazer é só isso, se ele soubesse conversar numa boa. Só que ele fala é que vai bater. Quando está faltando alguma coisa e se os outros da rua não dá, a gente fica sem. Papai, está faltando isso, ele fala não posso comprar. Mas ele vive fazendo compra para ele.

P. Falando das mudanças de agora, seu pai ainda bate?

Marta. Não, agora ele não bate mais. Agora ele não liga mais não. A gente faia com ele e ele fala, ah, não estou nem ai para vocês mais não.

P. Você acha que houve mudanças boas aqui na sua casa?

Marta. Gosto muito daqui. Mas quando meu pai e meu tio está aqui é bom, meu pai briga muito. Mas meu tio não, ele fica mais calmo. Mas ele vai construir e vai se mudar.

P. Você acha que atualmente, tem alguma coisa para mudar na sua vida?

Marta. Queria que meu pai falasse a verdade da minha mãe e também queria voltar para a escola, voltar para uma escola que eu me desse bem, tipo na Escola A., fazer curso de computação. Que meu pai fosse mais diferente um pouco e que minha avó voltasse a morar com nós, comigo e com o meu irmão. Apesar que meu irmão vai embora.

Seu irmão?

Marta. É.

P. Você está me falando que tem coisas que você pode mudar, que são possíveis. Por exemplo, a questão da escola, acho que você pode.

Marta. Pode, mas meu pai não quer deixar eu estudar na Escola A.. E no MH ele pode ir lá fazer matrícula para mim. Fala que vai fazer e nunca faz. Já vai fazer 4 anos

que eu moro com meu pai e não fez nada.

P. Parece que seu pai tem dificuldade para conversar e essas coisas não dependem de você, mudá-lo, não tem jeito. Mas por outro lado, tentar estudar, ver o que é melhor para você. Acho que isso tem jeito, está certo você querer estudar, porque é isso que vai te dar um futuro melhor. Então, é isso que você acha que tem para mudar na sua vida?

Marta. É, eu acho.

P. Que conselhos você daria aos meninos que estão lá na instituição?

Marta. Para eles aproveitarem bastante lá. Porque as pessoas fá são muito boas, apesar de que quando tem briga, elas pode ficar revoltada, mas elas gostam da gente de verdade.

P. Você tem dúvida que aqui fora as pessoas querem seu bem?

Marta. Não, mas aqui fora não tem as pessoas como lá...

P. Que conselhos você daria aos pais dos meninos que estão na instituição?

Marta. Acho que, sei lá, se eles dão atenção para eles, depois que eles forem embora, tratar completamente bem. É difícil para os meninos que estão lá e para os pais também aqui de fora. Pai sempre tem que tratar os filhos bem. Acho que pai tem que ter afeto, né?

P. Que conselhos você daria para a instituição?

Marta. Continuarem daquele jeito, porque me trataram muito bem, as pessoas que trabalham lá. Quando a gente está lá dentro, não sabe vê, mas depois quando a gente sai, a gente vê a falta que eles fazem.

P. Você acha que foi bom, você ter ficado na instituição?

Marta. Eu acho que foi. Aprendi muitas coisas com a avó, com os funcionários que trabalham lá e com as menina. Apesar de tudo todos ali eram irmãos.

P. Você acha que valeu a pena ter ficado na instituição? Você aprendeu alguma coisa?

Marta. Acho que sim.

P. O que você espera do futuro?

Marta. Ser alguém, ser uma advogada.

P. O que você espera para a sua família?

Marta. Continua tudo bem do lado da minha avó, minha tia formar. Quero que meu pai aprenda com a vida, ser melhor. Meu pai é muito trabalhador. Mas do jeito que ele está, não dá vontade de ficar.

P. Você acha que você é muito ligada com a família de sua avó?

Marta. Acho que sou.

P. Você fica muito lá?

Marta. Fico, fico mais é lá. Final de semana eu vou para lá. No meio da semana, quando não tem nada, eu vou para lá também. Ou eu vou lá na minha irmã.

P. Você gosta de ficar lá?

Marta. Gosto. Quando eu morava lá, não gostava de ficar lá, não. Minha avó e minha irmã, na dava certo. Agora eu gosto de ir lá.

P. Morar lá não deu certo, você veio para cá. Agora ir lá do jeito que você vai, sem morar lá, assim está dando certo?

É, porque quando você mora com uma pessoa, ela não dá aquela atenção. Mas quando você vai ver a pessoa, a pessoa sente saudade, ela trata bem, sabe? Eu gosto de ficar na companhia da pessoa. Agora quando a gente vai lá, ela trata a gente com carinho, dá atenção.

P. Você quer me falar mais alguma coisa?

Marta. Não.

P. Você quer me perguntar alguma coisa?

Marta. Não.

P. Podemos encerrar?

Marta. Podemos.

Apêndice H – Diário de campo família 3

Dia 18/07

Fui à casa de José acompanhada com um estudante de Psicologia, visto que o bairro é muito afastado. Não tinha ninguém. Falei com vizinhos. Informaram-me que a Marta deveria estar na casa de uma vizinha e o Jose só retornaria à noite. O vizinho ofereceu-me um telefone para que eu fizesse contato mais tarde. Aceitei. Liguei mais tarde para o vizinho, ele chamou o Jose ao telefone. Marquei para conversar com ele daí a meia-hora.

Voltei à casa de Jose com o estudante de Psicologia. O bairro é distante, a rua é escura e a casa, semi-acabada, também é escura.

Entretanto, fui muito bem recebida por Jose, pelo seu irmão e a Marta. . Entrei na sala/ cozinha junto com o estudante. Apresentei-o. Fiz comentários referentes à mudança de Marta, ela disse que se lembrava de mim, mas ela mudou e eu não me lembrei dela.

Expliquei a pesquisa e propus a participação. Eles concordaram. O genitor informou que trabalha muito mas pediria ao chefe para sair um dia, mais cedo. O irmão do genitor começou a organizar os dias e horários, afirmando que cuidaria para que os meninos não esquecessem.

Enquanto conversávamos, a Jennifer chegou. Percebi que ela não morava mais com o pai. Ela diz que prefere ser entrevistada no próprio local de trabalho.

Iniciou-se a conversa sobre o emprego de Jennifer. O tio quis mostrar o aparelho de massagem que ela vende. O pai não concordou e Jennifer disse: “As pessoas acham que, porque eu vendo, eu faço; mas eu não faço.”

Os dias ficam marcados; despedi-me. Quando estava no portão, ainda conversando, chegou o Mário. Entrou em casa e, uns minutos depois, saiu com um colchão. Perguntei para o pai aonde ele ia. Ele me respondeu que ia dormir na casa da vizinha, dona da padaria.

Dia 24/ 07

A Marta me aguardava para a entrevista. O tio estava na casa, mas não ficou presente. Fui sozinha, sem o estudante de Psicologia. O acolhimento da família, no 1º dia, deu-me segurança.

Senti a Marta muito magoada com o pai. Fiquei com a impressão de que ela está pedindo socorro. No final da entrevista, pediu-me uma carona até a casa da avó. Avisou o tio que vai dormir lá. Ela me contou, no trajeto, que, às vezes, passa o fim-de-semana na avó e, no dia seguinte, o pai também vai para lá.

Dia 25/07

Apesar de ser cedo, o Mario estava de banho tomado, aguardando-me. Percebi que o tio ajudou e provavelmente cuidou para que ele estivesse me aguardando.

Achei-o muito infantilizado. Parecia um menino pequeno, tanto no aspecto físico quanto no psicológico.

Dia 31/07

Fui ao local de trabalho da Jennifer. Entretanto, ela não estava lá; portanto, esperei numa loja de bijuterias, na frente da casa onde Jennifer trabalha. Esperei duas horas por ela. Nesse tempo, a vendedora de bijuterias disse que Jennifer e o patrão sempre fazem isso, ou seja, somem e deixam-na esperando depois do horário comercial. Nesse tempo de espera, duas garotas procuraram o patrão de Jennifer, duas vezes.

Após duas horas, a vendedora pediu-me para olhar a loja, enquanto ela iria procurar a Jennifer. Momentos depois, chegou a Jennifer, constrangida, afirmando que tinha se esquecido do nosso compromisso. Disse-lhe que, se estivesse tarde, marcaríamos outro dia. Ela respondeu que não e dirigiu-me até o local de trabalho. Existia somente uma mesa com telefone e um sofá. Apesar de estar frio, a Jennifer estava com uma roupa tomara-que-caia, com acessórios combinando. Apresentou-se muito graciosa e simpática. Contou-me que estava comendo espetinho com o patrão. Iniciamos a entrevista. Em um determinado momento, foi interrompida pelo patrão. Ele perguntou-me se vou entrevistá-lo. Respondi que a entrevista era somente com a família. Ele disse que se sentia parte da família e argumentou que era a pessoa que mais sabia da vida de Jennifer. Deu a entender que ela tinha uns comportamentos esquisitos, sugerindo obsessão e que ele a levou para a igreja. Reforçou que gostaria que eu conversasse com ele antes de entrevistar o pai dela. Respondi que este trabalho é dirigido por uma orientadora e eu precisaria falar com ela antes. Ele aceitou e despediu-se de Jennifer, chamando-a de meu bem. Ela manteve tranqüilidade no momento em que conversei com o patrão, como se não

estivéssemos falando dela. Eu perguntei-lhe se namorava o patrão, mas ela respondeu que não.

Dia 8/8/04

A entrevista com o Jose foi à noite. Ele estava me aguardando e tinha chegado do trabalho recentemente. No final da entrevista, contou mais enfaticamente que foi forçado a tirar os filhos do Abrigo, diante da ameaça de adoção, advinda da instituição judiciária. Reclamou que ele não tinha condições de retirar e que, se os filhos continuassem lá, teria sido melhor. Percebi-o bastante desacreditado no que se referia à situação e futuro dos filhos.

Anexo A – ECA

Art. 7- - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existências.

Art. 15- - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 19 – Toda criança ou adolescente têm direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Art. 53 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência;

PARÁGRAFO ÚNICO – É direito dos pais ou responsáveis ter ciência da ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art.71 – A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Anexo B – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



Universidade Federal de Uberlândia
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
 Av. João Naves de Ávila, nº 2160 - Bloco J - Campus Santa Mônica - Uberlândia - MG -
 CEP 38400-089 - FONE/FAX (034) 239-4131

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA Nº 073/04

Registro CEP: 029/04

Projeto Pesquisa: "Conhecendo os fatores para a reinserção ao lar biológico: um estudo exploratório com famílias".

Pesquisador Responsável: Ana Mafalda G.C.C.V. Azôr

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Projeto Aprovado

- Uberlândia, 31 de março de 2004.


 Prof. Dr. Alcino Eduardo Bonella
 Coordenador do CEP/UFU

Orientações ao pesquisador:

(Para parecer Aprovado ou Aprovado com Recomendações)

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e). O prazo para entrega de relatório é de 120 dias após o término da execução prevista no cronograma do projeto, conforme norma da Res. 196/96 CNS.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborado pelo Sistemas de Bibliotecas da UFU – Setor de
Catalogação e Classificação – mg / 07/05

A996a Azôr, Ana Mafalda G. C. C. V.

Abrigar... Desabrigar: conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização / desinstitucionalização de abrigados / Ana Mafalda G. C. .C .V. Azôr. - Uberlândia, 2005.

235f.

Orientador: Célia Vettore.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui bibliografia:.

1. Adolescentes – Assistência em instituições - Teses. 2. Família - Teses. 3. Adolescência - Teses. I. Vettore, Célia. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.922.8(043.3)
362.8(043.3)

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.